



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos

JACILENE ALVES BREJO

A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ

Rio de Janeiro

2017

JACILENE ALVES BREJO

A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA
AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Dissertação, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Gestão da Informação
Arquivística

Orientadora: Profa. Dra. Júnia G.C. Guimarães e
Silva

Rio de Janeiro

2017

651.5 Brejo, Jacilene Alves.

P828p A aplicabilidade da Metodologia da Identificação Arquivística aos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM/UFRJ / Jacilene Alves Brejo – Rio de Janeiro, 2017. 185 f. ; il.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Júnia G.C. Guimarães e Silva

Dissertação (Mestrado Profissional de Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

1. Identificação Arquivística. 2. Arquivos Científicos. 3. Diplomática. 4. Tipologia Documental. 5. Universidade Federal do Rio de Janeiro. I. Título. II. Guimarães e Silva, Júnia G.C.

JACILENE ALVES BREJO

A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA
AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovação em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientador:	_____ Prof. ^a Dr. ^a Júnia G.C. Guimarães e Silva Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Examinador Interno:	_____ Prof. ^a Dr. ^a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Examinador Externo	_____ Prof. Dr. Alexandre de Souza Costa BP ENERGY do Brasil Ltda
Examinador Interno Suplente:	_____ Prof. Dr. João Marcos Figueiredo Assis Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Examinador Externo Suplente:	_____ Prof. ^a Dr. ^a Rosale de Mattos Souza Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Rio de Janeiro, 2017

*Ao meu filho Danilo,
O presente de Deus da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, nosso Pai maior, ao Mestre Jesus Cristo, nosso exemplo e modelo de Homem Integral.

À minha mentora espiritual Joanna de Ângelis.

Ao meu filho Danilo Alves Santos pela dedicação, colaboração e companheirismo nesta jornada.

À minha mãezinha e à minha irmã Janayna pela força e irradiação de Fé e Amor.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Júnia G.C. Guimarães e Silva, ofereço esta frase: "Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós", não sei de quem é, mas me faz lembrar essa Professora humana, que ensina com generosidade, e sua passagem na minha vida.

Aos membros da Banca Examinadora, Prof.^a Dr.^a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, Prof. Dr. Alexandre de Souza Costa, Prof.^a Dr.^a Rosale de Mattos Souza e Prof. Dr. João Marcos Figueiredo Assis, por terem aceitado o convite para compor a banca em meio a tantos compromissos profissionais e pessoais.

À Prof.^a Dr.^a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, pelo apoio acadêmico e atenção. Sua experiência e conhecimentos engrandecem o nosso campo do conhecimento.

À Prof.^a Dr.^a Ana Célia Rodrigues, por nos oferecer a Identificação Arquivística como abordagem teórica e metodológica e, com isso, ampliar o campo do tratamento técnico e científico da Arquivologia.

À Larissa Gaspar Alves e à Prof.^a Dr.^a Lilia Guimarães Pougy, do Centro de Filosofia de Ciências Humanas da UFRJ, pelo apoio na realização do meu trabalho.

Aos Coordenadores do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, aos professores e ao Secretário Rodrigo Pinha, sempre solícito com todos.

Aos colegas de turma de mestrado, por toda a colaboração, alegrias, angústias e experiências compartilhadas.

*O progresso moral é logrado de maneira geométrica,
em razão de cada vitória facultar outra mais expressiva,
multiplicando-se por si mesmo,
desenvolvendo-se na horizontal do intelecto,
assim como na vertical do amor.*

Joanna de Ângelis

RESUMO

Na formulação de uma proposta de modelo de normalização de procedimentos de Identificação Arquivística para o tratamento dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECHEM) da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), optou-se por uma integração técnico-científica das teorias, conceitos e metodologias da Identificação Arquivística, da Diplomática, da Tipologia Documental. Foram mapeados os documentos normativos, administrativos e técnicos que orientaram as atividades de pesquisa, com o objetivo de verificar a aplicabilidade da metodologia da Identificação Arquivística para o estudo de caso do órgão produtor e do exercício da função de pesquisador, concluindo com a análise Tipológica e a análise crítica Diplomática em uma amostra representativa dos arquivos científicos deste Núcleo de Pesquisa da UFRJ. Neste processo, são demarcados os passos desta investigação, possibilitando a sistematização e o conhecimento da realidade desta categoria de produção documental. Estudou-se ainda a produção dos documentos na pesquisa propriamente dita e seus respectivos agentes produtores (organismos e pessoas), com vistas ao conhecimento das funções exercidas por estes agentes e das atribuições administrativas vinculadas ao processo de produção documental em atividades de pesquisa e produção intelectual na UFRJ.

Palavras-chave: Arquivos Científicos. Identificação Arquivística. Diplomática. Tipologia Documental. Núcleo de Pesquisa GECHEM. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ABSTRACT

In the formulation of a proposal for the standardization of Archival Identification procedures for the treatment of scientific archives of the Research Center for Gender, Ethnicity, social Class and Multidisciplinary Studies (the GECCEM) from the School of Social Work (the ESS) at Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), we have opted for a technical-scientific integration of theories, concepts and methodologies of Archival Identification, Diplomatic, Documentation Typology. The normative, administrative and technical documents that guided the research activities were mapped with the objective of verifying the applicability of the Archival Identification methodology to the case study of the producing organ and the exercise of the researcher's function, concluding with the Typological Critical Analysis and the Diplomatic Critical Analysis in a representative sample of the scientific archives of GECCEM. In this process, the steps of this investigation are demarcated, making possible the systematization and the knowledge of the reality of this category of documentary production. It is also studied the production of documents in the research itself and its respective producers agents (bodies and people), with a view to the knowledge of the functions performed by these agents and the administrative attributions related to the documentary production process in research activities and intellectual production at UFRJ.

Keywords: Scientific Archives. Archival Identification. Diplomatic. Documentary Typology. Research Center GECCEM. School of Social Work. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA CONCEITUAL.....	31
FIGURA 2 - QUADRO-ORGANOGRAMA APLICADO PARA AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS BASEADO NAS IDEIAS DO CONSULTOR ATCON:.....	104
FIGURA 3 - MODELOS DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA PÓS LEI 5.540/68.....	106
FIGURA 4 - REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA HIERÁRQUICA E ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 1920.....	112
FIGURA 5 - REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA HIERÁRQUICA E ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE DO BRASIL EM 1937.....	113
FIGURA 6 - REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA HIERÁRQUICA E ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) ATUAL.....	114
FIGURA 7 - REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA HIERÁRQUICA E ORGANIZACIONAL DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (ESS).....	119
FIGURA 8 - ORGANOGRAMA: RECORTE DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DA PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ.....	125
FIGURA 9 - REPRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL DO ARQUIVO CIENTÍFICO DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/ESS/UFRJ.....	142
FIGURA 10 - CAPA DO PROJETO DE PESQUISA VIOLÊNCIA CONJUGAL COMO CONTROLE SOCIAL	146
FIGURA 11 - CONVERGÊNCIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E A ANÁLISE DA DIPLOMÁTICA	152
FIGURA 12 - FORMULA DA SÉRIE DOCUMENTAL.....	161
FIGURA 13 - TIPO DOCUMENTAL: HISTÓRIA DE VIDA DE MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA.....	162
FIGURA 14 - RECORTE DO PROCEDIMENTO CONTIDO NO PROJETO DE PESQUISA QUE REFLETE A ORIGEM DO DOCUMENTO “HISTÓRIA DE VIDA”.....	165

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - FONTES PRIMÁRIAS VERSUS FONTES SECUNDÁRIAS NO CONTEXTO ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO	53
QUADRO 2 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANISMOS PRODUTORES.....	70
QUADRO 3 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANISMOS	70
QUADRO 4 - ÍNDICE DE ATOS NORMATIVOS	71
QUADRO 5 - FICHA DE ESTUDO DE ÓRGÃO PRODUTOR.....	73
QUADRO 6 - ESTRUTURA DA ANÁLISE CRÍTICA DA DIPLOMÁTICA	87
QUADRO 7 - RELAÇÕES DAS ANÁLISES DIPLOMÁTICAS E TIPOLOGICA	89
QUADRO 8 - MODELO DO GRUPO DE TRABALHO DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DE MADRI.....	92
QUADRO 9 - GRADE DE ANÁLISE DA PROFESSORA LOUISE GAGNON-ARGUIN.....	93
QUADRO 10 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL 1	94
QUADRO 11 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL 2	94
QUADRO 12 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS SÉRIES DOCUMENTAIS.....	95
QUADRO 13 - FICHA DA SÉRIE DOCUMENTAL	97
QUADRO 14 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ÓRGÃO PRODUTOR: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE.....	111
QUADRO 15 - ÍNDICE DE ATOS NORMATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ).....	115
QUADRO 16 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ÓRGÃO PRODUTOR: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (ESS).....	119
QUADRO 17 - ÍNDICE DE ATOS NORMATIVOS DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (ESS)	120
QUADRO 18 - CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS (CEPG).....	126
QUADRO 19 - PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PR2)	127
QUADRO 20 - CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH).....	127
QUADRO 21 - ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (ESS).....	129
QUADRO 22 - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)	129
QUADRO 23 - CURSOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS) ..	130
QUADRO 24 GRUPOS DE ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DA UFRJ (1) (CONTINUA).....	134
QUADRO 25 - EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PESQUISADOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - 2014 (UFRJ)	138
QUADRO 26 - EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PESQUISADOR DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL.....	139

QUADRO 27 - EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PESQUISADOR DO NÚCLEO GECEM.....	140
QUADRO 28 – ATOS NORMATIVOS REFERENTES AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PESQUISADOR DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL/UFRJ	141
QUADRO 29 - ANÁLISE CRÍTICA DA DIPLOMÁTICA: PROJETO DE PESQUISA VIOLÊNCIA CONJUGAL COMO CONTROLE SOCIAL (1).....	147
QUADRO 30 - ANÁLISE DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL: PROJETO DE PESQUISA VIOLÊNCIA CONJUGAL COMO CONTROLE SOCIAL (1) (CONTINUA)	154
QUADRO 31- ANÁLISE DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL: PROJETO DE PESQUISA VIOLÊNCIA CONJUGAL COMO CONTROLE SOCIAL (1) (CONTINUA).....	156
QUADRO 32 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE SÉRIE DOCUMENTAL: PROJETO DE PESQUISA VIOLÊNCIA.....	160
QUADRO 33 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL: HISTÓRIA DE VIDA DE MULHER	163

LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AN	Arquivo Nacional
BUFRJ	Boletim da Universidade Federal do Rio de Janeiro
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCMN	Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CEG	Conselho de Ensino de Graduação
CEMDESS	Centro de Memória e Documentação da Escola de Serviço Social
CEPG	Conselho de Ensino Para Graduados
CES	Câmara de Educação Superior
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CIAPG	Coordenação de Integração Acadêmica de Pós-Graduação
CLA	Centro de Letras e Artes
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COC/FIOCRUZ	Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz
CONSUNI	Conselho Universitário
CRMM	Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa
CSCE	Conselho Superior de Coordenação Executiva
CT	Centro de Tecnologia
DEAM	Delegacias de atendimento à mulher
ENARQUIFES	Encontro Nacional de Arquivistas de Instituições Federais de Ensino Superior
ESS	Escola de Serviço Social
FCC	Fórum de Ciência e Cultura
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GECEM	Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares

GIFE	Grupo de Identificação de Fundos Externos
GIFI	Grupo de Identificação de Fundos Internos
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias
ISAD (G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDF	Norma Internacional para descrição de funções
ISDIAH	Norma Internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico
JICTAC/UFRJ	Jornada de Iniciação Científica Tecnológica, Artística e Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro
LeMetro	LeMetro - Laboratório de Etnografia Metropolitana
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MEC	Ministério da Educação
NEPP-	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely
DH/CFCH/UFRJ	Souza de Almeida
NOBRADE	Norma brasileira de descrição arquivística
NUAM	Núcleo de Atendimento à Mulher
ONGs	Organizações não governamentais
PIBIAC	Programa de Iniciação Artística e Cultural
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PR1	Pró-Reitoria de Graduação
PR2	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PR3	Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças
PR4	Pró-Reitoria de Pessoal
PR5	Pró-Reitoria de Extensão
PR6	Pró-Reitoria de Gestão e Governança
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAESP	Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo
SINTAE	Seminário de Integração dos Técnico-Administrativos em Educação
SUPEREST	Superintendência Geral de Políticas Estudantis
TIC	Superintendência de Tecnologia Da Informação E Comunicação

UB	Universidade do Brasil
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ARQUIVO COMO CAMPO DE ANÁLISE.....	35
2.1 ARQUIVOS CIENTÍFICOS NAS UNIVERSIDADES	44
2.2 DOCUMENTOS CIENTÍFICOS, FONTES PRIMÁRIAS DE PESQUISA E INFORMAÇÃO.....	48
2.3 FONTES PRIMÁRIAS VERSUS FONTES SECUNDÁRIAS	52
2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GÊNERO, ETNIA, CLASSE: ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES	54
3 IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA	58
3.1 ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS	58
3.2 OBJETO E CARACTERÍSTICAS DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	63
3.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTAIS.....	67
4 A DIPLOMÁTICA E A TIPOLOGIA DOCUMENTAL	77
4.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA DIPLOMÁTICA.....	77
4.2 O ESTUDO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL	88
4.3 A DELIMITAÇÃO DA SÉRIE DOCUMENTAL	95
5 SISTEMATIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DO ÓRGÃO PRODUTOR E DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PESQUISADOR DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/ESS/UFRJ.....	98
5.1 A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA ÓRGÃO PRODUTOR: NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/ESS/UFRJ	98
5.1.1 Estruturas administrativas das universidades brasileiras	100
5.1.2 Identificação do Órgão Produtor (Evolução orgânica e estrutura administrativa) .	107
5.1.2.1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).....	107
5.1.2.1.1 Breve histórico da UFRJ	107
5.1.2.1.2 A aplicação dos instrumentos de Identificação Arquivística: UFRJ.....	110
5.1.2.1.3 As representações gráficas das estruturas administrativas da UFRJ (Evolução Orgânica)	112
5.1.2.2 A Escola de Serviço Social (ESS).....	116
5.1.2.2.1 Breve histórico da ESS.....	116
5.1.2.2.2 A aplicação dos instrumentos de Identificação Arquivística: Escola de Serviço Social (ESS)	117
5.1.3 Estudo do Órgão Produtor (Competências e funções administrativas específicas da área da pesquisa da UFRJ)	120
5.1.3.1 A Pós-Graduação e Pesquisa no âmbito da UFRJ e ESS	120
5.1.3.1.1 A aplicação dos instrumentos de Identificação Arquivística: A Pós- Graduação e Pesquisa no âmbito da UFRJ e ESS.....	124
5.2 A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PESQUISADOR DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/ESS/UFRJ	132
5.2.1 A aplicação dos instrumentos de Identificação Arquivística: exercício da Função Pesquisador do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ	137
6 ESTUDO DE CASO DA “SIMBIOSE INDIVISÍVEL ENTRE O PRODUTOR – CONTEXTO – GÊNESE – FUNÇÃO”	144
6.1 A AMOSTRA.....	145

6.2 “A FORMA DE UM DOCUMENTO REVELA E PERPETUA A FUNÇÃO A QUE SERVE”.....	146
6.3 A PROVA DA AÇÃO E DA FUNÇÃO/ATIVIDADE.....	153
6.4 IDENTIFICAÇÃO DA SÉRIE DOCUMENTAL PROJETO DE PESQUISA VIOLÊNCIA CONJUGAL COMO CONTROLE SOCIAL	159
6.5 A DINÂMICA DO ESTUDO.....	166
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS.....	173

1 INTRODUÇÃO

Em reportagem do Jornal O Globo de 24 de fevereiro de 2015, uma pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pede a devolução de documentos roubados de sua residência:

— Queria pedir que o material fosse devolvido. São dez anos de minha pesquisa, sem nenhum valor econômico. Mal comparando, seria como se você entrasse numa casa e roubasse pilhas e pilhas de papéis. Para quem roubou não tem valor nenhum, mas para mim é inestimável — disse a pesquisadora.

Nesta reportagem, intitulada: “Ladrões roubam casa em Laranjeiras e levam pesquisa de 10 anos de especialista da UFRJ” (WERNECK, 2015), uma doutora em urbanismo e planejamento urbano, pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro), da UFRJ, relata o furto em sua residência de computadores com todo seu acervo com fotografias (cerca de 300 imagens pessoais e de trabalho que estavam digitalizadas num HD), originais de um livro lançado em 2014 na França, artigos acadêmicos, textos e anotações de seu trabalho de campo, sua tese de doutorado e dissertação de mestrado e, um conjunto de mapas e plantas de arquitetura exclusivas de habitações populares no Estado do Rio de Janeiro.

Esta reportagem reflete a situação cotidiana do tratamento e do destino dos documentos científicos produzidos pelos pesquisadores da UFRJ no exercício de suas funções e atividades de pesquisa.

Neste balanço de perdas documentais, que podem ser irreversíveis, deixa-se um saldo negativo para a memória da universidade, para a ciência e para toda sociedade. Este exemplo nos mostra como falta direcionamento à produção de documentos científicos nas universidades, fontes primárias de conhecimento – neste caso, as fotografias de trabalho, os originais do livro, textos e anotações de trabalho de campo, dentre outros.

Esta situação demonstra o desconhecimento, por parte da pesquisadora, do instrumental técnico originário da área de arquivos e documentação, relativo à organização, armazenagem e preservação de documentos similares. Percebe-se na atitude de “guardar” uma atribuição de valor pessoal, sentimental e privado. Onde está a parte pública desta pesquisa? Esta documentação foi desenvolvida privativamente, ou em uma universidade federal brasileira? É

um caso que revela, em parte, o caminho de destruição da memória da pesquisa acadêmica em direção à “terra perdida do esquecimento”.

O presente trabalho de conclusão do curso na modalidade Dissertação tem como objeto de estudo a metodologia da Identificação Arquivística aplicada aos arquivos científicos¹ do Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECEM) da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ), oriundos das atividades de pesquisa e produção intelectual dos professores², no exercício de suas funções na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

As universidades produzem anualmente milhares de pesquisas acadêmicas gerando uma considerável produção documental científica e cultural que se tornam, posteriormente, fonte para pesquisa.

Estas “fontes primárias” são documentos produzidos e acumulados no decorrer das atividades, ações e procedimentos de pesquisas acadêmicas sendo, portanto, considerados arquivos científicos.

Segundo Mello e Silva:

Considera-se arquivo científico todas as fontes arquivísticas que permitem a verificação do crescimento e desenvolvimento das políticas e ensino científico, dos avanços das diferentes disciplinas e, também, da contribuição de cientistas para sua área de atuação. (MELLO E SILVA, 2006, p.99)

Se as universidades produzem, acumulam e reúnem saberes, fazeres, práticas, experiências, comportamentos e desenvolvem políticas e ensino científico, e são consideradas como um dos principais centros de pesquisa, quem são estes produtores de documentos científicos? Os pesquisadores? Os cientistas? Os professores? Os estudantes?

Ao analisar a origem dos documentos de arquivos da Ciência e Tecnologia (C&T), Smit, distingue os atores deste universo da memória científica e tecnológica:

- Os produtores de documentos- prioritariamente, os cientistas e pesquisadores; - Os acumuladores de documentos – os arquivos; - Os usuários da memória científica – cientistas, pesquisadores ou gestores de C&T (SMIT, 2007, p.63).

¹ Para esta pesquisa consideramos arquivo científico os documentos produzidos a partir de projetos de pesquisa abrigados no Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECEM) da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ), com base na definição de Mello e Silva (2006, p.99). A autora que considera como arquivo científico todas as fontes arquivísticas que permitem a verificação do crescimento e desenvolvimento das políticas e ensino científico, dos avanços das diferentes disciplinas e, também, da contribuição de cientistas para sua área de atuação.

² Grupo II – Atividades de pesquisa e produção intelectual, classificação atribuída pelo Conselho Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro dentro dos quais está incluído o Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ conforme a Resolução nº 08/2014 de 11 de setembro de 2014.

A partir deste ponto de vista, podemos considerar que os produtores de documentos são também acumuladores de arquivos e, dentro do universo da Ciência e da Tecnologia os principais autores deste processo são os cientistas e os pesquisadores.

Neste aspecto, Smit adota o termo “pesquisador” por considerá-lo mais amplo e abrangente do que o de cientista para os produtores de documentos de C&T:

O que caracteriza um “cientista” e um “pesquisador”? O cientista produz ciência e o pesquisador pesquisa. Resposta simples, mas que não nos ajuda entender a especificidade deste produtor de documentos, pois parto do princípio segundo o qual este produtor tem sua especificidade, decorrente do tipo de trabalho que ele desenvolve (SMIT, 2007, p.64).

Neste sentido, o pesquisador como um produtor de documentos científicos possui sua especificidade decorrente do tipo de trabalho que desenvolve. Deste modo, ao analisarmos o contexto de produção documental científica de uma instituição universitária, (estabelecimento de ensino e pesquisa de nível superior para fins de transmissão e ampliação do saber, em que essas atribuições e funções são exercidas pelo professor), caberia, pois, incluir neste sentido amplo de “pesquisador”, ao qual se refere Smit (2007), a função de professor.

Diante do exposto, para os fins desta pesquisa Arquivística³ consideramos como pesquisador, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a justaposição: professor/pesquisador/cientista, que, no exercício de suas funções e atividades da pesquisa e produção intelectual, produz documentos de interesse para a ciência e para sociedade, ou seja, arquivos científicos.

De acordo com Welfelé (2004), os cientistas, de uma maneira geral, só consideram como digno de conservação o resultado do seu trabalho, e que esse documento é o único que escapa da destruição. Todos os outros documentos produzidos considerados como prova e testemunho das etapas intermediárias da atividade científica, são de natureza provisória.

Onde estão os arquivos científicos nas universidades? Estão nos arquivos dos Centros universitários, das Faculdades, das Escolas? Há recolhimento ou transferência destes documentos para os arquivos da universidade? Que tipos documentais estão presentes nestes arquivos científicos? Quais as funções e atividades atribuídas na produção dos arquivos científicos nas universidades? As universidades possuem tabelas de temporalidade e estas são aplicadas a esses conjuntos?

³ Segundo Thomassen (2006), Pesquisa Arquivística: “(...) é pesquisa sobre relações: relações entre informação, documentos de arquivo e elemento de contexto, e, num patamar mais elevado, relações entre pessoas, comunidades e sociedades. Ela pode chegar a conclusões formais quando se trata de relações formalizadas como, por exemplo, um sistema que é dominado por regras formais estabelecidas se comportará em determinadas circunstâncias”.

O estatuto da UFRJ, em seu art. 6º: “A universidade destina-se a completar a educação integral do estudante, à busca e ampliação dos conhecimentos e a preservação e difusão da cultura”. Portanto, se considerarmos que nas universidades é necessário ampliar o conhecimento, preservar e difundir a cultura, concluímos que seja o momento de a universidade refletir sobre a realidade da produção documental científica, sua preservação e o papel do arquivo dentro da universidade.

O problema desta investigação refere-se aos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECEM) da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ), oriundo das atividades de pesquisa e produção intelectual dos pesquisadores⁴, no exercício de suas funções na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estes arquivos científicos encontram-se sob a custódia da Seção de Arquivo do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, sendo o primeiro arquivo desta natureza a receber tratamento arquivístico dentro da instituição.

Segundo Rodrigues, um arquivo se forma por um processo de acumulação natural e entender o seu conteúdo e significado só é possível “ na medida em que se possa ligar o documento ao seu contexto mais amplo de produção, às origens funcionais” (RODRIGUES, 2008, p.34). Estabelecer as relações dos documentos de arquivo com seu produtor constitui-se como uma das medidas adotadas na Arquivologia para conhecer a natureza do documento de arquivo.

O primeiro passo para entender e estabelecer essas relações iniciou-se na organização deste arquivo, a construção das descrições arquivísticas e a disponibilização das informações em banco de dados institucional. Para o programa descritivo adotou-se a estruturação e padronização das informações com a aplicação da norma brasileira de descrição, a NOBRADE⁵, as normas internacionais para descrição ISAAR (CPF)⁶ e ISDIAH⁷ e também o sistema de descrição⁸ do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Todas as opções metodológicas refletem um momento de trabalho ao longo de um percurso, mas, “a Arquivística, como toda ciência, é dinâmica”, entretanto, e deve [...]

⁴ Conforme mencionamos na página anterior, consideramos como pesquisador, na universidade, a justaposição: professor/pesquisador/cientista, que, no exercício de suas funções e atividades da pesquisa acadêmica, produz documentos de interesse para a ciência e para sociedade, ou seja, arquivos científicos.

⁵ Adaptação brasileira da Norma geral internacional de descrição arquivística- ISAD (G)

⁶ Norma Internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias - ISAAR (CPF)

⁷ Norma Internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico - ISDIAH.

⁸ Este sistema de descrição permite o uso combinado de todas as normas internacionais do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), quais sejam: ISAD (G), (ISDF), ISAAR (CPF) e ISDIAH.

“acompanhar o tempo social e o tempo científico, estando, portanto, em constante revisão e aperfeiçoamento” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2003, p.23-24).

Para trazer uma compreensão mais efetiva do contexto do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ, optamos por estudar a Identificação Arquivística, que ao longo das últimas décadas vem sedimentando sua abordagem teórica-metodológica, conduzida pelos diversos trabalhos desenvolvidos no Brasil, na Espanha e em países da América Latina.

Para Mendo Carmona (2004), o método analítico que sustenta todo o tratamento arquivístico é a Identificação Arquivística e se aplica ao longo de todo o ciclo vital dos documentos e que sustenta qualquer tratamento arquivístico posterior de organização, classificação, avaliação e descrição.

No caso deste estudo, não iremos nos deter em analisar ou sequer questionar o sistema de classificação adotado no tratamento documental dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ. O foco principal desta pesquisa, será compreender o contexto de produção desses arquivos científicos, tendo como fundamento teórico-metodológico a Identificação Arquivística, a Diplomática e a Tipologia Documental com o intuito de elaborar uma proposta de modelo de procedimentos normalizados para a Identificação Arquivística do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ.

Na fase de estudo de órgão produtor, a primeira da metodologia de Identificação Arquivística, segundo Mendo Carmona (2004, p.42), resulta numa imagem completa não apenas do produtor, mas também da consistência orgânica do órgão, os poderes, as atribuições e seus antecedentes.

A segunda fase do método da Identificação Arquivística, que analisa as tipologias documentais produzidas no exercício de atividades, pode indicar “características identificadoras” e “uma conexão lógica” destes documentos a outros do mesmo conjunto.

De acordo com Bellotto:

As mais importantes características identificadoras dos documentos de arquivo relativamente aos outros tipos de documentos são o princípio da proveniência (vínculo ao órgão produtor/recebedor/acumulador) e o princípio da organicidade (coerência lógica e orgânica no contexto de produção, o vínculo aos outros documentos do mesmo conjunto). Aliás, o decantado, o vínculo arquivístico é pedra de toque dos estudos arquivísticos. Trata-se da conexão lógica e formal que une os documentos de um mesmo conjunto (BELLOTTO, 2010, p. 163).

Além destas duas fases da Identificação Arquivística, a análise crítica da Diplomática enfatiza o estudo dos elementos extrínsecos e intrínsecos da forma documental, e, de acordo com Duranti (2015), permite analisar formas documentais para a compreensão das ações

administrativas e das funções que deram origem ao documento. Assim sendo, a crítica da Diplomática apresenta-se como mais um elemento teórico de embasamento nesta perspectiva de estudo do contexto de produção do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ.

Delmas (2010) afirma que a Diplomática é a ciência do documento institucional, do documento funcional e da informação orgânica, e que os diplomatas e arquivistas necessitam desta cientificidade para o tratamento dos documentos de maneira científica.

A meu ver, é preciso reformular cientificamente os três objetos fundamentais comuns ao diplomata e ao arquivista, isto é, recensear todas as formas que os textos e os dados podem tomar; fazer o levantamento da sua tipologia sistemática; identifica-los, quer dizer, defini-los pela sua natureza institucional e função orgânica, apontar seu aparecimento, suas características, sua evolução, sua transformação e seu desaparecimento; classificá-los em relação aos documentos de mesma natureza na cadeia da gênese e da tradição documental. Esses dois primeiros procedimentos são necessários ao terceiro para verificar, nos documentos que são preservados, até que ponto podemos conduzir a identificação, examinar depois o lugar que ocupam no todo que subsiste e, em função desses dois critérios, eliminar os documentos menos identificados, mais difíceis de ser submetidos à crítica Diplomática e, portanto, de validar, de modo a reduzir a incerteza sobre as fontes, dentro da exigência de verdade. A avaliação deve reduzir a incerteza da pesquisa em termos de tempo, de economia de meios e de resultado para responder à busca dos usuários dos arquivos (DELMAS, 2010, p.154).

Diante do exposto, com o estudo mais detalhado dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ e a compreensão da sua gênese documental – ou seja, aplicando o método da Identificação Arquivística para o estudo do órgão produtor e do exercício da função de pesquisador na universidade, e investigando a relação dos documentos que surgem no curso das atividades de pesquisa e produção intelectual ao empregar a análise crítica da Diplomática e a análise Tipológica – poderemos elaborar diretrizes para normalização de procedimentos no tratamento de arquivos similares produzidos na universidade.

Neste processo analítico é possível coletar subsídios para criar uma proposta de modelo de procedimentos normalizados para a identificação e tratamento técnico em arquivos desta natureza no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Welfelé ao apontar a urgência da conservação da memória dos documentos oriundos das práticas científicas, sugere que: “para resolver os antagonismos que foram evocados, é necessário ir a campo, coletar mais de perto a realidade das práticas documentais do meio ambiente da ciência contemporânea” (WELFELÉ, 2004, p.71).

A coleta das práticas documentais do meio ambiente da ciência contemporânea, para esta pesquisa, significa levantar as fontes de informação e analisar o contexto de produção do

arquivo científico/Núcleo Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ na relação do exercício da função de pesquisador e com isso conferir sua identidade, ou seja, sua proveniência.

O levantamento e a análise sobre os elementos do documento de arquivo aplicados aos documentos científicos e contemporâneos são fontes de informação valiosas para estudos com documentos para outras áreas do conhecimento. Para Rodrigues, “as fontes de informação, utilizadas nesta fase, além das leis, decretos, portarias, regimentos internos, são consultas diretas às pessoas que estejam tramitando e produzindo os documentos, ligando-os às pessoas e atividades que os produzem” (RODRIGUES, 2008, p.74).

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é elaborar uma proposta de modelo de normalização de procedimentos de Identificação Arquivística para o tratamento dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECEM) da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ).

Para consecução do objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Mapear os documentos normativos, administrativos e técnicos que orientaram as atividades de pesquisa do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ.
2. Verificar a aplicabilidade da metodologia da Identificação Arquivística para o estudo de caso do órgão produtor e da função de pesquisador do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ.
3. Aplicar a análise Tipológica e análise crítica Diplomática em uma amostra representativa dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ.

A presente proposta originou-se a partir de inquietações em relação à falta de mecanismos institucionais que incentivassem a preservação, o recolhimento, o tratamento técnico e posteriormente a pesquisa e a disseminação dos documentos produzidos por pesquisadores nas universidades: os documentos científicos.

Assim, a opção pelo tema deve-se à intenção de aprofundar os estudos iniciados em 2012 por esta autora, a partir da elaboração de um projeto intitulado “Arranjo e Descrição Arquivística dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECEM) da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ)”, que foi o marco inicial no tratamento técnico de um arquivo científico do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), e que teve o apoio do Programa de Iniciação Artística e Cultural – PIBIAC da UFRJ para a contratação de bolsistas.

Este projeto constituiu-se como uma investigação científica destinada ao resgate, organização, descrição arquivística e acesso ao arquivo científico do CFCH. Teve por objetivo inicial apresentar uma proposta de experimentação do espaço do Arquivo do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) como um lugar efetivo para construção de um ambiente

integrador, na expectativa de superar a cultura de fragmentação que marca a história da Universidade, assim como promover e ampliar o uso dos arquivos nos estudos universitários.

O Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos multidisciplinares (GCEM) foi criado por pesquisadores da Escola de Serviço Social (ESS) nas duas últimas décadas do século XX e gerou um arquivo científico acerca das relações entre gênero, etnia e classes na sociedade brasileira.

Trata-se de uma documentação complexa, composta a partir de experiências e de saberes científicos e técnicos, envolvendo mais de cinquenta profissionais, entre professores, alunos e pesquisadores distribuídos em sete projetos integrados.

Este arquivo científico encontrava-se abandonado em um armário na parede de uma sala do edifício sede do CFCH/UFRJ do Campus da Praia Vermelha na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, esta documentação encontra-se organizada e disponível para pesquisa em meio físico e/ou através de base de dados do CFCH, a Base Catavento⁹.

Segundo Welfelé:

O trabalho do arquivista será, então, o de saber quais relações os pesquisadores mantêm com suas produções documentais; de definir que valor estas produções podem ter para a história das ciências e não ignorar, de todo, o discurso indiferente dos cientistas diante desta história; de atrair a atenção dos cientistas sobre a utilidade de construir uma memória; de encontrar os meios de conservá-la, de fazer um inventário dela e de tornar sua existência conhecida para historiadores e sociólogos das ciências (WELFELÉ, 2004, p. 68).

Em observações e impressões pessoais no cotidiano universitário, podemos perceber que, culturalmente, no Brasil, grande parte das universidades não conserva e não valoriza os documentos produzidos nas pesquisas acadêmicas, e muito menos os utiliza como prática de pesquisa em arquivos.

Santos esclarece sobre este valor dos documentos:

O valor de guarda que os cientistas atribuem a este material está relacionado ao valor por eles atribuído à sua ciência, ou, quando muito, à ciência do seu grupo ou da sua instituição. Em outras palavras, é possível perceber nos cientistas uma dificuldade de estabelecer nexos entre o que produzem hoje, o acúmulo do que produziram em suas trajetórias e o uso que a sociedade poderá fazer com tudo isso (SANTOS, 2012, p.177).

Esta observação, sugere que os cientistas necessitam “estabelecer nexos entre o que produzem hoje, o acúmulo do que produziram em suas trajetórias e o uso que a sociedade poderá

⁹ A Base Catavento foi desenvolvida em 2013 a partir da versão do *AtoM* do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e o Convênio de Cooperação Técnica com a Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz) e CFCH/UFRJ.

fazer com tudo isso”, abre caminho para as discussões referentes ao papel do arquivista neste contexto, visto que “espera-se que o arquivista esteja devidamente capacitado profissionalmente para intervir em toda a cadeia do tratamento documental arquivístico, qualquer que seja o suporte, a idade, a categoria ou a modalidade do documento”(BELLOTTO, 2014, p. 268).

A proposta de aplicar a metodologia da Identificação Arquivística em um arquivo científico na universidade, conhecer a natureza desses documentos, apresenta-se como um desafio ao aprofundar a discussão na área, tendo em vista a especificidade destes documentos e a complexidade de uma organização universitária.

Pensar os universos teóricos e os recursos para a produção do conhecimento arquivístico requer uma ampliação do diálogo com outras áreas do conhecimento.

Um aspecto relevante para a compreensão dos objetivos da Arquivística que se pode elencar, o acesso à informação, lança a sociedade para outro tipo de desafio: ter propostas interdisciplinares, de ensino e pesquisa para atingir reflexões que podem remontar as questões de exclusão versus inclusão social dos indivíduos no acesso aos documentos e informações nos arquivos (ASSIS; SOUZA, 2009, p.380).

Jardim (2012, p.136) diz que nós arquivistas, devemos construir agendas de pesquisa em Arquivologia, diferentemente da pesquisa em arquivos (elaborada por cientistas sociais de maneira geral), ou seja, “refletir epistemologicamente sobre seus métodos, objetos, universo empírico, recursos e questões interdisciplinares do campo”.

Na construção da citada “agenda de pesquisa em Arquivologia”, propõe-se a reflexão sobre o universo empírico de documentos acumulados naturalmente em atividades de pesquisa e produção intelectual dos pesquisadores da Escola de Serviço Social da UFRJ, a partir da compreensão da estrutura institucional, exercício das funções e análises documentais, tendo como abordagens teóricas, conceituais e metodológicas a Identificação Arquivística, a Diplomática e a Tipologia Documental.

Infelizmente, os documentos de arquivo produzidos e acumulados no decorrer das atividades dos projetos de pesquisa acadêmicos dentro da universidade nem sempre são recolhidos e transferidos para unidades de arquivo dentro da universidade e, na maioria das vezes, são encontrados em depósitos e lugares inadequados. Este foi o caso dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECM da Escola de Serviço Social da UFRJ que se encontrava abandonado em um "armário de uma parede”.

A preservação e o reconhecimento da memória em instituições universitárias são fundamentais para a implementação da Política Nacional de Memória da Ciência e para a construção de um patrimônio cultural e intelectual da nossa sociedade. Segundo o Relatório da Comissão Especial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia – CNPq:

A memória da ciência não deve ser objeto de atenção apenas de instituições especializadas, mas do conjunto de organismos e entidades envolvido na preservação do patrimônio histórico, na produção, disseminação e uso do conhecimento (BRASIL, 2003, p.5).

Sobre a importância dos documentos científicos em universidades, Roberto de A. Martins afirma que “[...] é indubitável a importância dessa documentação, pois ela tem um papel essencial na pesquisa da história da ciência e da tecnologia e na avaliação das ações passadas como base para o planejamento futuro” (MARTINS, 2006, p. 63).

Segundo Welfelé:

Há, então, a urgência de sair do âmbito estreito do arquivo para se pensar em termos dos documentos oriundos das práticas científicas. Conservar os arquivos, mas também os objetos e a memória das práticas é um projeto ambicioso e, no entanto, realista. Para resolver os antagonismos que foram evocados, é necessário ir a campo, coletar mais de perto a realidade das práticas documentais do meio ambiente da ciência contemporânea (WELFELÉ, 2004, p.71).

Samuels (2007) ao avaliar os documentos da ciência moderna e da tecnologia diz que a documentação da administração das instituições e suas atividades são bem documentadas nas práticas tradicionais arquivísticas, mas que isso não ocorre em setores da universidade como no ensino, pesquisa, sala de aula e laboratórios. Para a autora existem vários problemas de produção documental nestas áreas e as ferramentas tradicionais da área não ajudam resolvê-los.

A prática arquivística tradicional pode obscurecer os múltiplos atores que desempenham um papel em todos os níveis de uma instituição, assim como as atividades que produzem pouca documentação. Olhando ao longo, no lugar de olhar pelas linhas administrativas de maneira cruzada, os arquivistas são impedidos de adquirir um entendimento holístico de suas instituições (SAMUELS, 2007, p.75).

Este entendimento holístico da instituição amplia e ao mesmo tempo aproxima o arquivista da comunidade acadêmica.

Os arquivistas precisam tanto do conhecimento da extensão da amplitude das funções exercidas por sua instituição, quanto de uma compreensão da natureza dos testemunhos dessas funções. É este conhecimento que nos permite

responder à pergunta: O que se precisa para documentar uma instituição? (SAMUELS, 2007, p.75).

A amplitude das funções apontada por Samuels (2007) pode ser compreendida quando estudamos a universidade como uma organização:

A universidade é considerada uma organização complexa não só pela sua condição de instituição especializada, mas principalmente pelo fato de executar tarefas múltiplas. Cada tarefa (relacionada com suas funções de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade), embora interdependente em relação às outras, tem uma organização característica que difere da organização requerida para as demais e da organização como um todo, se relaciona ao ambiente externo à universidade. Ela é, na realidade, do ponto de vista organizacional, a instituição de mais complexa estrutura da sociedade moderna (LEITÃO, 1985, p.7-8).

Se considerarmos a instituição universitária como uma estrutura organizacional complexa, que executa múltiplas tarefas e onde cada tarefa está relacionada às suas funções de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, isso significa que temos diversos agentes produtores de documentos e especificidades de tipos documentais que participam nos processos de trabalho institucionais.

Na discussão que se coloca no universo complexo de uma organização universitária, neste caso a UFRJ, o desenvolvimento será em torno dos arquivos científicos do Núcleo de pesquisa GECM/ESS/UFRJ, com ênfase na sua produção documental e nos seus agentes produtores (organismos e pessoas), ou seja, o estudo da produção dos documentos da pesquisa propriamente dita, dos órgãos e dos pesquisadores, com vistas ao conhecimento das funções exercidas por estes agentes e das atribuições administrativas vinculadas ao processo de produção documental.

A abrangência de estudo pode nos levar ao conhecimento das funções exercidas por esse Núcleo de Pesquisa, tanto quanto a compreensão da natureza dos testemunhos dessas funções, conforme afirma Samuels (2007), citada anteriormente.

Nesmith (2010), por sua vez, destaca a importância dos estudos da proveniência e do contexto do documento de arquivo; portanto, habilitando-nos (os arquivistas) a transformar arquivos e informação em conhecimento.

Não é novidade que a informação de proveniência acerca da origem dos documentos, do contexto em que foram criados e seu desenvolvimento ao longo do tempo – em outras palavras, informação sobre a história dos documentos – é a base de nossa habilidade em transformar arquivos e informação em conhecimento (NESMITH, 2010, p.20).

Além desta “habilidade em transformar arquivos e informação em conhecimento”, podemos chegar ao conhecimento do tipo de uso ou usuário:

O entendimento mais profundo da proveniência ou dos processos de contexto que moldam o documento de arquivo por toda a sua história (desde sua produção inicial, arquivamento e os usos feitos desse documento) é a chave para o constante abrir e renovar dos arquivos. É o que capacita o arquivista, mais do que qualquer outro conhecimento que ele tenha, a buscar o inesperado e desconhecido tipo de uso ou usuário (NESMITH, 2010, p.22).

Ao ampliar a compreensão da produção dos documentos contemporâneos que compõem arquivos produzidos em atividades de pesquisa e produção intelectual no contexto universitário, sua especificidade deverá ser considerada. Tais arquivos podem ser considerados, como quaisquer outros, “[...] evidências das transações da vida humana” (COOK, 1998, p.131), por que possuem características específicas que os tornam fontes para estudos em diversas áreas do conhecimento.

Essa perspectiva de ampliação e compreensão deste conjunto documental possibilita uma aproximação do arquivista com a comunidade acadêmica produtora de arquivos científicos na universidade e uma visão geral deste universo de produção documental tão importante para a sociedade.

Segundo Eastwood “nem sempre é fácil identificar o que, entre dados, informações e documentos, são documentos arquivísticos, e que por isso requerem medidas especiais de controle” (EASTWOOD¹⁰, 2002 *apud* RONDINELLI, 2013, p. 14). Rondinelli, ao questionar o pensamento de Eastwood no desenvolvimento de medidas de controle para identificação de documentos arquivísticos, afirma que a “ a resposta exige que se conheça a natureza do documento arquivo, ou seja, o que de fato é essa entidade e o que ela significa para a sociedade” (RONDINELLI, 2013, p. 14).

Conhecer a natureza do documento de arquivo, no contexto de uma universidade, pública, gratuita e laica como a UFRJ, supõe que seu significado perante a sociedade recaia numa perspectiva mais abrangente, implicando em responsabilidades. Ao fazer referência aos documentos produzidos especificamente em atividades de pesquisa, este significado torna-se ainda mais presente e contínuo, visto que é a sociedade quem financia essas ações, e ela precisa de resultados e retornos.

Santos (2012), ao analisar a atividade científica incorporando ao trabalho do arquivista parâmetros que esclarecem os tratamentos de conjuntos documentais por ela gerados, diz que a

¹⁰ DURANTI, Luciana; EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *Preservation of the integrity of electronic records*. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002. 172p.

organização da ciência como instituição ultrapassa várias fronteiras de aquisição de conhecimento e que isso está contido nos arquivos científicos:

[...] o microcosmo cotidiano da investigação e da ciência organizada institucionalmente, com sua relação dinâmica no convívio entre os pares e na sua interação com a sociedade, estarão presentes nesses arquivos, em diferentes proporções, de acordo com a vida e a trajetória de seu titular. Mas estarão sempre presentes, conferindo alguma particularidade a esses arquivos, que não podem ser confundidos com outros (SANTOS, 2012, p. 83).

Considerando essa particularidade atribuída a esses arquivos, durante o processo de tratamento dos documentos do Núcleo de Pesquisa do GECM/ESS/UFRJ, ou de qualquer outro documento de arquivo, deverão ser aplicados os conceitos e princípios da Arquivologia, considerando-se o uso para o qual foi produzido, os valores primários ou secundários, para fins probatórios, legais ou científicos.

Além disso, a Arquivologia considera a compreensão da natureza dos documentos de arquivo, das pessoas e instituições que geraram documentos no desempenho das atividades na realização de cada uma das suas funções são fundamentais. Para Rodrigues (2008), a identificação é uma metodologia de pesquisa para a Arquivologia que pode ser realizada sobre qualquer tema ou questão no que se refere à área e pode:

[...] ser aplicada em qualquer fase do ciclo de vida dos documentos, podendo, portanto, incidir sobre o momento de sua produção, para efeito de implantação de programas de gestão de documentos; ou no momento de sua acumulação, para controlar fundos transferidos ou recolhidos aos arquivos, no âmbito dos sistemas de arquivo (RODRIGUES, 2008, p.69).

Nesta perspectiva, a abordagem da Identificação Arquivística como teoria e metodologia para esta investigação torna-se um caminho seguro para fundamentar a proposta de normalização de procedimentos para os arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECM. Este trabalho de normalização de procedimentos para identificação de acervos arquivísticos desta natureza pode subsidiar as atividades de tratamento documental abrangendo todas as funções arquivísticas de descrição, avaliação e classificação de documentos. Para Fox, as normas trazem diversos benefícios para o cotidiano do trabalho do arquivista e “precisamos alcançar uma maior normalização em nosso trabalho” (FOX, 2007, p.24).

Uma proposta de normalização da Identificação Arquivística aplicada aos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ pode oferecer aportes metodológicos e pragmáticos e, com isso, assegurar uma racionalização na nomeação dos procedimentos, das funções, dos órgãos produtores e das tipologias documentais encontradas no acervo.

Segundo Rodrigues (2016), a soma dos estudos institucionais com o processo analítico dos documentos produzidos o resultado é a Identificação.¹¹ A autora ao apontar a Diplomática como referencial metodológico para a identificação da tipologia documental, sugere o uso e a aplicabilidade da metodologia como caminho para a compreensão do documento de arquivo. Com isso, podemos concluir que esta metodologia pode levar à compreensão dos documentos científicos produzidos a partir das atividades de pesquisa acadêmica universitária.

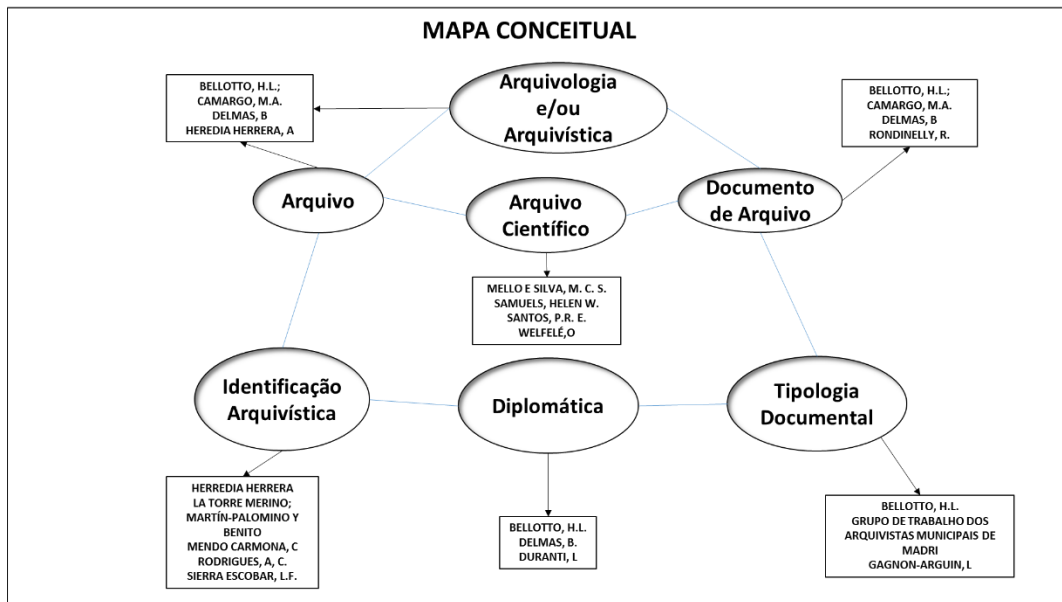
Para uma visão ampla dos conceitos que serão empregados nesta pesquisa utilizaremos os recursos instrucionais em um mapa conceitual (FIGURA 1), ou seja, apresentaremos uma estrutura conceitual “das relações de subordinação e superordenação entre os conceitos de uma disciplina ou corpo de conhecimento” (MOREIRA, 1980, p.474).

Moreira (1980, p.475) propõe “uma hierarquia vertical de cima para baixo indicando relações de subordinação de conceitos”, sendo assim, no topo do mapa conceitual temos o campo da Arquivística e/ou Arquivologia englobando os conceitos de Arquivo, Arquivo Científico, Documento de Arquivo, tendo como fundamentação as ideias de: Heloisa Liberalli Bellotto, Ana Maria Camargo, Bruno Delmas, Antonia Heredia Herrera, Maria Celina Mello de Silva, Paulo Roberto Elian dos Santos, Odile Welfelé, Helen W. Samuels, Rosely Rondinely.

Das correntes teóricas que se formaram em torno da Diplomática, da Tipologia Documental e da Identificação Arquivística abordaremos as que mais se destacam para o escopo deste trabalho através dos autores Heloisa Liberalli Bellotto, Ana Célia Rodrigues, Luciana Duranti; Bruno Delmas; Antônia Heredia Herrera, José Luiz la Torre Merino, Mercedes Martín-Palomino y Benito, Concepción Mendo Carmona, Luis Fernando Sierra Escobar, Grupo de Trabalho dos Arquivistas Municipais de Madri; e Louise Gagnon-Arguin, da Universidade de Montreal. A Figura 1 representa os conceitos e autores que ilustram a base conceitual desta pesquisa.

¹¹ RODRIGUES, Ana Célia. Slides da aula. Disciplina Diplomática como fundamento da Identificação Arquivística. Slide n.12. Niterói, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Universidade Federal Fluminense (UFF), set/2016.

Figura 1 - Mapa Conceitual



Fonte: MOREIRA. M. A,1980.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.¹²

Ao pensar os arquivos científicos na perspectiva de ampliar os estudos do órgão produtor e o exercício da função de Pesquisador, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é preciso chegar às fontes primárias do objeto de trabalho, ou seja, a documentação produzida pelo Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GCEM) da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ), identificando-as dentro de um universo empírico.

Ao investigar o universo empírico destes arquivos científicos, de onde podem sobressair métodos científicos e fenômenos de uma área das ciências sociais e humanas, podemos considerar um retorno de benefícios para os arquivistas, assim como também para outros pesquisadores.

Santos ao discutir sobre os documentos produzidos nas atividades e funções pessoais e profissionais dos cientistas, afirma que esta documentação é um “tipo de material que desperta interesse, tanto para historiadores da linha externalista, preocupados com os aspectos sociais e econômicos, quanto para aqueles da linha internalista, voltados para os aspectos do conteúdo do conhecimento científico” (SANTOS, 2012, p.87).

¹² As recomendações sobre a apresentação das ilustrações nos trabalhos acadêmicos estão de acordo com a versão atualizada de: FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. Manual para Normalização de publicações técnico-científicas. 9. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 263 p.

Campo empírico e fontes primárias são objetos necessários à sustentabilidade da pesquisa em Arquivologia, visto que são a base de construção para as relações e fundamentações produzidas a partir da análise inter-relacional dos mesmos. Chauí aponta que: “[...] o empirismo, ao contrário, afirma que a razão, com seus princípios, seus procedimentos e suas ideias, é adquirida por nós através da experiência”(CHAUÍ, 2000, p.85).

Experiência e observação da realidade, aliadas à metodologia e embasamento teórico são imprescindíveis ao procedimento de investigação da documentação produzida pelo Núcleo de Pesquisa GECEM, derivando daí informações e dados a serem reconhecidos como instrumento de conhecimento para a pesquisa científica e na formação acadêmica.

Os arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM serão trazidos para as discussões teóricas e metodológicas, ressaltando-se a importância do empirismo na consolidação do conhecimento científico, na medida em que a experiência é necessária para sustentar o campo teórico.

Esta investigação caracteriza-se pela verificação e aplicabilidade da metodologia da Identificação Arquivística para sistematização de procedimentos de estudo de órgão produtor e do exercício na função de pesquisador, no tratamento dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECEM) da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ). Baseia-se, portanto, em uma pesquisa Arquivística, que segundo Thomassem, “é uma pesquisa sobre relações: relações entre informações, documentos de arquivo e elemento de contexto, e, num patamar mais elevado, relações entre pessoas, comunidades e sociedades” (THOMASSEM, 2006, p.15).

Deste modo, desenvolvemos uma investigação de cunho qualitativo. Segundo Vergara os tipos de pesquisa não são excludentes, “uma pesquisa pode ser ao mesmo tempo, bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso” (VERGARA, 1998, p.47). Considerando-se os critérios de classificação de pesquisa, quanto aos fins e os meios, propostos pela autora, temos:

1. **Quanto aos fins**, uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque embora as atividades de pesquisa e produção de arquivos científicos fazem parte do cotidiano universitário, não se verificou, até o momento, a existência de estudos que abordem o contexto de produção destes documentos de arquivo. Descritiva porque, descreve procedimentos e características das atividades de pesquisa e produção intelectual acerca de uma área do conhecimento.
2. **Quanto aos meios**, uma pesquisa bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso.

- a) Bibliográfica porque para fundamentação teórico-metodológica do trabalho será realizada investigação sobre: Arquivologia e/ou Arquivística, pesquisa Arquivística, arquivos científicos, padronização e normalização Arquivística, análise-funcional, Identificação Arquivística, Diplomática e da Tipologia Documental;
- b) Pesquisa Documental porque foram utilizados documentos normativos, administrativos e técnicos produzidos pelo Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ. A Pesquisa na Legislação teve como finalidade principal a identificação da base legal do órgão produtor e da função magistério superior, especificamente, no exercício da função de Pesquisador;
- c) Estudo de caso com detalhamento sobre a metodologia da Identificação Arquivística para o estudo de órgão produtor e do exercício da função pesquisador do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ, ratificado na análise crítica da Diplomática e na análise da Tipologia Documental em uma amostra representativa do arquivo.

Para o desenvolvimento e alcance dos objetivos propostos para esta pesquisa, o trabalho está estruturado da seguinte maneira:

Na seção 1 – Introdução, apresentação do tema de pesquisa, do problema e dos pressupostos de pesquisa, da justificativa, dos objetivos geral e específicos, da metodologia e os resultados esperados.

Na seção 2 – Apresentação dos Arquivos enquanto campo de estudo, sua natureza, seus princípios. Em seguida aborda os conceitos e características complexas referentes aos arquivos científicos, principalmente no contexto das atividades de pesquisa e produção intelectual nas universidades.

Demonstração e contextualização do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ

Na seção 3 – Estudo dos princípios da Identificação Arquivística, os aspectos teóricos-conceituais, objeto e características, aspectos metodológicos e instrumentais

Na seção 4 – As contribuições da Diplomática, o estudo da Tipologia documental.

Na seção 5 – Aplicação dos princípios teóricos-metodológicos da Identificação Arquivística para execução das tarefas concernentes ao trabalho de normalização e sistematização de procedimentos de estudo de órgão produtor e da função de pesquisador, para tratamento do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ.

Na seção 6 – Estudo de caso da “simbiose indivisível entre o produtor – contexto – gênese – função” (BELLOTTO, 2010, p.161), tendo como fundamentação teórico-metodológica a Diplomática e da Tipologia Documental em uma amostra representativa do arquivo científico

do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ, finalizando com a delimitação da Série Documental.

Nas considerações finais são expostas as dinâmicas gerais do estudo, demonstrando a perspectiva das atividades desenvolvidas que permitiram exercitar a teoria e a prática, com possibilidades de novos estudos e investigações.

2 ARQUIVOLOGIA COMO AREA DO CONHECIMENTO

Inegavelmente, a Arquivologia contemporânea vem ampliando o seu campo de estudo e atuação, alicerçada em seus princípios e conceitos, que estão em constante diálogo, teórico e prático, na solução dos problemas da produção documental dos indivíduos, das instituições e da sociedade em geral.

Segundo Jardim (2012), a figura do Estado na história da Arquivologia sempre esteve presente e não está sendo diferente na contemporaneidade:

Se a publicação do *‘Manual de arranjo e descrição de arquivos’* ou *‘Manual dos Holandeses’* por Muller, Feith e Fruin, em 1898, é um marco fundador da Arquivologia, a sua configuração como área está fortemente ligada à invenção dos arquivos públicos como instituição, a partir da Revolução Francesa e a um conjunto de práticas na organização dos arquivos do Estado moderno. A Arquivologia, saber de Estado, é filha do Estado moderno europeu. Surge fortemente associada, naquele momento, ao quadro de uma memória que ao constituir-se em lastro ao reconhecimento da nação configura-se numa narrativa autolegitimadora do Estado (JARDIM, 2012, p.138, grifo do autor).

Ao analisarmos cronologicamente a consolidação da Arquivologia no Brasil, sob o ponto de vista da sua atuação “efetiva” e institucionalizada através dos autores públicos e sociais da área, resumidamente, tomamos como marco temporal a década de 1970:

1971 - Fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB);

1972 - Realização do primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia. Neste mesmo ano, o Ministério da Educação (MEC) passa a considerar o Curso Permanente de Arquivos, em funcionamento no Arquivo Nacional (AN), como de nível universitário;

1974 - A fixação do currículo mínimo;

1977 - O Curso Permanente de Arquivos é incorporado à Federação das Escolas Federais Independentes do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ com o nome de Curso de Arquivologia, funcionando ainda nas dependências do Arquivo Nacional. Em 5 de junho de 1979 passou a fazer parte do então Centro de Ciências Humanas da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO¹³.

1978 - Regulamentação da profissão e o início de mudanças no Arquivo Nacional (AN), com a criação da Divisão de Pré-Arquivo.

¹³ Disponível em: < <http://www.unirio.br/unirio/cchs/arquivologia/a-escola>>. Acesso em: 17 ago. 2017

Em 1988, a nova Constituição do Brasil, em seu artigo nº 216, com destaque ao parágrafo 2º, que dispõe sobre a gestão da documentação governamental; e em 1991, a conquista da Lei nº 8.159 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, dentre outras oportunidades de crescimento importantes para a área.

As universidades federais brasileiras, de um modo geral, vêm aos poucos abrindo sua participação, com a oferta de concursos para arquivistas, a aprovação recente do código de Classificação e da tabela de temporalidade das atividades-fim dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), e o ENARQUIFES, Encontro Nacional de Arquivistas de Instituições Federais de Ensino Superior, já no seu quarto ano de realização.

Se considerados os 45 anos de percurso construtivo da área no Brasil, tendo como *pano de fundo* um processo de redemocratização política de um país em desenvolvimento e as intensas transformações na administração e gestão pública, acreditamos que ter alcançado alguns graus de crescimento. Com isso, podemos assinalar que, mantidas as presentes condições, temos perspectivas de construir um campo fértil para plantarmos e realizarmos ações concretas que irão contribuir para a autonomia e reconhecimento da Arquivologia pela sociedade brasileira.

Embora tenhamos boas perspectivas na área, ainda nos deparamos com o desconhecimento sobre a natureza e os múltiplos usos dos arquivos pelas pessoas, em instituições públicas e privadas e na sociedade em geral. No livro de Bruno Delmas (2010), *Arquivos para quê?* O autor destaca o desconhecimento que a grande maioria das pessoas tem em relação aos arquivos. Inicia sua argumentação relatando uma reunião de diretores para a nomeação da secretária de cultura da França. Na ocasião, a nova secretária dirige-se ao diretor-geral do Arquivo da França e pergunta: “Senhor diretor-geral, arquivos servem para quê?”

Essa pergunta, vinda de uma grande jornalista, inteligente e culta, é reveladora do desconhecimento que a grande maioria dos políticos, da mídia e dos intelectuais tem a respeito dos arquivos, da sua natureza profunda, dos seus múltiplos usos. Os políticos têm uma ideia mais precisa, embora muitas vezes incompleta (DELMAS, 2010, p.17).

O desconhecimento que as pessoas têm a respeito dos arquivos, de não saberem para que servem, é uma questão rotineira para quem trabalha na área. Mesmo quando as pessoas conhecem os arquivos, muitas vezes este conhecimento é incompleto. Embora as utilidades dos arquivos possam ser múltiplas, tanto a respeito de sua natureza quanto ao seu uso, temos um longo caminho a percorrer e a explicar para que servem os arquivos. De qualquer modo, o ponto

de partida, a partir deste momento, serão os múltiplos usos dos arquivos, de acordo com Delmas, que os categoriza em quatro utilidades fundamentais:

Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social (DELMAS,2010, p.17).

Todas essas quatro utilidades do arquivo desenvolveram-se paralelamente, e cada uma delas foi evoluindo de acordo com a época e em razão da evolução da sociedade. Por exemplo, na Idade Média, a sociedade percebia a utilidade dos arquivos na função de prova dos seus direitos, por isso a conservação dos documentos tinha prioridade. Neste cenário, a função da memória se desenvolvia aos poucos.

A função de compreender dos arquivos só aparece no Renascimento e vem se desenvolvendo até os dias atuais. Já a função de identificar-se com os arquivos “pela transmissão da memória” vem sendo impulsionada na contemporaneidade.

Ao desenvolver suas ideias a respeito destas quatro utilidades, Delmas (2010) narra alguns aspectos históricos que levaram a sociedade aos poucos a entrar em contato com os arquivos. A utilidade de prova dos arquivos é a mais antiga e também a mais presente no cotidiano da sociedade.

Os arquivos servem para provar. A prova, a necessidade da prova frente à justiça foi, na sociedade ocidental, a primeira razão da conservação para longa duração de determinados documentos escritos: diplomas merovíngios e carolíngios, atos, títulos etc. Os documentos conservados eram documentos de arquivo porque probatórios, e não ao contrário. Só muito mais tarde é que foram reconhecidos a todo documento de arquivo um caráter de autenticidade e um valor probatório a ser preservados (DELMAS, 2010, p. 21).

Para Duranti (1994), a natureza da prova documental diz respeito tanto ao direito, que regula a conduta da sociedade, quanto à história, que explica estas condutas, e que tanto o direito como a história reconstroem o passado para seus julgamentos e interpretações.

Assim, uma sociedade que busca explicar suas condutas produz documentos jurídicos que estão diretamente ligados aos direitos e às obrigações, tanto no aspecto público quanto no privado, ou seja, documentos de valor probatório.

Sobre a segunda utilidade fundamental dos arquivos, a de “lembrar do que foi feito e da experiência adquirida para agir”, Delmas (2010, p. 26) discute sobre a importância da

consciência da sociedade de lembrar-se das ações e atividades cotidianas das pessoas e das instituições registradas nos documentos.

A consciência dessa utilidade, entretanto, já existia na Idade Média. A lembrança escrita, primeiro uma lembrança administrativa, desenvolve-se com instituições na medida em que vai se impondo a utilidade da memória das ações além da duração de uma geração. Guardar o rastro da continuidade das ações para poder referir-se a elas adquire uma importância tão grande quando da prova jurídica [...]. Com a crescente estabilidade das instituições surge progressivamente a necessidade de lembrar-se também das razões que motivaram as ações (DELMAS, 2010, p.28).

Neste ponto de vista da necessidade de “lembrar do que foi feito” e “também das razões que motivaram as ações”, entramos em um campo mais abrangente, institucional, administrativo, gerencial, de memória das ações para além de outras gerações, nas relações das pessoas, das comunidades, da sociedade. Nestas relações de pessoas, comunidades e sociedade, Thomassen aponta o papel e a presença constante do arquivo no nosso cotidiano e afirma que a Arquivologia é uma ciência interpretativa destas relações.

[...] a Arquivologia tende a ser uma ciência interpretativa, focada na interpretação de relações. Documentos e arquivos não são substitutos do mundo real e sim representações estabelecidas do que pessoas, comunidades e a sociedade acham importante lembrar e fazer lembrar (THOMASSEN, 2006, p.15).

Sendo os documentos e arquivos “representações estabelecidas” pela sociedade e que ao mesmo tempo definem o que é importante lembrar e fazer lembrar, podemos identificar os aspectos que envolvem os arquivos institucionalizados, contexto desta pesquisa, os conteúdos que dizem respeito à sociedade, às organizações e comunidades que instruem esta mesma sociedade e às instituições de educação superior e de pesquisa, que também interferem diretamente na formação desta mesma sociedade.

Neste sentido, para lembrar-se de acontecimentos passados é necessário conservar e manter os registros documentais, ou seja, preservar as lembranças das ações. “Guardar o rastro da continuidade das ações para poder referir-se a elas adquire uma importância tão grande quanto à da prova jurídica” (DELMAS, 2010, p.28). As ações e atividades vão se ampliando, as interações sociais, econômicas e culturais se multiplicam em todos os setores, tanto no público quanto no privado, aumentando assim, a produção documental, e com isso a necessidade de lembrar para dar continuidade a tudo que foi realizado.

Para Duranti, “através dos milênios os arquivos têm representado, alternadamente e cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da

informação” (DURANTI, 1994, p.50). Esta afirmação refere-se às múltiplas finalidades que os registros documentais vão adquirindo ao longo do tempo, e que segundo a autora:

Os materiais arquivísticos, ou registros documentais, representam um tipo de conhecimento único: gerados e recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar (DURANTI, 1994, p.50).

Da necessidade de lembrar as ações, a sociedade evolui, e com isso os arquivos também, pois ajudam a conhecer e compreender esta mesma sociedade:

A partir da Revolução científica do século XVII seguida pela era industrial, uma terceira utilidade dos arquivos foi evidenciada: conhecer e compreender. Os arquivos são fontes de conhecimento. Voltada de início para a religião e o direito, essa utilidade alargou-se rapidamente para a erudição e, sobretudo, para as ciências (DELMAS, 2010, p. 34).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que os arquivos possibilitam conhecer e entender aquilo que outras pessoas fizeram ou descobriram; constituem-se em fontes de conhecimento; são úteis também a todas as ciências; atuam “como ferramenta eficaz de comunicação para estruturação social no tempo e na distância” (ROMERO TALLAFIGO¹⁴, 2002, *apud* BELLOTTO, 2014, p.330).

Ao demonstrar que os arquivos são fontes de conhecimento, Delmas (2010) chama a atenção para a importância de estimular a discussão sobre este tema e também sobre outros aspectos da pesquisa nos arquivos. O autor procura explicar diversos pontos de vista sobre os usos dos arquivos como fontes de conhecimento, ressaltando como determinadas fontes de conhecimento são ignoradas. Em um de seus relatos, Delmas discorre sobre um acervo de documentos administrativos do Ministério da Agricultura do Senegal, país localizado na África Ocidental, que foi ignorado por décadas e que, após sua descoberta e tratamento, conseguiu resolver o problema de uma população inteira:

Os documentos encontrados revelavam um estudo muito profundo da época [...] esses antigos estudos, ainda válidos, foram desenterrados por acaso. [...] Aos arquivos administrativos, fontes ignoradas de conhecimentos e saberes, mas aos quais se limita geralmente o horizonte da pesquisa, é preciso acrescentar os arquivos constituídos há dois séculos por empresas, indivíduos, centros de pesquisa, laboratórios universitários e fundações privadas – um domínio imenso quase não explorado (DELMAS, 2010, p. 37).

¹⁴ ROMERO TALLAFIGO, Manuel. *Historia del documento em la Edad Contemporánea: la comunicación y la representación del poder de la nación*, Carmona, S&C Ediciones, 2002, p.27.

No século XIX, durante o desenvolvimento das ciências históricas, os documentos disponíveis para pesquisa nos arquivos da época eram essencialmente públicos e relacionados às temáticas jurídicas e administrativas, e este fato explica o resultado e a trajetória da história política e institucional dos Estados.

O autor enfatiza “a contribuição constante dos arquivos à pesquisa histórica em todos os seus desenvolvimentos” e justifica, categoricamente, o porquê de sua insistência em demonstrar no texto a importância dos “outros aspectos do conhecimento para os quais os arquivos têm um papel constante” (DELMAS, 2010, p. 35), e que está além da pesquisa histórica. A contribuição dos arquivos à pesquisa deve ser ampliada a outras áreas. Este papel de incentivar e demonstrar o que são os arquivos constitui-se como uma das atribuições dos arquivistas.

No livro “Repensando a Arquivística contemporânea”, Silva aponta as necessidades de mudanças no perfil dos arquivistas com a aprovação das diretrizes curriculares nacionais em 2001 para vários cursos, inclusive o curso de Arquivologia. Para o autor, os arquivistas deveriam estar “habilitados cientificamente e sintonizados com as necessidades e características da Sociedade da informação”.

Segundo Silva, os arquivistas devem:

[...]reconhecer a sua função social e disseminar a informação arquivística, como forma de potencializar os arquivos. Deverá compreender as relações entre saber e poder, entendendo que a informação arquivística não é neutra, mas resultado dos conflitos de interesses sociais, o que lhe confere condições de construção de discursos e práticas políticas e ideológicas, às quais sequer o arquivista consegue se manter imune (SILVA, 2004, p.39).

Conflitos e interesses sociais estão em toda parte, e não seria diferente dentro do contexto universitário. No caso da UFRJ, a entrada da Arquivologia na universidade ocorreu com a contratação de arquivistas por concurso público em meados dos anos 2000. A maior demanda ocorreu no ano de 2010 com a entrada de vinte novos arquivistas. Anteriormente, nas seções de arquivo e protocolo da UFRJ, as funções arquivísticas eram desenvolvidas, na maioria das vezes, por servidores de outras áreas, que utilizavam o senso comum para orientar suas atividades. Não havia regras. Cada um exercia as atividades do seu jeito e os documentos eram produzidos sem critérios pré-determinados.

Com referência ao fim dado aos documentos produzidos, não havia prazos de guarda e destinação final. Quando a documentação atingia um volume que passava a incomodar, era “jogada” para um espaço disponível, sempre inadequado.

Mesmo com a grande necessidade de organização dos acervos e desenvolvimento da gestão documental, não é possível dar continuidade a este trabalho sem que a própria comunidade acadêmica não conheça seus arquivos. Não basta criar regras, procedimentos ou metodologias, mas apresentar a importância da memória institucional para a sociedade. É necessário ampliar e aproximar a relação Arquivo e comunidade acadêmica.

Uma área pouco estudada na Arquivologia são os arquivos produzidos a partir das atividades de pesquisa e produção intelectual das universidades. Estes arquivos também não pertenceriam à escala de utilidade dos arquivos como fontes de conhecimento?

Geralmente, os trabalhos desenvolvidos na área sobre o contexto dos arquivos nas universidades são voltados aos “arquivos universitários”, numa perspectiva abrangente e generalizada de todos os documentos produzidos pela universidade – principalmente os que resultam do funcionamento das atividades-meio. No caso das atividades-fim, com a aprovação do Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), através da Portaria nº 92 de 23 de setembro de 2011, as atribuições contempladas por estes instrumentos estão vinculadas ao cumprimento efetivo das funções de natureza jurídica e administrativa referentes ao tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Não tratando, portanto, dos documentos produzidos nas atividades de pesquisa e produção intelectual nas universidades.

Retornando sobre a utilidade de conhecer dos arquivos, ou seja, de “conhecer para entender aquilo que os outros fizeram ou descobriram”, Delmas (2010, p. 35) assegura: “É muitas vezes difícil conceber que possa haver um acúmulo de experiências e de saberes científicos e técnicos não explorados nas instituições Arquivísticas”. Essa afirmativa aparece no texto após o autor discorrer sobre o desenvolvimento do conhecer e compreender dos arquivos. Mesmo que este conceito tenha surgido no século XVIII, ainda nos deparamos com realidades em que acervos continuam a não ser explorados.

Ao descrever as atuações do corpo docente e discente nas universidades em “tantas forças-tarefas” no cumprimento das suas funções, Bellotto (2014) aponta a importância do compromisso social da universidade:

Uma universidade com compromisso social é aquela que se pauta pela busca de soluções adaptadas à realidade em que vive e atua, mas também é aquela que está na ponta do conhecimento científico internacional, com laboratórios integrados em redes mundiais, com pesquisadores participando de atividades científicas em todas as partes do mundo, com alunos conhecendo outras

realidades culturais e históricas (TODOROV¹⁵, 1989, *apud* BELLOTTO, 2014, p.70).

Segundo Nesmith (2010), ainda estamos longe de uma “sociedade dos arquivos” e, para que isso aconteça, os arquivos precisam ser vistos e compreendidos, que tenham bons orçamentos, que sejam utilizados em larga escala e “sejam considerados essenciais aos interesses da sociedade. [...] Se os arquivos quiserem florescer na sociedade dos arquivos devem se tornar mais úteis para seus patrocinadores e para a sociedade” (NESMITH, 2010, p.16).

Quem são os patrocinadores dos arquivos na universidade? Segundo o Estatuto da UFRJ (2007, art.81), “o corpo social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, formando uma comunidade para fins universitários, compreende: Corpo Docente, Corpo Técnico-administrativo e Corpo discente”. Nossos patrocinadores universitários não precisam fazer um balanço da perda, “arquivar na sociedade dos arquivos deve ser visto como uma responsabilidade social” (NESMITH 2010, p.16). Com a participação e a responsabilidade social da comunidade universitária, precisamos demonstrar que o arquivo não é o lugar para recolher sobras, acervos empoeirados; o papel do arquivo dentro da universidade é o de orientar estes “patrocinadores” a salvaguardar, ordenar e conservar a memória da ciência.

Finalizamos esta abordagem sobre os arquivos com a quarta qualidade fundamental, a de “identificar-se para existir e promover as relações sociais”, que, segundo Delmas (2010, p.39), “é uma utilidade psicológica e moral.”

Para o autor, as mudanças constantes nos vários aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, profissionais, familiares que vem ocorrendo fazem com que haja perda-de referências tradicionais tanto para os indivíduos quanto para sociedade. As referências tradicionais aparecem na vida das pessoas, por exemplo, pelo estado, simbolizadas com seu hino e bandeira, suas insígnias, sua história, reproduzidas nos monumentos, nas datas comemorativas, etc. Na história dos indivíduos, as referências tradicionais apresentam-se na religião, nas famílias, na escola, nas instituições públicas e privadas, nas comunidades. Todas essas referências existem como um fator afetivo e psicológico nos indivíduos. A “lembrança social é de outra ordem, trata-se da memória. Diferentemente da prova jurídica, do saber administrativo, do conhecimento científico e técnico, que exigem restituição escrita, a memória tem função mais política e simbólica do que testemunhal” (DELMAS, 2010, p.41).

¹⁵ TODOROV, João Claudio. A universidade Brasileira: crises e perspectivas, Brasília, Editora UnB, 1989.

Neste contexto, de utilidade dos arquivos “Os documentos de arquivo tornam-se o único meio de estabilidade e de possibilidade de reconstruir todas essas histórias cujos depositários são os serviços de arquivos” (DELMAS, 2010, p.45).

2.1 Arquivos Científicos como campo de análise

Na construção do referencial teórico do termo “arquivos científicos”, é interessante observar nas abordagens e nos estudos sobre este tema o quanto são variáveis as posições em classificar os arquivos por assunto ou pelo caráter e natureza da documentação.

No prefácio do livro: “Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização” de Paulo Roberto Elian dos Santos, Heloisa Liberalli Bellotto define: “ Os arquivos científicos, que são basicamente os das instituições científicas (embora alguns estudiosos do tema neles incluam os de cientistas)” (SANTOS, 2012, p.34). Esta argumentação direciona a terminologia ao caráter institucional a que o arquivo pertence.

Ao discutir as divergências da expressão “arquivos científicos”, Santos (2012), aponta a influência dos franceses nesta classificação, e indica que, desde os anos de 1980 um grupo de arquivistas vem adotando esta terminologia. Para o autor, o que os franceses chamam de arquivos científicos são: “todas as fontes arquivísticas que permitem estudar a evolução desta ou daquela disciplina ou ainda o papel deste ou daquele cientista no desenvolvimento do conhecimento” (SANTOS, 2012, p.34).

Sob esta perspectiva e classificação, os franceses relacionam três categorias de arquivos científicos, determinadas pela proveniência e pelo estatuto jurídico:

Os arquivos de tutela: dos estabelecimentos de pesquisa e de ensino científicos, que estão geralmente na França [...] São os arquivos públicos que apresentam um caráter essencialmente administrativo. Eles permitem estudar de maneira ampla a administração das políticas de pesquisa e de ensino científicos.

Os arquivos próprios dos estabelecimentos de pesquisa e ensino: podem ser de caráter administrativo, provenientes dos serviços administrativos desses estabelecimentos, ou de caráter propriamente científico, já que emanam de laboratórios e centros de pesquisa que conservam às vezes igualmente documentos administrativos. Reúnem essencialmente os materiais documentais da pesquisa propriamente dita (a exploração, a experimentação, a teorização).

Os arquivos pessoais de cientistas: são geralmente considerados por cientistas privados, mesmo se o essencial de sua atividade de pesquisa tenha desenrolado no quadro de um estabelecimento de pesquisa ou de ensino de caráter público. Esses arquivos permitem estudar não apenas o papel deste ou daquele cientista no progresso do conhecimento, mas também o envolvimento familiar, intelectual e social (SANTOS, 2012, p.35, grifo do autor).

Em conferência intitulada “Conceituação e características dos Arquivos Científicos”, no II Encontro de Arquivos Científicos, Ana Maria Camargo, aponta a expressão “Arquivos Científicos” como inadequada:

[...] dizer que um arquivo é literário, ou artístico, ou político, ou repressivo, porque tais qualidades só se aplicam por contaminação. Os documentos de arquivo são, na verdade, um meio neutro, independente das necessidades do pesquisador que os utiliza. Não podem assumir, a não por efeito metonímico, as características e propriedades de um universo que lhes é estranho e com o qual não mantêm relações de reciprocidade. Melhor seria dizer, portanto, arquivos de interesse para a ciência ou para a história da ciência em lugar de arquivos científicos (CAMARGO, 2006, p.13).

Campos discute esta abordagem de inadequação do termo “arquivos científicos” e conclui: “ qualquer arquivo, em sua fase permanente, torna-se interessante para investigação em diferentes áreas do conhecimento, sem se restringir unicamente aos estudos históricos” (CAMPOS, 2014, p.56).

Para Camargo (2002, p.10), os documentos de arquivo fazem parte de um conjunto, com elementos que mantêm relação orgânica entre si, que se integram num organismo que lhe empresta autenticidade, e que, nesse sentido, os documentos carregam consigo a cunha da instituição que os produziu. Deste modo, um documento de arquivo produzido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) carrega consigo a cunha institucional de ensino, pesquisa, extensão e autonomia didático-científica, e podemos concluir que este documento produzido no decorrer das atividades de pesquisa científica possui o caráter de documento-científico.

Rodrigues ao revisitar os conceitos de documento de arquivo, aponta duas características:

Primeiro, que o documento de arquivo possui uma característica essencial, sua natureza probatória. Ele é o registro do ato que lhe dá origem, é o espelho fiel da ação, o que o torna prova documental, gênese que se revela na análise de suas características intrínsecas e extrínsecas.

A segunda característica é que o arquivo se forma por um processo de acumulação natural, o que significa dizer que tem o atributo especial de ser um conjunto orgânico e estruturado, onde seu conteúdo e significado só podem ser compreendidos na medida em que se possa ligar o documento ao seu contexto de produção, às suas origens funcionais. O conjunto é orgânico porque refletindo à atividade administrativa que lhe dá origem, revela que os documentos estão relacionados entre si (RODRIGUES, 2013, p.2).

No Relatório do CNPq (2003), relaciona-se o conceito ao patrimônio científico e tecnológico:

O vasto conjunto de bens materiais e simbólicos produzidos ou utilizados ao longo do trajeto da produção e difusão do conhecimento. Acervos de documentos escritos de instituições científicas e de ensino, coleções organizadas por estudiosos, registros fonográficos e fotográficos, filmes, obras raras, máquinas e equipamentos, edifícios e instalações, bibliotecas, arquivos pessoais de pesquisadores e professores, parcela substancial da

correspondência diplomática, documentos e instrumentos relativos a numerosas atividades militares e registros de produção científica de brasileiros no exterior integram o patrimônio científico e tecnológico brasileiro (BRASIL, 2003, p.6).

Neste mesmo relatório, o CNPq considera as universidades e institutos de pesquisa como instituições envolvidas na produção do conhecimento científico, e afirma a necessidade de construir uma infraestrutura adequada e contratação de pessoal especializado para preservação de seus acervos, desenvolvendo com isso seus próprios arquivos ou centros de memória.

Segundo Helen W. Samuels, arquivista do *Institute Archives at Massachusetts Institute of Technology*, os “arquivos acadêmicos que captam a atividade de ciência e tecnologia – pesquisa e ensino – podem ser considerados recursos significativos para os países” (SAMUELS, 2007, p.74).

Welfelé acrescenta o termo contemporâneo para os arquivos científicos e os divide entre dois grupos:

[...]os arquivos científicos contemporâneos envolvem duas entidades bem diferentes: os arquivos produzidos pela administração da pesquisa (ministérios e organismos de tutela, sedes centrais ou estruturas administrativas descentralizadas dos centros e institutos, serviços administrativos e financeiros dos laboratórios) e os documentos oriundos da atividade de pesquisa propriamente dita (exploração, experimentação, teorização (WELFELÉ, 2004, p.67).

A documentação é sempre produzida para uma finalidade prática constituída pela representação dos atos e atividades do ente ou da instituição que a produziu. Para ser considerado um arquivo, o conjunto de documentos deve apresentar um nexo lógico e necessário; ou seja, “um vínculo arquivístico”, determinado a partir do fato de que tenham sido produzidos e acumulados em função do exercício das atividades de seu produtor.

[...]arquivos funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtos de documentos públicos quanto privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de serem entendidos e de documentar a sua própria história. É importante para a sociedade que as organizações funcionem bem, que indivíduos e associações sejam responsáveis por seus atos, e que registros de valores culturais duradouros sejam preservados através do tempo (THOMASSEM, 2006, p.6).

Ao avaliar os documentos da ciência moderna e da tecnologia, Samuels alerta para o excesso de documentos produzidos na área, principalmente na quantidade de cópias que são

criadas. A autora aponta a análise funcional como método novo para entender o lugar e o registro da ciência e tecnologia em instituições acadêmicas.

Uma abordagem funcional fornece os meios para conseguir um entendimento abrangente de uma instituição e sua documentação. A Análise funcional da instituição capacita os arquivistas a estabelecer objetivos documentais e planos de coleta que sejam desejáveis e financiáveis por sua instituição (SAMUELS, 2007, p.75).

Neste método de análise funcional, de acordo com as propostas de Samuels (2007), as perguntas primordiais são: O que faz a instituição? Que funções ela tem? Quais são as atividades em cada uma das funções? Para essas respostas deve-se identificar um grupo mínimo de funções e as atividades que reflitam tais funções, um exame criterioso na literatura sobre a instituição, estudar o vocabulário que a comunidade usa e as categorias e conceitos utilizados pelos arquivistas responsáveis pelos registros.

A autora categorizou sete funções de instituições acadêmicas, com parâmetros de universidades dos Estados Unidos, para facilitar a análise em instituições similares:

Conferir credenciais: descreve o processo de recrutamento, seleção e admissão de estudantes; providencia ajuda financeira e aconselhamento acadêmico; e finalmente, gradua estudantes.

Transmitir conhecimento: abrange a formulação e a entrega de currículo, assim como o progresso de aprendizagem.;

Promover a socialização: inclui o processo de aprendizado informal que se dá fora da sala de aula, de modo planejado ou não, na vida residencial, em atividades extracurriculares e aconselhamento pessoal.

Conduzir pesquisa: descreve o empenho da faculdade e dos estudantes graduados na busca de novos conhecimentos.

Sustentar a instituição: abarca as áreas necessárias para assegurar a continuidade da instituição, incluindo direção, gerência financeira e pessoal, e instalações.

Prover serviço público: examina as atividades primordialmente dirigidas às comunidades de fora, incluindo assistência técnica e educação continuada.

Prover cultura: explora o papel da instituição como coletora e disseminadora de cultura por meio do funcionamento de museus, bibliotecas e arquivos (SAMUELS, 2007, p.76, grifo da autora).

Ainda que as categorias apresentadas por Samuels (2007) não sejam uma realidade das universidades brasileiras, muitas categorias convergem com as nossas funções e atividades, e muitos termos podem ser equivalentes. Podemos considerar esta proposta de análise funcional da autora americana muito próxima aos estudos do órgão produtor no contexto da Identificação Arquivística, a qual estudaremos na Seção 3 desta Pesquisa.

Diante do exposto, percebe-se nas argumentações apresentadas pelos estudiosos da área de arquivos científicos que, mesmo não havendo um consenso na adequação ou não do termo

“arquivos científicos”, ele vem sendo conceituado e utilizado pelos seguintes autores: Maria Celina Mello de Silva do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Paulo Roberto Elian dos Santos da Casa de Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ), Odile Welfelé do *Archives Nationales* (França) e Helen W. Samuels da *Massachusetts Institute of Technology* (EUA).

Portanto, concluímos que os documentos produzidos por instituições universitárias e provenientes das atividades de pesquisa são arquivos científicos e, portanto, refletem a evolução das políticas de pesquisa, de ensino, das disciplinas, e principalmente o papel dos pesquisadores e cientistas no desenvolvimento do conhecimento perante a sociedade.

2.2 Documentos científicos, fontes primárias de pesquisa e informação

Tendo como fundamentos teóricos sobretudo as ideias de Welfelé e Samuels, demonstradas anteriormente, analisaremos uma amostra de documentos na tentativa de diferenciá-los dos demais documentos produzidos no âmbito de uma universidade. Com isso, categorizamos em três grupos os documentos produzidos especificamente nas atividades de pesquisa e produção intelectual no âmbito dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECEM) da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ). O exemplo escolhido, o Projeto de Pesquisa *Violência conjugal como controle social* do período de 1992-1999, foi selecionado em um grupo de seis projetos de pesquisa do Núcleo.

No primeiro grupo, “os documentos oriundos das atividades de pesquisa propriamente dita”, temos os seguintes exemplos de documentos cujos nomes foram atribuídos pelos pesquisadores da área: do Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*: roteiro de entrevista para mulher vítima de agressões físicas, diários de campo dos pesquisadores, histórias de vida de mulheres vítimas de violência, análise das categorias e tabela de contingência dos roteiros de entrevistas.

No segundo grupo, “os documentos produzidos pela administração da pesquisa”, temos as seguintes espécies e tipologias documentais: relatórios de atividades, memorandos, atas de reunião, declaração de integrante da equipe de pesquisa, carta de autorização para delegacia.

E no terceiro grupo, “os documentos produzidos em atividades de disseminação da informação científica”, Seminários, Congressos, Encontros, Jornadas de Iniciação Científica, Artística, Cultural e Tecnológicas, tais como: editais, certificados, anais, resumos, e-mails, memorandos, folders, cartazes, programação, dentre outros.

De acordo com a ementa e metodologia do *Projeto Violência conjugal como controle social*, este tem por objeto:

[...]. Detectar as raízes da violência conjugal e tentar explicá-la, além de conscientizar os profissionais sobre as desigualdades reinantes nas relações de gênero, de modo a que eles pudessem difundir tal conhecimento e lidar adequadamente com a mulher vítima. [...] A metodologia empregada foi a de observação e análise em delegacias policiais, aonde chegavam mulheres prontas a prestar queixas sobre o comportamento agressivo e/ou violento do cônjuge. Posteriormente, estas mulheres eram entrevistadas, onde apresentavam seus casos e suas opiniões acerca da problemática da violência conjugal¹⁶ (BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 - Doc.1).

No primeiro grupo desta análise, *os documentos da pesquisa propriamente dita*, seriam:

- a) O Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* - documento informativo que comporta o planejamento, pesquisa, preparo e elaboração do projeto;
- b) O roteiro de entrevista para mulher vítima de agressões físicas - formulário com 14 folhas elaborado pelos integrantes do projeto, contendo dados fixos impressos e espaços a serem preenchidos;
- c) Os diários de campo dos pesquisadores - documentos manuscritos em folhas soltas ou pequenos cadernos com anotações das principais ocorrências de cada jornada de trabalho nas pesquisas de campo;
- d) As histórias de vida das mulheres vítimas de violência, transcrições das narrativas que foram gravadas durante as entrevistas;
- e) As análises das categorias e a tabela de contingência dos roteiros de entrevistas - divididas em categorias para as falas das assistentes sociais, dos policiais, e dos agressores.

Segundo Bellotto, para compreendermos a especificidade dos documentos de arquivo, eles devem “refletir as relações administrativas, políticas, sociais, científicas e derivam de uma atividade administrativa, política, social, científica etc” (BELLOTO, 2014, p.354).

Duranti (2015) ao descrever sobre os elementos extrínsecos da forma documental, diz que a linguagem é um elemento extrínseco do documento e que nos dias atuais adquiriu pouca importância. No entanto, continua sendo estudada a partir de um ponto de vista social, isto é, cada grupo social tem um estilo apropriado para a composição dos documentos que cria.

O elemento da linguagem também é estudado, particularmente por diplomatas de documentos contemporâneos, a partir de um ponto de vista social.

¹⁶ Projeto Violência conjugal como controle social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH/UFRJ). Núcleo de Pesquisa GECEM. BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 (Doc.1)

Diferentes grupos sociais usam formas de discurso e vocabulários também diferentes, e em cada um deles são adotados estilos formais ou informais, dependendo do objetivo e função dos documentos criados. Não existe dúvida sobre a existência de um estilo curial, jornalístico, político, empresarial, científico e coloquial. É importante salientar que não só o estilo, mas também o fraseado e a composição dos documentos criados, por exemplo, por um repórter, são radicalmente diferentes daqueles criados por um advogado, enquanto os de um documento criado por um advogado ao desempenhar sua função notarial são diferentes daqueles encontrados numa carta escrita por um advogado a um colega (DURANTI, 2015, p.200).

Estes documentos refletem e derivam das atividades de uma investigação científica de um grupo social, assim como os mecanismos de construção de uma pesquisa acadêmica para uma área do conhecimento, e são elementos específicos de um núcleo de pesquisa em comum.

Quanto aos documentos do segundo grupo, aqueles produzidos pela administração da pesquisa, temos como destaque o relatório de atividades, que é o documento utilizado, também, para a fundamentação da avaliação de desempenho de docentes da Carreira de Magistério da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estes relatórios de atividades fazem parte do rol de documentos que são exigidos para as comprovações referentes aos direitos e obrigações no desenvolvimento da carreira nas quais o docente poderá requerer a progressão e a promoção¹⁷. Outros documentos que compõem este grupo são: memorandos, atas de reunião, declaração de integrante da equipe de pesquisa, carta de autorização para delegacia (documento utilizado para as pesquisas nas delegacias).

Estes documentos, que fazem parte desta categoria mesmo sendo específicos e ligados às atividades da pesquisa propriamente dita, são elementos comuns a vários núcleos de pesquisa dentro do universo acadêmico. Algumas espécies são contempladas e podem ser classificadas pelo Código de Classificação de documentos e Tabela de Temporalidade relativo às atividades-fim dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), como os relatórios e as atas das reuniões. Mas tipos documentais como a declaração de integrante da equipe de pesquisa e a carta de autorização para delegacia não são contemplados por esses instrumentos. Isso demonstra a importância da abordagem do contexto de produção para que não haja dispersão dos documentos, a perda dos vínculos.

Oliveira aponta a importância do tratamento e da gestão documental para estes documentos:

¹⁷ Progressão é a passagem do docente para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma Classe e a Promoção que é a passagem do docente de uma Classe para outra subsequente (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DO JANEIRO, 2014, art.1º).

Gestão de documentos em arquivos científicos engloba os documentos concernentes às atividades-meio e fim, ou seja, é importante tratar arquivisticamente os documentos relativos às atividades principais da instituição, mas igualmente importante tratar dos documentos que dão suporte a essas atividades, como por exemplo documentos relativos às construções dos diferentes espaços para o desenvolvimento das atividades científicas, aos equipamentos, aos recursos financeiros (OLIVEIRA, 2006, p.49).

O terceiro grupo representa os documentos produzidos em atividades como Seminários, Congressos, Encontros, Jornadas de Iniciação Científica, Artística, Cultural e Tecnológicas. São atividades realizadas geralmente por instituições universitárias e entidades associativas que produzem documentos correspondentes durante e após o processo de pesquisa, e que compõem os acervos científicos e acadêmicos.

Vale ressaltar que nas universidades essas atividades e esse grupo de documentos possuem um caráter construtivo e gerador de conhecimento e que as fontes documentais produzidas nesses processos são elementos fundamentais para a formação do aluno e para a memória científica e social, além do aspecto de prova, testemunho e informação para a comprovação de titularidade acadêmica e profissional.

Schellenberg ao considerar os princípios e técnicas da Arquivística e a natureza dos documentos, diz:

Os documentos são fontes primárias que é mister distinguir das publicações secundárias neles baseadas – livros, folhetos e periódicos produzidos a partir das fontes originais. Contêm informação fundamental sobre a evolução política, social e econômica da nação. Neles colhe o investigador, no campo das ciências sociais, os dados necessários para a compreensão da maneira pela qual veio a configurar-se a situação atual. Representam um meio de transmitir a herança cultural do passado, pois encerram ideias e princípios, nos quais se apoiam os governos, a explicação da intrincada organização social e econômica do homem e a prova do seu crescimento, material e intelectual. (SCHELLENBERG 1980, p.74)

Diante do exposto, devemos atentar para as diferenciações conceituais e/ou terminológicas no cotidiano de pesquisa universitária como um todo. Estas diferenças precisam ser abordadas e esclarecidas, visto que, “encerram ideias e princípios nos quais se apoiam os governos, a explicação da intrincada organização social e econômica do homem e a prova do seu crescimento, material e intelectual” (SCHELLENBERG, 1980, p.74).

2.3 Fontes primárias *versus* fontes secundárias

Nas universidades, percebe-se claramente que, para os estudos universitários, os professores e estudantes acabam restritos à consulta das fontes bibliográficas, que são, predominantemente, fontes secundárias.

Segundo Bellotto, são bem definidas as fronteiras entre arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus:

Não devem ser confundidos nem quanto à documentação que guardam, nem quanto ao trabalho técnico que desenvolvem a fim de organizar seus acervos e de transferir e disseminar informação. Sendo instituições públicas ou particulares preocupadas com a transmissão cultural e com a custódia e a divulgação de informações técnicas e científicas, possuem, cada uma, de per si, um espaço social próprio e independente no qual devem (BELLOTTO, 2004, p.42).

Nestas fronteiras, dentro deste espaço social próprio e independente no qual devem agir, pretendemos estudar e levar em consideração a difusão da memória e do conhecimento, bem como as operações, os usos, os procedimentos e os sujeitos envolvidos no processo de acesso às fontes primárias.

Outros autores já nos apontam a interseção das duas áreas no contexto de buscarem um mesmo objetivo.

Para Smit:

[...] “arquivo, biblioteca e museu são diferentes, mas próximas, porquanto perseguem o mesmo objetivo, pode-se outrossim, como consequência, concluir que os profissionais que trabalham nestas instituições também seguem princípios e metodologias próprias, muito embora todos persigam o mesmo objetivo, *in fine*” (SMIT, 2000, p.123).

Na referência aos objetivos que as duas áreas perseguem, devemos “disponibilizar a informação certa, da fonte certa, para o usuário certo, no prazo certo, numa forma considerada adequada para uso e a um custo justificado pelo uso” (SMIT, 2000, p.123).

Segue abaixo o Quadro 1, comparativo das fontes primárias e secundárias exemplificando com os documentos do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ.

Quadro 1 - Fontes Primárias versus Fontes secundárias no contexto arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ

FONTES PRIMÁRIAS DE PESQUISA/DOCUMENTOS CIENTÍFICOS (ESPÉCIES E TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS)			FONTES SECUNDÁRIAS DE PESQUISA/COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA
Os documentos produzidos pela administração da pesquisa	Os documentos da pesquisa propriamente dita	Os documentos produzidos em atividades de disseminação da informação científica: em Seminários, Congressos, Encontros, Jornadas de Iniciação Científica, Artística, Cultural e Tecnológicas	Resultado final das atividades de pesquisa e produção intelectual acadêmica
Relatórios de atividades, memorandos, atas de reunião, declaração de integrante da equipe de pesquisa, Carta de autorização para delegacia	Projeto de Pesquisa <i>Violência conjugal como controle social</i> , roteiro de entrevista para mulher vítima de agressões físicas, diários de campo dos pesquisadores, histórias de vida das mulheres vítimas de violência, análises das categorias e tabela de contingência dos roteiros de entrevistas	Editais, certificados, anais, resumos, documentos administrativos, folders, cartazes, programação	Monografias, dissertações, teses, artigos, livros.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A produção dos documentos científicos na universidade singulariza estes acervos dos demais, ou seja, atribui valores que podem ir além dos mencionados anteriormente. Quantas áreas ou profissionais poderiam pesquisar nesta documentação? Áreas: Antropologia, Sociologia, Psicologia, Literatura, Comunicação Social – Jornalismo? Profissionais: Antropólogos? Sociólogos? Psicólogos? Literatos? Jornalistas?

Ao analisar a universidade como um complexo educacional-científico-tecnológico, Bellotto afirma:

A função pesquisa científica e tecnológica ocorre, seja no sentido de propiciar ao próprio ensino a necessária renovação, transformação e adaptação aos novos tempos, em ação conjunta com a pesquisa feita extramuros acadêmicos, seja como pesquisa avançada, pura e aplicada, significando avanços no conhecimento (BELLOTTO, 2014, p.64).

Neste avanço do conhecimento, não podemos deixar de apontar a especificidade destes documentos e como eles podem contribuir para a sociedade, o que, de certa forma, também influencia na formação dos estudantes universitários, na sua identidade e cidadania.

A própria Escola de Serviço Social da UFRJ *on-line*¹⁸, produtora do acervo do Núcleo de Pesquisa GECEM, afirma que:

[...] em sua trajetória histórica, vem assumindo uma posição de liderança no cenário nacional e internacional a partir do seu investimento em pesquisa e produção acadêmica, contribuindo com a formação e ampliação da massa crítica no interior da profissão e com diversos setores da sociedade.

No que se refere ao investimento em pesquisa e produção acadêmica, os documentos científicos podem ser inseridos e valorizados no interior dessa comunidade acadêmica.

2.4 Contextualização dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares

O Núcleo de Pesquisa GECEM – Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares foi desenvolvido pela Escola de Serviço Social ESS/UFRJ nas duas últimas décadas do século XX e reuniu pesquisadores, alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de graduação, na perspectiva de desenvolver projetos de pesquisa integrados, debates e eventos científicos diversificados, produzir material didático, realizar publicações conjuntas, produzir trabalhos acadêmicos, trabalhos de iniciação científica e realizar assessorias em sua área temática. Gerou um acervo de documentos técnicos e científicos acerca das relações entre gênero, etnia e classes na sociedade brasileira. Trata-se de uma documentação complexa e difusa em que foram envolvidos mais de cinquenta profissionais, entre professores, estagiários e pesquisadores, distribuídos em projetos integrados.

Em meados do ano de 2010, a documentação do Núcleo de Pesquisa GECEM foi encontrada em um pequeno armário na parede da sala 43 do Prédio do CFCH, no Campus da Praia Vermelha da UFRJ. No início, havia uma dúvida sobre qual instituição ficaria responsável pela documentação produzida e acumulada pela Escola de Serviço Social (ESS). A documentação acabou por ser transferida para um pequeno espaço dentro da sala de reuniões do Conselho de Coordenação no edifício sede do CFCH, onde permaneceu por alguns meses.

¹⁸ Citação extraída da Página na Internet da Escola de Serviço Social da UFRJ. Disponível em <<http://www.ess.ufrj.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

O Núcleo de Pesquisa da Escola de Serviço Social da UFRJ, órgão produtor destes arquivos científicos, desenvolveu grande parte das atividades da pesquisa nas dependências do edifício sede do CFCH, e permaneceu na instituição até ser redescoberto. Segundo Duchein: “regra geral, documentos transferidos de um organismo em atividade para outro também ativo e que tenham sido ali integrados, deverão ser considerados como pertencentes ao fundo do organismo que os recolheu” (DUCHEIN, 1986, p.9). Para manter a integridade da documentação, a Seção de Arquivo do CFCH, com o aval das coordenadoras que participaram da pesquisa, incorporou ao acervo do CFCH toda a documentação.

Infelizmente, os documentos de arquivo produzidos e acumulados no decorrer das atividades dos projetos de pesquisa acadêmicos dentro da universidade nem sempre são recolhidos e transferidos para unidades de arquivo dentro da universidade e, na maioria das vezes, são encontrados em depósitos e lugares inadequados. Este foi o caso do acervo documental do Núcleo de Pesquisa GECEM da Escola de Serviço Social da UFRJ que se encontrava abandonado em um "armário de uma parede”.

A riqueza deste arquivo científico está nas informações do cotidiano universitário retratado nas fontes documentais das pesquisas e dos arquivos científicos universitários que fazem parte da história da UFRJ. É a partir desses registros escritos, dos atos relacionados e das práticas cotidianas nas salas de aulas, dos projetos integrados, dos programas, seminários, congressos, palestras, publicações, anais, dentre outros, portanto, documentos de arquivo, que, segundo Bellotto, “o documento de arquivo tanto resulta do registro de uma determinada ação, como registra ações que provocam outras ações” (BELLOTTO, 2014, p.331). Destas “ações”, o Núcleo de Pesquisa GECEM deixa como desdobramento, para a UFRJ e toda sociedade brasileira, o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida¹⁹, o NEPP-DH/CFCH/UFRJ, que é o primeiro núcleo deste tipo com caráter estatutário em uma universidade pública brasileira, e o Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM - CR), localizado na Vila do João, no Bairro da Maré²⁰, Município do Rio de Janeiro. Este centro de referência oferece acompanhamento psicossocial

¹⁹ A Professora Suely Souza de Almeida trabalhou ativamente em todos os projetos integrados do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ.

²⁰ O Bairro Maré, instituído em 1994, pertence à 30ª Região Administrativa do Município do Rio de Janeiro e é constituído por 23 micro-bairros, dentre eles, a Vila do João. O Projeto-Rio, em 1982, construiu um conjunto habitacional na Vila do João, constituído por 2.600 casas, ocupadas por moradores do local que antes habitavam palafitas estendidas ao longo da baía de Guanabara. O censo realizado em 2000 pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM 2 constatou que a Vila do João possuía cerca de 4 mil domicílios e 10.700 moradores. A Vila do João era a terceira em concentração populacional e a quarta em número de habitações, no conjunto que integra o bairro Maré 3. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/apresentacao.html>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

e jurídico, orienta nas desigualdades de gênero e fortalece a cidadania das mulheres em situação de violência doméstica; promove debates, estudos e propostas sobre a realidade social brasileira.

No contexto da linha de acervo de documentos científicos relevantes para a memória da universidade e do país, o Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ é uma oportunidade única de admitir objetivamente a importância das atividades científicas e dos procedimentos técnicos que fazem parte da cultura. Os arquivos científicos e culturais traduzem o modo como as instituições produzem conhecimento e subsidiam a construção de uma compreensão da realidade do país.

Com a organização deste acervo foi possível identificar várias possibilidades de temas de pesquisa, que podem variar de acordo com a intenção e o olhar do pesquisador que nele estiver trabalhando. Alguns dos temas identificados, abordam questões relativas à violência contra a mulher; violência nas relações de gênero; violência conjugal; violência familiar; acesso às Políticas Públicas de Saúde e Assistência para mulheres vítimas de violência; discurso de identidade de gênero na educação básica; relações de gênero; aborto; crimes sexuais; crimes contra a mulher; violência doméstica; crimes passionais; atuação de delegacias especializadas em atendimento à mulher; acesso das mulheres à delegacia; atuação de policiais e assistentes sociais em Delegacias de atendimento à mulher (DEAM); violência doméstica na infância; reprodução de ideologias de gênero; literatura infantil e a questão de gênero; a temática das discussões de gênero, raça e etnia nas escolas de ensino básico do município do Rio de Janeiro; poder e violência; repercussão da violência contra a mulher na imprensa escrita; cidadania feminina; abuso sexual; gravidez na adolescência; abuso sexual na infância e adolescência; violência como controle social; campanhas de enfrentamento à violência sexual de mulheres e crianças; segurança pública; direitos humanos; atuação do movimento feminista; repercussão de crimes contra as mulheres na imprensa; mulher e política; movimento de mulheres; mulher e trabalho; políticas de saúde para mulheres; programas governamentais de atendimento à mulher; o trabalho de ONGs no apoio às mulheres vítimas de violência; saúde reprodutiva; religião e direito reprodutivo; prevenção à violência doméstica; maternidade; doenças sexualmente transmissíveis; discriminação racial; entre outras questões.

O arquivo científico é formado por documentos textuais (impressos, manuscritos, datilografados), bibliográficos (livros, periódicos, monografias), sonoros (fitas cassete) e digitais (disquete).

Composto por acervo produzido nas das duas últimas décadas do século XX, contém cerca de 15.087 documentos, totalizando cinco metros lineares de documentação, abrangendo o período de 1969 a 2002.

No conjunto documental do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ destacam-se: 11.257 formulários de levantamentos em delegacias do estado do Rio de Janeiro; 95 livros (51 didáticos e 44 paradidáticos) utilizados em organizações públicas e privadas voltadas para o ensino pré-escolar e de 1ª a 4ª séries do primeiro grau do município do Rio de Janeiro; 155 reportagens sobre violência conjugal; 39 análises de categorias de falas de mulheres em Delegacias; 102 entrevistas com mulheres vítimas de agressão; 10 entrevistas com homens (possíveis agressores); 71 entrevistas com policiais e 9 entrevistas com assistentes sociais nas Delegacias de atendimento à mulher (DEAM) e Núcleo de Atendimento à Mulher (NUAM); 66 tabelas de sistematização de entrevistas (homens, mulheres e assistentes sociais); 12 tabelas de banco de dados de policiais; 43 cópias de processos de 13 varas criminais do Rio de Janeiro com acusações de homicídios e lesão corporal em relações conjugais e de agressão às mulheres; 181 reportagens sobre violência praticada contra a mulher, pena de morte, violência de gênero, crimes passionais, vida carcerária, regime militar no Brasil, crime organizado, chacinas, segurança pública, etc.; 242 publicações nacionais e estrangeiras; 205 documentos referentes à produção intelectual dos bolsistas e orientadores do projeto.

Áreas como História; Serviço Social; Psicologia; Direito, Ciências Sociais, Educação, Arquivologia; temáticas como: Estudos Feministas, Saúde, História da Saúde, Segurança Pública, dentre outras, podem encontrar material de pesquisa significativo.

3 IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

3.1 Aspectos teóricos-conceituais

Atualmente, sendo considerada uma metodologia que visa conhecer a gênese dos documentos de arquivo, a Identificação Arquivística começa a ampliar seus estudos em pesquisas profissionais e acadêmicas.

De acordo com Conde Villaverde, pioneira na difusão da metodologia da Identificação na Espanha, Identificação é:

O processo de investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo, sendo um de seus objetivos principais assegurar através de seus resultados a avaliação das séries documentais (CONDE VILLAVERDE²¹ 1991 *apud* HEREDIA HERRERA, 1999, p.20, tradução nossa).

Por sua vez, Rodrigues define:

A Identificação Arquivística é uma ferramenta metodológica que se fundamenta em análise decorrente de diagnóstico elaborado sobre o documento de arquivo e seu órgão produtor, com a finalidade de propor soluções [...] investigar sobre a gênese documental, revelando os elementos que caracterizam os documentos e registrando estas informações em instrumentos específicos, como condição e fundamento para o desenvolvimento das funções arquivísticas de planejamento da produção, avaliação, classificação e descrição (RODRIGUES, 2008, p.32).

Esta definição direciona a Identificação Arquivística para uma proposição de solucionar e criar condições para o desenvolvimento das atividades profissionais, auxiliando diretamente o arquivista no tratamento dos documentos para a realização das funções de avaliação, classificação e descrição nos acervos documentais em instituições.

La identificación es por tanto la primera fase de la metodología archivística; fase de tipo intelectual que consiste en la investigación del sujeto productor y del tipo documental. Su objetivo será por tanto el conocimiento exhaustivo de la institución que ha producido el documento, su evolución orgánica, competencias administrativas y tipos documentales en los que se materializan, procedimiento administrativo y demás disposiciones que afectan al trámite, elementos imprescindibles para la delimitación de la serie documental. El resultado de esta fase será la organización del fondo, con el establecimiento del cuadro de clasificación, y la ordenación de sus series documentales, sentando las bases para su posterior valoración y descripción (LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO 2000, p.14).

²¹ Segundo Heredia Herrera (1999) em nota: “*La identificación y valoración de los fondos documentales de la Administración estatal: problemas y metodología: Actas de las primeras jornadas para la identificación*”.

Neste conceito, a Identificação aparece como uma primeira etapa no tratamento de um fundo, fundamenta-se em uma investigação do sujeito produtor e do tipo documental, e tem como resultado um quadro de classificação, a ordenação por séries documentais que servirão de base para a avaliação e a descrição do fundo.

De acordo com Rodrigues, o termo Identificação surge no ambiente da “introdução da Gestão Documental no campo da Arquivística, especificamente da avaliação” (RODRIGUES, 2008, p.48). Neste contexto, criou-se um campo fértil para a busca de soluções para a grande produção e acumulação documental.

As discussões iniciais, nos anos de 1980, sobre o papel da Identificação no processamento técnico da área deu-se em virtude do controle da produção documental e do tratamento das massas documentais acumuladas. Por este motivo, as atividades e metodologias criadas e discutidas à época visavam a Identificação, tendo como resultado a avaliação de fundos documentais.

Nesta perspectiva de obter resultados e avaliar acervos documentais, foram criados grupos de trabalho, realizadas reuniões de profissionais e pesquisadores, estudos teóricos e conceituais, elaboração de metodologias de tratamento e propostas de normalizações dos processos de identificação. Isso ocorreu em vários países, inclusive nos ibero-americanos, destacando a Espanha, país que desenvolveu sistemas de trabalho contínuo e atuante em todo país, divulgando e disseminando as experiências e um envolvimento contínuo entre instituições como a:

Direção de Arquivos Estatais do Ministério de Cultura da Espanha, onde se formou os Grupos de Trabalho de Administração Institucional de Serviços Sócio Profissionais (antiga Organização Sindical), justiça, Governos civis, Fazenda e o grupo de Arquivos administrativo (RODRIGUES, 2008, p.49, grifo da autora).

La Torre Merino; Martin-Polomino y Benito (2000) no livro *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*, uma publicação da *Escuela Iberoamericana de Archivos: Experiencias y materiales* do Ministério de Educação, Cultura e Esportes da Espanha, descrevem passo a passo como foi o desenvolvimento da metodologia de Identificação na Espanha.

Para os dois autores, os últimos anos foram caracterizados por um aumento da investigação Arquivística, e isto ocorreu devido a vários fatores, tais como: a sistematização das tarefas arquivísticas nos Arquivos Gerais do Estado, que anteriormente já haviam adequado

suas planilhas e funções arquivísticas; o surgimento de novos arquivistas em comunidades autônomas e nas administrações locais, levando a um acréscimo de profissionais dedicados para a área; o aumento de associações profissionais de caráter regional; a criação de revistas profissionais para difusão de experiências sobre a área; e finalmente a incorporação da Arquivística na Universidade, constituindo o respaldo científico e doutrinal necessário para estabelecer cientificidade para o campo.

Diante destes múltiplos grupos de trabalho, estudos e experiências, podemos perceber como podem ser altamente produtivas estas iniciativas, e o fato de transferir e compartilhar materiais e/ou métodos da Arquivística trouxeram progressos contínuos e, principalmente, a respeitabilidade para a área.

Para La Torre Merino; Martin-Polomino y Benito, “esta metodologia não implica em uma mudança na tradição Arquivística espanhola, mas sim na individualização e sistematização de uma série de tarefas” (LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO 2000, p.7, tradução nossa)).

Em 1991, na cidade de Madri, na Espanha, as experiências desenvolvidas em algumas instituições espanholas foram apresentadas nas “Primeiras Jornadas de Metodologia para Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas”, e foi a partir deste evento que a metodologia da Identificação ganhou força para consolidar-se na teoria Arquivística com a aprovação desta comunidade na Espanha.

Entretanto, segundo Conde Villaverde :

Era preciso ter base empírica suficientemente ampla que permitisse a definição destes princípios teóricos. Tal resultado implicava contrastar as experiências espanholas com as de outros países de tradição semelhante. Assim surgiu o Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos administrativos, do qual participavam Espanha, Portugal, Brasil e México. Seu objetivo era definir e estabelecer um modelo de tratamento de fundos, perfeitamente diferenciado do inglês e do Francês, que até o momento eram os únicos identificados no contexto internacional e os que determinavam o planejamento e objetivos do Comitê de Arquivos Administrativos do CIA (CONDE VILLAVERDE²², 1992 *apud* RODRIGUES, 2008, p.49-50).

A ampliação necessária para contrastar as experiências espanholas da metodologia da Identificação ocorreu nos países de tradição Arquivística ibero-americana como México,

²² CONDE VILLAVERDE, María Luisa et al. *La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamérica: idéntico tratamiento para una misma realidad*. In: PRIMERAS JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA IDENTIFICACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PUBLICAS, 1991. In: Actas... Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura, 1992. p. 15-19.

Portugal, Colômbia, incluindo o Brasil, principalmente com a contribuição de alguns grupos de trabalho.

O Brasil participou do movimento internacional iniciado na década de 1980, contribuindo com suas experiências e reflexões para construção de parâmetros metodológicos da identificação. Os projetos desenvolvidos pelo Arquivo Nacional, no período, dentro do Programa de Modernização Institucional-Administrativa, registram a mesma preocupação com a solução do problema da acumulação de fundos e da implantação de programas de gestão documental no âmbito da administração pública federal. Por outro lado, a situação de caótica de documentos acumulados nos depósitos do Arquivo Nacional, e nos órgãos que compõe a estrutura do governo federal, justificou a criação de grupos de trabalho voltados para a solução dos problemas detectados (RODRIGUES, 2008, p. 57).

Neste Programa de Modernização do Arquivo Nacional com o objetivo de implantar programas de gestão documental, o principal interesse era o tratamento das massas acumuladas nos depósitos do Arquivo Nacional e nos órgãos que compõem a estrutura do governo federal, mas buscava-se também o “controle da produção, a avaliação e o controle sistêmico dos arquivos correntes e intermediários, e por fim assegurar as condições adequadas para a implantação de recursos automatizados” (BRASIL²³, 1986 *apud* RODRIGUES, 2008, p. 59).

Ao trazer esta discussão sobre a Identificação para realidade brasileira, Rodrigues (2008) descreve o processo de construção da tradição no Brasil recuando aos anos de 1970, período em que constatou o início das atividades e interesse a respeito da avaliação de documentos nos arquivos.

Rodrigues (2008), ao demonstrar a trajetória brasileira sobre as experiências de identificação de documentos de arquivo, abarca o período de 1975 a 2005, registrando os aspectos importantes sobre os tratamentos arquivísticos desenvolvidos à época, e que influenciaram e continuam influenciando na área.

Seguem, resumidamente, as conclusões apresentadas pela autora:

- Foi a partir dos anos de 1970 que os problemas com as grandes massas documentais produzidas e acumuladas em depósitos das instituições configurou-se como uma das principais preocupações da área e, por este motivo, iniciou-se a busca por soluções e o desenvolvimento de técnicas para identificação e avaliação de documentos;
- A elaboração de sistemáticas de levantamentos da produção documental corrente no intuito de contribuir nas práticas de identificação e avaliação;

²³ BRASIL. Arquivo Nacional. Manual de levantamento da produção documental. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 1986. (Publicações Técnicas, 44).

- O uso do termo “análise da produção” com a finalidade de localizar a produção documental e verificar sua utilização na administração;
- Surge a necessidade da intervenção do arquivista na fase corrente para que não houvesse acúmulo desordenado de documentos nas instituições públicas;
- A participação do Arquivo Nacional desenvolvendo dois importantes grupos de trabalho: o Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI) e Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE) – os resultados destes trabalhos foram reproduzidos principalmente em manuais;
- O desenvolvimento do Projeto de Gestão de Documentos, elaborado pela Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional, buscando estabelecer uma sistemática de organização dos arquivos públicos federais;
- A utilização do termo “diagnóstico” para embasar as tarefas de levantamento sobre a situação dos arquivos em diversos órgãos brasileiros;
- Desenvolvimento de trabalhos de profissionais e de instituições com propostas metodológicas que demonstravam a aplicação de procedimentos de identificação, mas utilizando outras terminologias como: identificação e avaliação da produção documental; identificação da produção e fluxo documental; metodologia dirigida à identificação de massa documental acumulada;
- A contribuição da Professora Heloisa Liberalli Belloto na formulação de requisitos para identificação de fundos para massas acumuladas e tratamento de arquivos permanentes;
- A divulgação no Brasil dos estudos de análise documental tendo como aporte os aspectos teóricos da tipologia documental, estudos iniciados após a publicação de textos da Professora Heloisa Liberalli Belloto, fundamentados nas pesquisas do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, da Espanha;
- No final dos anos de 1990 são publicados manuais de classificação pela Associação de Arquivistas de São Paulo, tendo como parâmetros os conceitos da Tipologia Documental e uso dos termos “identificação do documento, análise documental e identificação do contexto de produção, para se referir à esta tarefa preliminar a organização de documentos de arquivo” (RODRIGUES, 2008, p.62);

- A partir dos anos 2000, no meio arquivístico, iniciam-se os primeiros estudos teóricos e metodológicos da Identificação, com a utilização dos parâmetros da tipologia documental, em experiências como o Arquivo Público de Campo Belo no estado de Minas Gerais, em 2003, e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), em 2005.

Na conclusão desta trajetória sobre as práticas de identificação desenvolvidas no Brasil, Rodrigues (2008), indica muitas semelhanças nos tratamentos dos documentos e variações terminológicas adotados em referência às fases da identificação: “Identificação de documentos” (tipologias documentais) e “Identificação de órgão produtor” (contexto de produção). Neste levantamento, a autora constatou também o acréscimo de mais uma fase, a “Identificação de Arquivos”.

No Brasil, os processos de *identificação* incidiram sobre órgãos produtores, documentos e arquivos. Os modelos de análise documental proposto para realização de tarefas na área estiveram associados a outros processos de *identificação*, como o de *órgão produtores*, para efeito de organização de massas acumuladas ou o de *identificação de arquivos*, para fins de definição de estratégias para implantação de sistemas de arquivos (RODRIGUES, 2012, p.203, grifo da autora).

Ao reunir todas estas ideias é importante observar as confluências da tradição espanhola com a brasileira, referentes ao processo de desenvolvimento da Identificação Arquivística nos dois países. Percebem-se, nestes pensamentos, propostas teóricas e conceituais, perspectivas complementares e conciliadoras para a solução dos problemas referentes às massas documentais acumuladas e à importância da atuação do arquivista na produção documental.

3.2 Objeto e características da Identificação Arquivística

Considerada como uma metodologia de pesquisa intelectual para a Arquivologia, a Identificação Arquivística avança para consolidar-se no meio arquivístico brasileiro.

Com forte influência espanhola desde os anos de 1980, a Identificação vem ganhando espaço nas práticas e experiências de tratamento dos documentos de arquivo no Brasil, principalmente em acervos arquivísticos acumulados, um problema recorrente nas instituições brasileiras.

Para Mendo Carmona (2004, p.42) a Identificação é a melhor ferramenta para aplicar o princípio básico da Arquivologia: o respeito à proveniência e à estrutura interna do fundo. Consiste na investigação das características dos elementos que envolvem a gênese do fundo: o

sujeito produtor e o objeto produzido. Para a autora espanhola, a Identificação sustenta todos os tratamentos arquivísticos e pode ser aplicada em qualquer fase do ciclo de vida dos documentos.

Por se tratar de uma pesquisa intelectual para a Arquivologia, a Identificação tem como objeto o órgão produtor e seus documentos, e por isso tem o desafio de aplicar o princípio primordial da Arquivologia, o Princípio da Proveniência.

Este princípio está presente nas instituições francesas desde 24 de abril de 1841, sua formulação foi atribuída ao francês Natalis de Wailly. Não foi adotado de imediato em outros países, nem de forma generalizada. O primeiro país a aplica-lo foi a Dinamarca em 1791, mas que existem estudos que testemunham uma aplicação semelhante em arquivos espanhóis anteriormente a sua formulação. Durante muito tempo este princípio foi mais teórico do que prático. Sua utilização generalizada foi influenciada sobretudo nas ideias de Schellenberg a partir de sua obra *Arquivos Modernos. Princípios e técnicas* de 1958, e o trabalho de Duchein de 1977, *Les respect des fonds em Archivistique: principes theoriques et problèmes pratiques* (HEREDIA HERRERA, 2013, p.59, tradução nossa).

Heredia Herrera (2013) aponta o princípio da proveniência ou de respeito aos fundos como o principal e mais inquestionável princípio no campo da Arquivologia, e assegura que este princípio é o que determina sua identidade frente às outras disciplinas afins, e que, ao condicioná-lo na sua metodologia, também contribui para a formação do arquivista.

À margem do respeito aos fundos todo trabalho arquivístico é arbitrário, subjetivo e desprovido de rigor, quando mais não fosse, porque quase todos os documentos poderiam ser classificados de duas ou três maneiras diferentes caso se tomasse como base da classificação o termo correspondente. Por exemplo: o orçamento estabelecido por um arquiteto para construir um monumento em uma cidade poderia ser classificado com o assunto, tanto pelo nome do arquiteto como pelo nome do monumento; este tipo de problema não se apresenta se o documento foi conservado dentro do processo administrativo da construção do monumento e se esse dossiê fizer parte integrante do fundo de arquivo da cidade (DUCHEIN, 1986, p.17).

Heredia Herrera (2015) confirma as ideias de Duchein quando diz que os problemas para a aplicação deste princípio começam quando os documentos são armazenados e amontoados sem controle e, por isso, perde-se sua sistematização natural. A reconstrução documental torna-se difícil, mas não impossível.

Duchein (1986) relaciona alguns aspectos necessários ao trabalho arquivístico na aplicação do princípio da proveniência, tais como: saber quem produziu o documento com exatidão, em que circunstâncias esta produção ocorreu, como foi desenvolvida a ação, com qual objetivo, conhecer o destinatário do documento, entender como e quando este documento foi

recebido pelo destinatário e investigar o porquê deste documento estar no arquivo. “Tal conhecimento só é possível na medida em que o conjunto de documentos que o acompanha tenha sido conservado intacto, individualizado, sem possível mistura com documentos de outras proveniências, mesmo que esses se refiram ao mesmo objeto” (DUCHEIN, 1986, p.17).

Heredia Herrera, por sua vez, diz que:

Para entender el principio de procedencia quizá convenga precisar três términos y conceptos (produtor, producción, procedencia²⁴) com él relacionados. Son términos del lenguaje común que cobran um especial significado em el contexto archivístico (HEREDIA HERRERA, 2013, p.63).

Desta forma, produtor, produção e proveniência, mesmo sendo termos comuns da linguagem, possuem um significado especial no contexto arquivístico.

De acordo com as ideias de Heredia Herrera publicadas no livro *Manual de Archivística Básica: Gestión y Systemas*:

Produtor é um agente (organização, família ou pessoa) que em razão de suas competências e funções/atividades atribuídas e, como tal, é o responsável, está autorizado e obrigado a gerar provas dessas funções/atividades. O produtor também acumula essas provas.

Produção é a função realizada pelo agente produtor cujo resultado são os documentos de arquivo, em papel ou eletrônico.

Proveniência é uma relação dupla: dos documentos de arquivo com seu produtor e dos documentos com as funções/atividades atribuídas ao produtor (HEREDIA HERRERA, 2013, p.63-66, grifo e tradução nossa).

Para fins desta pesquisa utilizaremos a terminologia *agente produtor* tendo como fundamento a definição acima descrita e também por considerar que o “produtor não é qualquer agente, sim um agente produtor. Não é o autor do documento, porém, as vezes pode coincidir o produtor ser também o autor. Tão pouco é o agente destinatário. Nem o que custodia” (HEREDIA HERRERA, 2013, p.63, tradução nossa).

Mendo Carmona (2004) afirma que, para aplicar o princípio da proveniência, devemos conhecer a estrutura da instituição produtora, seus métodos de funcionamento, seus procedimentos de trabalho e as variações que sofre no decorrer do tempo. O conhecimento desta estrutura resulta na aplicação correta deste princípio, tornando-se com isso um guia para um quadro de classificação.

²⁴ Segundo o Dicionário de terminologia Arquivística (2010, p.119) no índice de termos em espanhol: *procedencia*: proveniência.

Se, ao conhecer esta estrutura, o princípio é aplicado corretamente, podemos considerar que a Identificação Arquivística é o alicerce de todos os outros trabalhos necessários ao “fazer arquivístico”.

Concomitantemente ao princípio da proveniência “há um princípio auxiliar e que tem uma estreita relação com este princípio, o do respeito à ordem original, que significa o respeito à ordem sequencial e aos procedimentos dos documentos” (HEREDIA HERRERA, 2015, p. 46, tradução nossa).

Da aplicabilidade prática dos referidos princípios da proveniência e da ordem original, decorrem as tarefas que são realizadas durante esta fase do tratamento técnico. O procedimento da identificação é realizado a partir de um conjunto de atividades integradas, com uma unidade metodológica, desenvolvidas na seguinte ordem: primeiro identifica-se o “organismo produtor (evolução orgânica e competências administrativas), depois o elemento funcional (competências, funções e atividades), logo o tipo documental (procedimento administrativo e tramitação) e, por último, a delimitação da série documental’. É uma fase de estudo sobre a gênese do fundo, realizada para tratar fundos administrativos ou históricos, cujo resultado será a ‘organização do fundo propondo as bases para a avaliação e descrição”. Tem por objetivo o “conhecimento exaustivo da instituição que produziu os documentos, sua evolução orgânica, competências administrativas e tipos documentais nos quais se materializam” (LA TORRE MERINO; MARTÍN-POLOMINO Y BENITO²⁵, 2000, *apud* RODRIGUES, 2012, p.205, grifo da autora).

Nesta perspectiva, temos quatro etapas de atividades específicas para iniciarmos os procedimentos da identificação e aplicar o princípio da proveniência e da ordem original, que são: órgão produtor, o elemento funcional, o tipo documental e a delimitação da série documental.

Passemos para os estudos das metodologias e dos instrumentos necessários para a aplicabilidade da identificação no que se refere ao tratamento documental, seja na fase da produção de documentos ou em acervos acumulados.

²⁵ LA TORRE MERINO, José Luiz y MARTÍN-PALOMINO y BENITO, Mercedes. *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes / S.G. de Información y Publicaciones, 2000. (Escuela Iberoamericana de Archivos: experiencias y materiales).

3.3 Aspectos metodológicos e instrumentais

Neste estudo do processo da Identificação, o primeiro passo “consiste em identificar o órgão produtor, o elemento orgânico (estrutura administrativa) e elemento funcional (competências, funções, atividades, tarefas) que o caracteriza” (RODRIGUES, 2012, p.205).

Complementando e fundamentando este primeiro passo da identificação, Heredia Herrera (2013) define e demonstra a proveniência como sendo uma relação dupla e natural: a proveniência orgânica (relação dos documentos de arquivo com o produtor) e a proveniência funcional (relação dos documentos com as funções/atividades atribuídas ao produtor). “A proveniência não é o lugar de onde vem os documentos, nem o país, nem o arquivo de custódia. Os documentos eletrônicos também mantêm relações de proveniência. Não podemos perder de vista estes três elementos: *agente, função, relação*” (HEREDIA HERRERA, 2013, p. 66, tradução nossa, grifo da autora).

Tendo em vista que a estratégia desta pesquisa será em torno da questão de uma instituição universitária, de um Núcleo de pesquisa e também na particularidade do estudo do exercício da função de magistério superior-pesquisador, recorreremos ao especialista da área da Administração Idalberto Chiavenato, que afirma que as organizações pelo

seu tamanho e pela complexidade de suas operações quando atingem um certo porte precisam ser administradas e sua *administração* requer todo um aparato de pessoas estratificadas em diversos níveis hierárquicos que se ocupam de incumbências diferentes (CHIAVENATO, 1999, p.1, grifo do autor).

Partindo do ponto de vista dos três elementos da abordagem de Heredia Herrera: *agente, função, relação*, temos como agente produtor uma organização, que se define como uma “estrutura de relacionamentos necessária para que a instituição possa cumprir as suas funções” (CAMPOS, 2013, p.33). Nesta estrutura de relacionamentos, “as pessoas trabalham numa empresa exercendo funções dentro de uma organização hierárquica, então função (o que fazer) é uma coisa, e organização (cargos, hierarquia, organograma) é outra” (CAMPOS, 2013, p.24).

Nesta perspectiva de compreender a relação da função com a produção de documentos, Heredia Herrera (2013) afirma que as funções não produzem documentos porque não cabe a elas a responsabilidade de produzi-los, são as funções (*o que fazer*) que determinam a produção de documentos. Quem realiza a produção documental é o agente produtor, cujo resultado são os documentos de arquivo em papel ou eletrônico. Por isso, os documentos de arquivo são

produzidos na *relação* dos documentos com as funções atribuídas ao produtor e nos procedimentos que a regulam.

Na etapa inicial da identificação do órgão produtor, devemos coletar e reunir todas as informações pertinentes sobre o agente produtor nos aspectos da estrutura organizacional, níveis hierárquicos, relações funcionais, pesquisa em fontes normativas e legislativas que regulam competências, funções e atividades do produtor, pesquisa nos documentos do próprio conjunto documental e outros arquivos, dependendo da natureza da organização e dos documentos, se são públicos ou privados, ou outras características que apresentarem.

Neste trabalho de coleta de informações sobre o elemento orgânico (estrutura administrativa) e elemento funcional (competências, funções, atividades, tarefas) de uma organização são necessários estudos, levantamentos de dados e a elaboração de instrumentos que auxiliam todo o processo de tratamento documental, seja para documentos acumulados ou para estudos arquivísticos voltados para implementação de programas de gestão documental.

Para a primeira parte de estudo sobre o elemento orgânico, ou seja, a estrutura administrativa, a grande maioria dos autores da área aponta para a necessidade de criação de índices sobre os órgãos ou departamentos²⁶ produtores, visto que as estruturas organizacionais sofrem diversas modificações durante o funcionamento da organização.

Organização como uma entidade social dirigida para objetivos específicos e deliberadamente estruturada. A organização é uma entidade social porque é constituída por pessoas. É dirigida para objetivos porque é desenhada para alcançar resultados, como gerar lucros (empresas em geral), proporcionar satisfação social (clubes) etc. É deliberadamente estruturada pelo fato que o trabalho é dividido e seu desempenho é atribuído aos membros da organização. Neste sentido, a palavra organização significa qualquer empreendimento humano moldado intencionalmente para atingir determinados objetivos. Essa definição é aplicável a todos os tipos de organizações, sejam elas lucrativas ou não, como empresas, bancos, financeiras, hospitais, clubes, igrejas etc (CHIAVENATO, 1999, p.144).

Sendo uma organização um empreendimento humano moldado intencionalmente para atingir determinados objetivos, estes objetivos podem “dar origem a um ato, a uma ação (também jurídica ou administrativa) que, para efeitos de validação e publicação, vai consubstanciada em um documento” (BELLOTTO, 2014, p.327).

²⁶Departamento designa uma unidade da organização: uma área, decisão ou segmento de uma empresa sobre a qual um administrador (seja diretor, gerente, chefe, supervisor etc.) tem autoridade para o desempenho de atividades específicas. Assim, o termo departamento ou divisão é empregado com o significado genérico e aproximativo: poder ser um departamento de produção, ou uma divisão de vendas, ou seção de contabilidade, ou uma unidade de pesquisa e desenvolvimento ou o setor de compras (CHIAVENATO, 1999, p.179).

Em geral, o documento, quando gerado, vai refletir o resultado do cumprimento de uma atividade (o comprobatório) ou a ordem para que ela se efetue (o dispositivo). As atividades das organizações (públicas ou privadas) e os seus desdobramentos, as operações, é que produzem a maior parte da massa documental. Mas elas não são aleatórias dentro das entidades. Elas estão sob a égide de uma função, e esta, por sua vez, está sob a das competências. Função, tomada como o “conjunto das atividades que apontam para um objetivo”; competência, como a “autoridade e a capacidade de levar a cabo uma determinada esfera de atividades, dentro de uma função e que se atribui [daí as atribuições] a um órgão ou a indivíduo em concreto” (BELLOTTO, 2014, p.327, grifo da autora).

Para Campos (2013), uma organização hierárquica pode mudar constantemente ao longo de sua vida, para se acomodar a fatores internos e externos; no entanto, as funções permanecem estáveis.

A organização hierárquica pode e deve mudar: pelas modificações do mercado; pelo crescimento dos seus empregados, por meio da educação e treinamento; pela influência da tecnologia da informação; pelas mudanças mercadológicas; pela influência local; pela influência das pessoas, etc (CAMPOS, 2013, p.24).

Na construção do primeiro instrumento de estudo do elemento orgânico, Rodrigues (2012) utiliza a expressão “Índice de organismos produtores” para demonstrar e registrar o desenvolvimento orgânico de cada organização produtora de documentos, estruturada hierarquicamente e cronologicamente no período de cada gestão administrativa. A autora apresenta os dados que podem conter na elaboração deste instrumento:

Nome do órgão produtor, data de criação, data de supressão, especificação da legislação que dispõem sobre a estrutura e funcionamento do órgão, nome dos organismos que precederam o atual cujas atribuições sejam as mesmas, nome dos organismos sucessores (herdeiros) de suas competências, tipos documentais produzidos, códigos de classificação (RODRIGUES, 2012, p. 207).

Quadro 2 - Ficha de Identificação de organismos produtores

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANISMOS PRODUTORES
Nome do órgão produtor:
Data de criação:
Data de supressão:
Especificação da legislação que dispõem sobre a estrutura e funcionamento do órgão:
Nome dos organismos que precederam o atual cujas atribuições sejam as mesmas:
Nome dos organismos sucessores (herdeiros) de suas competências:
Tipos documentais produzidos:
Códigos de classificação:

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 207

Percebe-se que, quando as informações estão enquadradas em um instrumento, as análises e sistematizações ficam mais claras e objetivas.

Os espanhóis La Torre Merino; Martin-Polomino y Benito (2000, p.17) utilizam também a expressão “*índice de organismos*”, para denominar as informações que devem ser estruturadas hierarquicamente, por meio de relações cruzadas, pois, assim, será possível seguir a evolução orgânica de cada unidade administrativa. Cada uma das fichas terá as seguintes informações:

Quadro 3 - Ficha de Identificação de organismos

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANISMOS
Nome do organismo:
Datas-Limite de vigência do organismo:
Função: (competências atribuídas ao organismo)
Datas das disposições que levaram a uma mudança na estrutura do organismo:
Depende de:(organismo/ou hierarquicamente inferior)
Os organismos que precederam e sucederam no desenvolvimento de suas competências:
Relação das séries mais representativas produzidas pelo organismo no desenvolvimento das suas funções:

Fonte: LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p.17, tradução nossa, grifo nosso.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

O segundo instrumento de estudo do elemento orgânico apresentado por Rodrigues (2012) diz respeito aos estudos de organogramas²⁷ para o reconhecimento, por meio de gráficos, das sequências de mudanças sofridas pela organização durante a sua vigência.

A autora enfatiza a importância da construção de organogramas para a melhor compreensão do órgão produtor após a coleta de informações. “Em cada organograma, anotar-se-á a normativa de aprovação pertinente e a data que esta estrutura representa e serão elaborados tantos organogramas quantos sejam as mudanças estruturais ocorridas durante a gestão administrativa do órgão produtor analisado” (MOLINA NORTES; LEYVA PALMA²⁸, 1996 *apud* RODRIGUES, 2012, p.207).

O terceiro e último instrumento de estudo do elemento orgânico refere-se à construção de um índice legislativo, ou seja, uma ferramenta com registros de cada fonte legislativa ou normativa encontrada e que tenha sido referenciada no primeiro instrumento. Deve possuir os seguintes elementos: “nome do organismo (definido por lei); assunto (resumo do conteúdo da norma); data de aprovação; data de publicação; especificação da norma (se é lei, decreto, etc); nome do antecedente e do sucessor do organismo” (RODRIGUES, 2012, p.208).

Quadro 4 - Índice de Atos Normativos

ÍNDICE DE ATOS NORMATIVOS					
Nome do organismo (Definido por lei)	Assunto (Resumo do conteúdo da norma)	Data de aprovação	Data de publicação	Especificação da norma (Lei, decreto, etc);	Nome do antecedente e do sucessor do organismo

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em RODRIGUES, 2012, p. 208.

Na segunda parte de estudo do órgão produtor, o elemento funcional, teremos que analisar e compreender as estruturas jurídicas e administrativas referentes ao órgão nas normas e legislações aplicáveis, devendo tais estruturas estar representadas no exercício das competências, funções, atividades e tarefas desempenhas pelo agente produtor.

²⁷ **Organograma:** representação gráfica da estrutura e das relações e inter-relações, apresentando as linhas de autoridade, de hierarquia e de responsabilidade de uma organização. Demonstração visual dos órgãos de uma empresa, de suas relações hierárquicas e de autoridade e das responsabilidades existentes entre eles. DUARTE, Geraldo. Dicionário de Administração. Edição Digital KindleBookBr, 2011. Acesso em 03 set. 2017.

²⁸ MOLINA NORTES, Juana; LEYVA PALMA, Victoria. *Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa*. Guadalajara: ANABAD Castilla – La Mancha, 1996 (Textos de ANABAD Castilla – La Mancha, 2).

A finalidade deste processo é identificar nestas fontes de informação (normas e legislações) suas associações com a tipologia documental.

Antes de aprofundarmos no estudo do elemento funcional, vamos situar e definir cada um dos termos: competência, função, atividade e tarefas no contexto organizacional e hierárquico.

Para a administração pública, competência, segundo Madeira:

É um dos requisitos a ser observado para a validade do ato administrativo, no que tange à competência do ato administrativo, [...]Delegação e avocação de competência publica; Competência é o círculo definido pela lei, dentro do qual podem os agentes exercer legitimidade suas atividades, [...] a fonte da competência decorre, exclusivamente, da lei. [...] diz-se que o ato é válido se quem o pratica possui competência administrativa validamente delimitada pela lei, requisito este essencial para produção de efeitos (MADEIRA,2008, p.168-170).

Mesmo que seja uma definição no contexto da administração pública, este conceito também pode ser aplicado na administração de organizações privadas, visto que para o funcionamento destas instituições, mesmo que prevalecendo as normas internas, há também um *círculo definido por leis* federais, estaduais ou municipais que também podem exercer legitimidade sobre esses agentes nas suas atividades.

Para a definição do termo “Função”, Heredia Herrera, diz que é a “responsabilidade ou objetivo principal executado por um agente que pode estar integrada por um conjunto de atividades e processos. Função/atividade é uma expressão frequente que demonstra a facilidade que, com tal semelhança, se identificam função e atividade” (HEREDIA HERRERA, 2013, p. 276-277, tradução nossa).

Identificar e distinguir os termos função e atividade pode trazer várias dúvidas, por isso, Heredia Herrera no livro *Manual de Archivística Básica: Gestión y Systemas* utiliza frequentemente a expressão função/atividade.

O Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), atribui a criação da Norma Internacional para Descrição de Funções por considerar a importância das Funções no contexto de produção dos documentos.

Segundo o Glossário de termos e definições da ISDF: Norma Internacional para Descrição de Funções, Função é:

Qualquer objetivo de alto nível, responsabilidade ou tarefa prescrita como atribuição de uma entidade coletiva pela legislação, política ou mandato. Funções podem ser decompostas em conjuntos de operações coordenadas, tais como subfunções, procedimentos operacionais, atividades, tarefas ou transações (CIA, 2007, p.13).

Samuels, por sua vez, na defesa do estudo da função na Arquivologia, diz:

Os arquivistas precisam tanto do conhecimento da extensão da amplitude das funções exercidas por sua instituição, quanto de uma compreensão da natureza dos testemunhos dessas funções. É este conhecimento que nos permite responder à pergunta: O que se precisa para documentar uma instituição? (SAMUELS,2007, p.75)

Ao chegarmos nesta amplitude de conhecimento sobre as funções exercidas por nossas instituições precisamos incluir outras categorias de análise para este estudo do elemento funcional, que são as atividades e tarefas.

Atividade: tarefa desempenhada por entidade coletiva para realizar cada uma de suas funções. Pode haver várias atividades associadas a cada função. Em certos casos, algumas atividades podem ocorrer sob diferentes funções. Atividades abarcam transações que, por seu turno, produzem documentos (CIA, 2007, p.13).

Para Heredia Herrera, “atividade é uma divisão e diversificação de uma função que normalmente é regulada por normas de procedimentos ou práticas de uso. Geralmente, corresponde a um processo ou mais” (HEREDIA HERRERA, 2013, p. 275, tradução nossa).

Tarefa, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss (2004, p.708), “trabalho que deve realizar em determinado prazo”.

Para Chiavenato, “tarefa é toda e qualquer atividade executada por uma pessoa no seu trabalho dentro da organização. A tarefa constitui a menor unidade dentro da decisão do trabalho em uma organização” (CHIAVENATO, 1999, p.37).

Rodrigues (2012) apresenta um exemplo de quadro para registro de dados, visando a sistematização das informações coletadas sobre os elementos orgânicos e funcionais dos órgãos produtores:

Quadro 5 - Ficha de Estudo de Órgão Produtor

ESTUDO DE ÓRGÃO PRODUTOR					
Competência	Função	Atividade	Tarefa	Espécie Documental	Tipo Documental

Fonte: RODRIGUES, 2012, p.208

Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Após as análises tipológica e da crítica diplomática realizadas no capítulo 6, optou-se pela inserção de novo elemento “Espécie documental” no quadro 5 entre a Tarefa e o Tipo documental.

Para este estudo, seleção e registro das informações sobre os elementos orgânicos e funcionais dos órgãos produtores, as fontes de informação são:

Órgãos públicos: textos legais – leis, decretos, portarias – e normativos – manuais de procedimentos – pertinentes à estrutura e funcionamento durante sua existência. **Privados (empresariais):** regimentos, estatutos – **(familiares):** arvores genealógicas e documentos conservados em outros arquivos (cartoriais, judiciais) (RODRIGUES, 2016, slide 20, grifo da autora).

A grande maioria dessas fontes de informação, que são necessárias no processo de identificação, possuem categorias documentais que foram definidas pela Diplomática: os documentos dispositivos, testemunhais e informativos. São categorias de natureza jurídico-administrativa e utilizadas com frequência em documentos públicos e notariais, representando seus conteúdos.

Os **documentos dispositivos** podem ser: **normativos**, que são os documentos que emanam do “Poder Legislativo, Executivo ou de autoridades administrativas com poder de decisão. Exemplo: lei, decreto, instrução normativa, estatuto, ordem de serviço, regimento, decisão, regulamento, acórdão, resolução e despacho decisório”; os **documentos de ajuste**, que são aqueles que representam os pactos, ou seja, os acordos de vontade entre duas ou mais partes, por exemplo: tratado, ajuste, convênio, termo, contrato e pacto; os **documentos de correspondência**, que geralmente são derivados dos atos normativos no qual determinam sua “execução em âmbito mais restrito de jurisdição: alvará, intimação, circular, exposição de motivos, aviso, edital, portaria e memorando (BELLOTTO, 2002, p. 29, grifo nosso).

Quanto aos **documentos testemunhais**, são aqueles elaborados após o cumprimento de um “ato dispositivo ou derivam de sua não-observância ou são relativos a observações sujeitas a relatórios, a termos de visita etc”. Nesta categoria podem ocorrer os **documentos de assentamento**, que são aqueles “configurados por registros oficialmente escritos sobre fatos e ocorrências”, por exemplo: ata, termo, apostila, auto de infração etc; partindo dessa mesma categoria, há os **comprobatórios**, que são os que “derivam dos de assentamento, comprovando-os, tais como os atestados, certidões, traslados e cópias certificadas” (BELLOTTO, 2002, p.29, grifo nosso).

A última categoria de documentos, **os informativos**, ou seja, os opinativos/enunciativos, que, de acordo com Bellotto, podem esclarecer questões contidas em

outros documentos e também fundamentar resoluções, por exemplo, “pareceres, informações, relatórios, votos e despachos interlocutórios” (BELLOTTO, 2002, p.29, grifo nosso).

Para os documentos produzidos por organizações tanto públicas como privadas, Gagnon-Arguin²⁹ (1998, *apud* Bellotto, 2002, p. 30) categoriza vários documentos que, segundo Bellotto, possuem “contornos aceitavelmente internacionais, podendo ser facilmente adaptados às realidades de cada país ou mesmo de cada ambiente organizacional”, e podem assim ser representados:

1) **documentos constitutivos**, que são as cartas-patente, estatutos da constituição, certificados da constituição, declaração de matrícula, regulamentos gerais, contrato social, livro da companhia e seus registros; 2) **documentos de reunião**: aviso de convocação, ordem do dia/pauta, ata, resolução e documentos circunstanciais atinentes aos assuntos discutidos na reunião; 3) **documentos de direção**: plano de negócios, plano estratégico, políticas, diretiva, organograma e relatório anual; 4) **documentos de recursos humanos e relações de trabalho**: descrição do cargo, manual de serviço, perfil de exigências do cargo, oferta de emprego, avaliação de rendimento, contrato de trabalho individual, certificado de trabalho, atestado, convenção e livro de ingresso; 5) **documentos de comunicação**: carta/ofício, *press-release*/ comunicado à imprensa, memorando/nota, relatório, jornal interno, folhetos publicitários/filipetas, plano de comunicação, plano de marketing, estudo de mercado e livro de ouro; 6) **documentos contábeis e financeiros**: requisição de mercadoria, especificação da mercadoria/nota fiscal, conhecimento, fatura, cheque/letra de câmbio, extrato bancário, diário, balanço, balancete, plano contábil, orçamento, subvenção e declaração fiscal; 7) **documentos jurídicos**: notificação, certificado de invenção, certificado de direito de autor, certificado de marca de comércio, certificado de desenho industrial, contrato de empresa ou de serviços, contrato de seguro, contrato de aluguel, contrato de venda, contrato de empréstimo de dinheiro, hipoteca e outros contratos de seguridade, certificado de ação, procuração, certificado de acionista, certificado de autorização etc (GAGNON-ARGUIN³⁰, 1998 *apud* BELLOTTO, 2002, p. 30-31, grifo da autora).

Após identificar o órgão produtor, o elemento orgânico (estrutura administrativa) e o elemento funcional (competências, funções, atividades, tarefas), as informações obtidas deverão ser associadas às tipologias documentais.

A identificação do tipo documental é o segundo momento da pesquisa, processo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos internos e externos do documento, que se referem a sua estrutura física (gênero, suporte, formato e forma) e ao seu conteúdo (natureza da ação que lhe dá origem), para denominar o tipo e definir a série documental. A série constitui o objeto de estudo da Arquivística e sobre ela versa toda proposta de tratamento técnico (RODRIGUES, 2012, p.208).

²⁹ GAGNON-ARGUIN, Louise. *Typologie des documents des organisations : de la création à la conservation*. Quebec: Presses Universitaires de l' Université de Quebec, 1998.

³⁰ *Ibidem*

Neste segundo momento da pesquisa, a Tipologia Documental encontra o seu elo com a Diplomática como proposta teórica e metodológica para o processo da Identificação Arquivística.

4 A DIPLOMÁTICA E A TIPOLOGIA DOCUMENTAL

Considerada atualmente como parte do processo da Identificação Arquivística, a Diplomática e a Tipologia Documental, de acordo com alguns autores da área, começa a fazer parte do cotidiano da Arquivologia para solução dos problemas referentes ao tratamento de documentos, possibilitando “a implementação de um processo de normalização de parâmetros metodológicos para compreender e tratar documentos de arquivo, tema que ocupa hoje um considerável espaço de reflexão” (RODRIGUES, 2009, p.13).

Esta perspectiva de configuração da Diplomática com a Tipologia documental foi introduzida no Brasil pelos estudos e pelas publicações da Professora Heloisa Liberalli Bellotto sob forte influência espanhola.

Segundo Camargo, em prefácio do livro “Arquivo Estudos e Reflexões” de Heloisa Liberalli Bellotto, ressalta:

O ponto de inflexão sugerido por Heloisa Bellotto, e que, não por acaso, coincide com o que acredito ser seu maior legado teórico para a área, está no papel atribuído à Diplomática e à Tipologia documental, que se ocupam da funcionalidade dos documentos dentro dos seus respectivos contextos de produção, com importantes consequências para o “fortalecimento do princípio da proveniência” e das atividades de avaliação, arranjo, descrição e acesso (CAMARGO, 2014, p.17).

Este papel atribuído à Diplomática e a Tipologia Documental para a compreensão da funcionalidade dos documentos dentro dos seus respectivos contextos de produção reflete a importância das aplicações práticas destes estudos teóricos e metodológicos para a área. “A compreensão da crítica Diplomática/Tipológica, quando aplicada aos processos de avaliação, classificação e descrição, tem se mostrado, nos casos em que tem ocorrido, no Brasil e no exterior, altamente eficiente” (BELLOTTO, 2002, p.11).

4.1 As contribuições da Diplomática

As questões sobre o surgimento da Diplomática desde seus primórdios, no século XVII, têm sido amplamente estudada por teóricos da Diplomática e da Arquivologia, que apontam na chamada “guerra diplomática” o início desta área do conhecimento. O principal motivo dessa guerra foi a declaração de um jesuíta de nome Daniel Van Papenbroeck, que apontou como falso um diploma assinado pelo Rei Dagoberto I, documento preservado por monges beneditinos da Abadia de Saint Denis na França e, com isso, colocou em dúvida todos os documentos existentes nos arquivos da Ordem de São Bento. “Estabeleceu o jesuíta sua ‘crítica

documental’, na qual os documentos seriam menos dignos de fé quanto mais antigos fossem” (BELLOTTO, 2002, p.15, grifo da autora).

Para Duranti foram “controvérsias judiciais sobre reivindicações políticas e religiosas com base em documentos de origem duvidosa” (DURANTI³¹, 2009a *apud* RONDINELLI, 2013, p.105).

Durante a Idade Média, os mosteiros desempenhavam a tarefa de conservar os documentos relativos à posse de terras e de direitos. Os beneditinos, indignados com declaração de falsidade de seus documentos pelos jesuítas, responderam às críticas com a elaboração do tratado *De re diplomática libri Sex*. Esta obra estabeleceu regras fundamentais para análise e crítica dos documentos, com a finalidade inicial de distinguir os documentos falsos dos verdadeiros em questões ligadas a embates em torno de privilégios, bens e propriedades eclesiásticas.

Neste momento, surge a Diplomática Clássica, vinculada ao Direito patrimonial e notarial, elaborando fórmulas de estudo e análise dos elementos internos e externos contidos nos documentos escritos.

O objetivo de estudo de Jean de Mabillon era a verificação de autenticidade dos diplomas medievais (privilégios, escrituras, alvarás) que tinham caráter de documentos jurídicos. O método utilizado era analisar individualmente cada documento, comparando-o com outros documentos de lugares e épocas diferentes. Com isso, foram criadas as primeiras regras para análise Diplomática dos documentos.

Este trabalho foi o resultado de seis anos de pesquisa em muitos arquivos eclesiásticos franceses, alemães e italianos pelo beneditino Jean de Mabillon que “conseguiu, com essa obra, criar muitos procedimentos acerca da autenticidade, análise e compreensão dos atos escritos que, aperfeiçoados, foram sendo adotados através dos tempos” (BELLOTTO, 2002, p.16).

Este método, que inicialmente foi utilizado na área do Direito eclesiástico, ampliou-se para todos os Estados europeus em suas organizações jurídicas e administrativas.

Segundo Rondinelli (2013), foi no século XVIII, com a publicação da obra *Nouveau traité de diplomatie*, escrita por dois monges beneditinos René Tassin e Charles Toustan, considerados sucessores de Jean de Mabillon, que os estudos da Diplomática voltaram-se para outros tipos de documentos, não apenas aos de caráter jurídico.

Enquanto Mabillon comparou documentos de caráter jurídico provenientes de diferentes chancelarias dos reinos francos, Tassin e Toustan compararam

³¹ DURANTI, Luciana. *Encyclopedia of Library and Information Science*. Nova York : Marcel Dekker, p.1-9,2009a.

documentos de todos os tipos e oriundos de instituições localizadas em diferentes regiões geográficas, isto é, fora dos domínios territoriais franceses. Com isso, os dois últimos demonstram que a Diplomática também se aplicava a documentos não jurídicos, gerados em diferentes contextos culturais e, portanto, com características documentais específicas (DURANTI 1998³², 2009a³³, *apud* RONDINELLI, 2013, p.108).

No século XIX com a criação da *École des Chartes*, em Paris, a Diplomática, ao lado da Paleografia, começa a ampliar seus princípios e metodologias, e dá-se o início da “afirmação dos princípios diplomáticos que passaram a ser adotados pelos historiadores como instrumento de avaliação dos documentos medievais enquanto fontes históricas” (RONDINELLI, 2002, p.44).

A história, e particularmente a história da administração e do direito, assim como a paleografia e a arquivologia, como disciplinas científicas que usam fontes primárias, originaram-se da Diplomática, e, no seu processo de se tornar ciências autônomas, usaram princípios e metodologias da Diplomática e da Paleografia, adaptando-os a seus propósitos e incorporando-os a seus métodos. Como consequência, [...] a Diplomática [...] restringiu sua área de pesquisa aos limites cronológicos do período medieval, da mesma forma como a paleografia, pelo seu objeto de estudo, ficou confinada dentro dos mesmos limites (DURANTI³⁴, 1998 *apud* RONDINELLI, 2013, 110-111).

Entre os anos de 1960 e 1970, segundo Rodrigues (2016), alguns estudiosos formaram uma nova corrente diplomatista alargando o conceito de documento e ampliando o campo de estudo da Diplomática, que eram restritos aos documentos medievais.

Percebe-se que esta ampliação do conceito de documento e do campo de estudo da Diplomática foi um processo evolutivo para as duas áreas, visto que a Arquivologia e a Diplomática sempre tiveram um elo e caminharam lado a lado para a solução dos problemas referentes aos arquivos. Para Bellotto, “a Diplomática tem sido mal compreendida e subutilizada no meio arquivístico, seja o acadêmico, seja o profissional” (BELLOTTO, 2014, p.425).

A Diplomática serve para fazer compreender, de maneira clara e cabal, o decantado vínculo arquivístico, isto é, o elo que une o documento ao seu produtor e aos demais documentos do seu conjunto, e consegue explicar o quanto e o como o documento de arquivo é, ao mesmo tempo, a ação, a prova e o registro de cada uma das atividades e funções institucionais (BELLOTTO, 2014, p.426).

³² DURANTI, Luciana. *Diplomatics: new uses for na old Science*. Society of American Archivists: Maryland, 1998.186p.

³³ Cf. nota 31 deste capítulo.

³⁴ Cf. DURANTI, 1998, nota 32.

Bruno Delmas, no texto “Manifesto por uma Diplomática contemporânea: dos documentos institucionais à informação orgânica”, compara as fontes de arquivo da época medieval e as fontes contemporâneas e, conclui que, ao verificarmos as diversas aparências que os suportes documentais tiveram durante este percurso, a natureza peculiar do documento de arquivo não mudou em nada:

Tanto quanto os documentos tradicionais, os documentos eletrônicos, por exemplo, podem ser registros da ação de uma pessoa num determinado momento. Como objetos também podem sê-lo: desenhos e modelos criados pela atividade de uma empresa industrial ou artesanal; objetos publicitários das campanhas de promoção; maquetes de projetos de arquitetura e de urbanismo; resultados de experiências ou de prospecções; todos eles são instrumentos e produtos de uma ação, conservados a título de prova e testemunho (DELMAS, 2010, p. 130).

Para o autor, na definição clássica o documento de arquivo é aquele que, em “quaisquer que sejam sua data, sua forma e seu suporte, foi naturalmente criado e recebido por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, num dado momento, no decorrer e para o exercício de suas atividades habituais” (DELMAS, 2010, p. 130). Esta definição aplica-se em qualquer documento de arquivo, seja ele medieval ou contemporâneo, ou em qualquer forma, suporte, data ou tipo de escrita, ou seja, a multiplicação dos tipos de suporte documentais não modificou a natureza peculiar do documento de arquivo.

Rondinelli, por sua vez, define o século XX como o período de reinvenção da Diplomática pela Arquivologia:

O final do século XX marca uma nova etapa na história da Diplomática. Nesse período dá-se o fim do confinamento de sua aplicação ao mundo medieval e o início da utilização dos seus princípios e métodos no estudo dos documentos contemporâneos. Trata-se, na verdade, de uma reinvenção da Diplomática pela Arquivologia, com o objetivo de melhor compreender os processos de criação dos documentos da burocracia moderna (RONDINELLI, 2002, p.45).

Esta compreensão sobre os processos de criação dos documentos, segundo Rondinelli (2002), deu-se pelo interesse principalmente dos arquivistas europeus e norte-americanos, na adaptação dos princípios da Diplomática aos documentos eletrônicos. E que por ocasião da II Conferência Europeia de Arquivos, em 1989, promovida pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), uma das recomendações dos delegados da conferência foi “que o desenvolvimento de uma moderna Diplomática seja promovido através da pesquisa sobre a

tipologia de documentos e sobre procedimentos de criação de documentos das instituições contemporâneas” (MACNEIL³⁵, 2000, *apud* RONDINELLI, 2002, p.45).

Nas adaptações do objeto da Diplomática desde o século XVII vem sendo ampliada a abordagem de estudo documental para qualquer contexto de produção de documentos, quer se trate de documentos de caráter jurídico, notarial, administrativo, institucional, pessoal, científico, cultural, educativo etc. A área em que se analisavam as estruturas formais dos documentos jurídicos e notariais, atualmente, é “chamada de ‘diplomática contemporânea’ e/ou ‘diplomática arquivística’, cuja metodologia é bastante concentrada no estudo dos tipos documentais e de toda sua vinculação orgânica de gênese, atuação e uso” (BELLOTTO, 2014, p.426, grifo da autora).

A Diplomática contemporânea é indispensável para os arquivistas, na medida em que ela é a ciência do documento institucional, do documento funcional e da informação orgânica. Ela estuda não mais apenas, digamos, o “interior” do documento isolado, a estrutura formal do discurso, sua autenticidade e fidedignidade, mas, identificando agora a sua espécie e o seu tipo, sua inserção em seu conjunto orgânico, o faz de maneira completa, compreendendo sua legitimidade em seu contexto de produção, fazendo melhor entender-se o seu porquê e o seu para quê (BELLOTTO, 2014, p.426-427).

Pode-se dizer então que a perspectiva da Diplomática contemporânea é intelectual e contextual no estudo e na compreensão dos documentos contemporâneos, ou seja, ela possibilita a compreensão de qualquer documento produzido no curso das atividades de uma pessoa física ou jurídica.

Para Duranti (1994), é necessário ver os registros documentais como uma corporificação e a prova de uma ação. Para esta pesquisadora, na Diplomática é possível verificar “os laços entre os componentes intelectuais de um documento e os elementos de uma ação específica, enfatizar as relações entre os tipos de documentos, os tipos de ações e de etapas de procedimento, mostrar todos os tipos de interação entre pessoas e documentos” (DURANTI, 1994, p.61).

A Diplomática define *forma* como o conjunto das regras de representação utilizadas para enviar uma mensagem, isto é, como as características de um documento que podem ser separadas da determinação dos assuntos, pessoas ou lugares específicos aos quais se referem. A forma documental é tanto física quanto intelectual. A expressão *forma física* refere-se ao *layout* externa do documento, enquanto o termo *forma intelectual* refere-se à sua articulação interna. Sendo assim os elementos da primeira são definidos por diplomatas como externos ou *extrínsecos*, enquanto os elementos da segunda são

³⁵ MACNEIL, Heather. *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Dordrech: Kluwer Academic, 2000. 163p.

definidos como internos ou *intrínsecos* (DURANTI, 2015, p.197, grifo da autora).

Duranti (2015) demonstra que, pelos estudos sobre os elementos extrínsecos e intrínsecos da forma documental, é possível compreender os processos e as atividades administrativas, culturais, intelectuais, ideológicos, econômicos e técnicos que estão registrados nos documentos de arquivo. “Do ponto de vista conceitual, pode-se dizer que os elementos intrínsecos da forma são os que fazem um documento ser completo, e elementos extrínsecos são os que os fazem perfeitos, isto é, capazes de atingir seu objetivo” e com isso demonstra “sua relação com ações e funções administrativas” (DURANTI, 2015, p.197).

Bellotto afirma que, para que possamos retratar fielmente o documento de arquivo, é preciso demonstrar sua configuração real, ou seja, refletir o “funcionamento de uma entidade, a estrutura do documento, os seus elementos externos e internos e como eles se traduzem na prática, isto é, como eles ocorrem em casos concretos” (BELLOTTO, 2002, p.24).

Segundo Bellotto, os dados que demonstram a configuração real do documento de arquivo estão nos:

Os caracteres ou elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais têm a ver com a estrutura física e com a sua forma de apresentação. Relacionam-se com o gênero, isto é, a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos de que seus executores se serviram para registrar a mensagem.

Os caracteres ou elementos internos, intrínsecos, substantivos ou de substancia têm a ver com o conteúdo substantivo, seu assunto propriamente dito, assim com a natureza da sua proveniência e função (BELLOTTO, 2002, p. 25-25, grifo da autora).

Deste modo, analisaremos as contribuições teóricas-metodológicas dos elementos extrínsecos e intrínsecos dos documentos e a estrutura crítica da Diplomática desenvolvida por Luciana Duranti (2015).

Nesta análise são demonstrados os elementos típicos dos documentos medievais e contemporâneos. No resumo, abaixo representado, optamos por priorizar os elementos típicos dos documentos medievais que ainda aparecem nos documentos atuais, conforme indicação da autora, sendo que para elementos típicos de documentos contemporâneos nossa ênfase será completa.

As partes relevantes na análise dos elementos extrínsecos para a Diplomática são: suporte, o texto, a linguagem, os sinais especiais, os selos e as anotações.

- Para a análise do elemento suporte, é importante identificar os tipos de materiais que são necessários para comunicar a mensagem (ex.: papel, pergaminho,

papiro); descobrir como foi o preparo (ex.: tipo de papel, marca d'água), observar o tamanho ou formato e as técnicas utilizadas para receber a mensagem (ex.: margem, alinhamento);

- Na análise do elemento texto, devemos examinar os tipos de escrita, caligrafias, parágrafos, assuntos, tipos de pontuação, abreviaturas, iniciais, tintas, rasuras, correções etc. Atualmente com as novas tecnologias, o *software* de computador passa a ser considerado elemento extrínseco externo “porque determina o *layout* e a articulação do discurso, e pode oferecer informação sobre procedência, procedimentos, processos, usos, modos de transmissão e, por último, mas não menos importante, a autenticidade” (DURANTI, 2015, p.198, grifo da autora);
- O elemento da linguagem, para a análise Diplomática, parte do ponto de vista social, ou seja, estuda os diferentes grupos sociais no aspecto de como cada grupo utiliza suas formas de discurso e de vocabulários para a produção dos seus documentos, e quais são os estilos formais ou informais que adotam, pois, “não existe dúvida sobre a existência de um estilo curial, jornalístico, político, empresarial, científico e coloquial” (DURANTI, 2015, p.200);
- O elemento extrínseco sinais especiais, tem a “função de identificar as pessoas envolvidas na atividade de documentação. Os sinais especiais podem ser divididos em duas categorias: os sinais do escritor e dos signatários e os sinais da chancelaria ou do arquivo” (DURANTI, 2015, p.200);
- O elemento extrínseco selo, muito relevante aos diplomatas medievais, pode ser considerado em alguns documentos contemporâneos. Neste elemento são analisadas as categorias que podem conter neste material como sua forma, tamanho e imagem da impressão;
- O elemento extrínseco anotações, que segundo Duranti (2015) são relevantes nos documentos contemporâneos, são agrupados em três categorias:
 - 1) anotações incluídas num documento após sua compilação como parte da fase de execução de um procedimento administrativo;
 - 2) anotações incluídas num documento completo no decorrer da transação da qual o documento participa; e
 - 3) anotações acrescentadas a um documento pelo serviço de arquivo corrente e/ou permanente responsável por sua identificação como parte de um grupo de

documentos (arquivos, séries) e por sua manutenção e recuperação (DURANTI, 2015, p.201).

Para o estudo dos elementos intrínsecos da forma documental, ou seja, os elementos intelectivos dos documentos, Duranti (2015), explica que estes elementos não estão justapostos, “mas tendem a se agrupar, a ter alguma relação de subordinação entre eles, e por isso formar seções que incluem vários deles”. Para a autora, todos os documentos seguem uma “estrutura típica óbvia e uma subestrutura analítica ideal” (DURANTI, 2015, p.203).

As seções a que Duranti se refere no estudo dos elementos intrínsecos da forma documental são três: *protocolo*, *texto* e *escatocolo*. Estas seções são partes relevantes neste estudo e, cada uma apresenta subseções e objetivos específicos para cada uma, ou seja, “o modo de apresentação do conteúdo do documento, ou as partes que determinam o teor do todo” (DURANTI, 2015, p.203).

A primeira seção dos elementos intrínsecos é o *protocolo*. Esta seção aparece frequentemente no início do documento e contém o contexto administrativo da ação, ou seja, “indicação das pessoas envolvidas, hora e local, e assunto” e outros conteúdos iniciais (DURANTI, 2015, p.203). Os protocolos apresentam diversas características que variam dependendo da sua origem, que pode ser autoridades públicas, pessoas jurídicas privadas, comércio, dentre outros.

Na seção *protocolo*, as subseções que fazem parte da sua estrutura são:

A *titulação*, que atualmente corresponde ao cabeçalho, onde são incluídos o nome, o título, as credenciais e endereço da pessoa física ou jurídica que produziu o documento, ou de um autor, quando este é também um agente. Nos documentos contemporâneos pode constar no cabeçalho a data indicando o local, a data da compilação do documento ou a ação a qual o documento se refere.

A *Invocação*, outra subseção do *protocolo*, é a parte referenciada nos documentos medievais como menção à Deus, e atualmente, nos documentos contemporâneos, aparece nas ações reivindicatórias, que podem ser realizadas, por exemplo, em nome de autoridades ou por legislações.

A subseção *sobrescrito* era o local em constava o nome do autor do documento e /ou ação. Atualmente, o *sobrescrito* pode tomar a forma de uma *titulação*, em documentos como contratos, declarações, testamentos.

A subseção *inscrição*, ocorre, geralmente, em documentos de forma epistolar (carta, correspondência). A *inscrição* é o nome do destinatário, que pode ser nominal (uma ou mais pessoas específicas) ou geral (entidade maior ou indeterminada, como cidadãos, povo,

estudantes etc). Nesta subseção podem conter também a *saudação* e o *assunto* (DURANTI, 2015, p.204-205, grifo da autora).

A segunda seção do elemento intrínseco, o *texto*, constitui-se como “parte central do documento, é onde se encontra a manifestação da vontade do autor, a evidência da ação, ou a sua memória”, é considerada a seção mais importante a ser analisada “porque representa a substância, a razão de sua existência”. No início do texto está o *preâmbulo*, que é a subseção em que consta o motivo ideal da ação, ou seja, esta parte “consiste em considerações gerais, que não estão diretamente ligadas ao assunto do documento, mas expressam as ideias que inspiraram o autor”; trata-se de uma formalidade introdutória inserida no texto e não é a parte essencial do texto. Em documentos fundamentados em legislações podem “ocorrer citações de leis, regulamentos, decretos, ou opiniões nas quais a ação se apoia”. No *preâmbulo* de um documento, é possível reconhecer “a marca de uma época, as características típicas de certas categorias de ações ou de certas chancelarias, e também a marca da personalidade do autor”, mas isso só ocorre quando o *preâmbulo* não é uma reprodução, ou seja, uma cópia de outros documentos (DURANTI, 2015, p.205, grifo da autora).

A *notificação* é uma subseção que vem após o *preâmbulo* e aparece em documentos oficiais dispositivos. “O seu objetivo é expressar que a ação consignada ao documento é comunicada a todos que têm interesse nela e, também, que todas as pessoas envolvidas devem ser alertadas sobre o conteúdo dispositivo do documento” (DURANTI, 2015, p.206).

Já a subseção *exposição* é considerada a substância do texto, ou seja, na *exposição* são narradas as circunstâncias que deram origem à ação e/ou ao documento. Nela podem estar incluídas informações de situações referentes aos procedimentos e tomadas de decisões de órgãos públicos ou privados, petições, fatos ocorridos em circunstâncias e razões que determinaram decisões, e também, podem constar os nomes das pessoas que participaram das ações. Em instituições públicas ou privadas, especialmente em documentos de natureza contratual e legal, há casos de elaboração de fórmulas para os documentos em situações análogas.

A *disposição* constitui-se como o núcleo do texto, nela são expressas a vontade ou o julgamento do autor. “Aqui, o fato ou ação é enunciado expressamente, geralmente por meio de um verbo capaz de comunicar a natureza da ação e a função do documento, tal como “autorizar”, “promulgar”, “decretar”, “certificar”, “concordar”, “solicitar”, etc”. Podem ser construídas fórmulas, “mas geralmente a disposição varia de um documento para outro porque não há ações idênticas” (DURANTI, 2015, p.206).

Geralmente, o texto termina na *disposição*, ou seja, assim que a substância da ação é expressa; no entanto, para alguns textos são elaboradas fórmulas, as chamadas *cláusulas finais*, que têm a finalidade de assegurar: os direitos para a execução da ação, para que se evite a violação e também garanta a validade do documento; para a preservação dos direitos de terceiros; na atestação para executar as formalidades exigidas; e, por fim, apontar os processos necessários para atribuir ao documento valor probatório.

Na terceira seção do elemento intrínseco, o *escatocolo*, conteúdo de maior frequência em documentos solenes, oficiais e jurídicos. Suas partes são respectivamente: a *cláusula de corroboração* (informam os meios utilizados para validar o documento e garantir sua autenticidade), seguida do *local* e a *data*. Para documentos não-oficiais e documentos privados, o *escatocolo* inicia com uma frase de apreciação de saudação, a *cláusula cortês* (cordialmente, atentamente). Em seguida a *atestação*, que é a essência e o núcleo do *escatocolo*, a “subscrição daqueles que participaram da produção do documento (autor, escritor, contra-assinatura) e das testemunhas à ordem ou à subscrição”. As *atestações*, que são as assinaturas, normalmente são acompanhadas por um qualificador da assinatura, ou seja, a citação do título ou de créditos do assinante. E a última subseção deste elemento intrínseco são as *notas*, que podem ser a menção de anexos, indicação de cópias, dentre outras.

Ao apresentar a Estrutura da Crítica Diplomática, Duranti (2015) ressalta que os elementos extrínsecos e intrínsecos da forma documental, acima descritos, foram identificados pelos diplomatas por meio de um exame criterioso acerca de um “grande número de documentos produzidos em tempos e em jurisdições diferentes por vários tipos de criadores de documentos para fins diversos”, e que os objetivos deste trabalho foram:

- 1) Colocar em relação direta os componentes simples da forma documental com os componentes específicos da transação administrativa, e as várias combinações daqueles componentes com determinados tipos de transação;
- 2) Verificar a função dos documentos através de suas formas, aprender sobre as funções na medida em que eram realizadas por cada produtor de documentos, e assim adquirir o conhecimento necessário para verificar a autenticidade dos documentos, que pareciam ter sido criados por uma determinada pessoa jurídica enquanto desempenhava uma função específica.

A partir dessas ideias, podemos identificar a estrutura de análise Diplomática conforme o Quadro 6 abaixo:

Quadro 6 - Estrutura da Análise Crítica da Diplomática

ESTRUTURA DA ANÁLISE CRÍTICA DA DIPLOMÁTICA	
Elementos extrínsecos	Suporte Texto Linguagem Sinais especiais Selos Anotações
Elementos intrínsecos	Protocolo Subseções Texto Subseções Escatocolo Subseções
Pessoas	Autor da ação Autor do documento Destinatário da ação Destinatário do documento Escritor Contra-assinatura Testemunha
Qualificação da assinatura	Títulos e créditos das pessoas envolvidas
Tipo de ação	Simple, contratual, coletiva, múltipla, contínua, complexa, ou de procedimento
Nome da ação	Ex.: venda, autorização, solicitação
Relação entre documento e procedimento	Especificação da fase do procedimento geral ao qual os documentos se relacionam e, se o documento resultar de uma “norma de procedimento”, a fase do procedimento específico
Tipo de documento	Nome (Ex.: letra, recuo de margem) Natureza (público ou privado) Função (dispositivo, probatório) Status (original, rascunho ou cópia)
Descrição Diplomática	Contexto (ano, mês, dia, local) Ação (pessoas, ato) Documento (nome da forma, natureza, função, status, suporte, quantidade)
Comentários conclusivos	Qualquer comentário que se refira ao documento como um todo em vez de a um elemento específico da forma documental ou componente da análise Diplomática.

Fonte: DURANTI, 2015, p.209-210

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Para Duranti (2015), a estrutura acima reflete a progressão sistemática dos elementos dos documentos, que começa no elemento específico para o genérico, tendo como ponto de partida a forma do documento, que se direciona “à ação iniciada ou à qual o documento se

refere”. A autora conclui afirmando que nesta análise é possível compreender o contexto jurídico, administrativo e processual em que os documentos foram criados, e que é a única direção a tomar quando o contexto do documento é desconhecido (DURANTI, 2015, p.209).

[...] aplicando a metodologia Diplomática aos documentos modernos e contemporâneos nós nos encontraremos frente a relações multilaterais, na qual cada documento nos guia não apenas a uma pequena porção sobre o que é o fato, mas possivelmente, a uma corrente de outros documentos e/ou fatos. O vínculo que liga o documento ao ato que o produz é ainda único, mas não é a única relação que um documento tem (RODRIGUES, 2008, p.136-137).

Neste processo de acessar os conteúdos intrínsecos e extrínsecos do documento de arquivo é possível retornar à sua gênese, isto é, compreender sua real finalidade e, portanto, reconhecer que este documento tem relações com outros documentos no desenvolvimento das tarefas, atividades, funções e competências de uma pessoa física ou jurídica.

4.2 O estudo da Tipologia documental

De acordo com a precursora da Tipologia Documental no Brasil, Heloisa Liberalli Bellotto, “Tipologia Documental é a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora” (BELLOTTO, 2002, p.19).

No eixo teórico-metodológico desta questão temos a Diplomática e a Arquivologia como os pontos de partida para a análise Tipológica.

Segundo Bellotto, para iniciar a análise Tipológica podemos determinar um ponto de partida, seja a partir da Diplomática ou pela Arquivologia “o resultado será o mesmo. Chegar-se-á ao ponto de encontro desejado o documento (suporte, meio, contextualização) e sua função (aquilo que se pretende ao emitir-se o documento)” (BELLOTTO, 2002, p.93, grifo da autora).

Quando o ponto de partida é o eixo da Diplomática, o componente inicial é o próprio documento, por isso, terá as seguintes fases: “da anatomia do texto ao discurso; do discurso à espécie; da espécie ao tipo; do tipo à atividade; da atividade ao produtor”. A partir do eixo da Arquivologia, o componente inicial é a entidade produtora e terá as seguintes fases: “da sua competência à sua estrutura; da sua estrutura ao seu funcionamento; do seu funcionamento à atividade refletida no documento; da atividade ao tipo; do tipo à espécie; da espécie ao documento” (BELLOTTO, 2002, p.93).

Na aplicação das análises Diplomática e Tipológica é necessário o exame das relações existentes entre as duas análises, identificar características importantes ao estudo e também o que elas determinam ou contribuem para o aprofundamento do conhecimento.

No exame das relações existentes entre as duas análises temos que reconhecer, respectivamente, que na análise Diplomática é possível verificar e estabelecer o aspecto da estrutura e a finalidade do ato, seja ele de caráter jurídico, administrativo, científico, pessoal etc; e na análise Tipológica as relações dos documentos com as funções/atividades institucionais ou pessoais, são conforme o quadro abaixo.

Quadro 7 - Relações das análises Diplomáticas e Tipológica

Análise Diplomática (Aspecto da estrutura e a finalidade do ato)	Análise Tipológica (As relações dos documentos com as funções/atividades institucionais ou pessoais)
1) a sua autenticidade relativamente à espécie, ao conteúdo e a finalidade;	1) a sua origem/proveniência;
2) a datação (data tópica e cronológica);	2) a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora;
3) a sua origem/proveniência;	3) a associação entre a espécie em causa e o tipo documental;
4) a transmissão/tradição documental;	4) o conteúdo;
5) a fixação do texto.	5) a datação.

Fonte: BELLOTTO, 2002, p.21

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Como vimos anteriormente na estrutura de análise Diplomática da Professora Luciana Duranti, ao identificar os elementos extrínsecos e intrínsecos da forma documental, é possível compreender os contextos jurídico, administrativo e processual em que o documento foi criado, que são aspectos referentes à estrutura e finalidade do ato.

A partir deste ponto, passamos para o estudo das relações do documento com as funções/atividades institucionais ou pessoais que é realizado na análise Tipológica documental. “É nesta fase que se procede, portanto, a investigação e a materialização por escrito das competências e funções de cada organismo” (LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p.21, tradução nossa).

Entendemos como tipo documental uma unidade produzida por uma organização no desenvolvimento de uma competência concreta, regulada por uma norma de procedimento e cujo formato, conteúdo informativo são homogêneos. É nesta fase que se procede, portanto, a investigação e a materialização por escrito das competências e funções de cada organismo, que

são conhecidas no estudo da legislação realizado em processo anterior. O tipo documental é tão importante que em alguns casos se confunde com o conceito de série, na realidade é só um elemento da mesma (LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p.21, tradução nossa).

Talvez seja possível entender um pouco melhor as definições dos termos espécie, tipo documental, série documental para que, posteriormente, possamos compreender a construção metodológica da Tipologia Documental desenvolvida pela Professora Heloisa L. Bellotto, na qual são analisados os métodos aplicados pelo Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais de Madri, na Espanha e dos estudos e da professora canadense Louise Gagnon-Arguin, da Universidade de Montreal.

Iniciaremos as definições sobre espécie, tipo e serie documental sob o ponto de vista das Professoras Ana Maria Camargo e Heloisa Liberalli Bellotto, autoras do Dicionário de Terminologia Arquivística (2010): *Espécie documental* “é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contida”; *tipo documental* é a configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” e *série* é definida “como sequência de unidades de um mesmo tipo documental” (CAMARGO; BELLOTTO, 2010, p.46; 76; 80, grifo nosso).

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2004, p. 77;142;153), *espécie documental* é a divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por suas características comuns de estruturação da informação. São exemplos de espécies documentais: ata, carta, decreto, disco, filme, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório. *Tipo documental* é a divisão de espécie documental que reúne documentos, por suas características, comuns no que diz respeito à fórmula Diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro, tais como cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras. *Série* é uma subdivisão do quadro de arranjo, que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.

As definições acima citadas representam a nossa principal referência sobre essas terminologias no Brasil.

Ao iniciar seus estudos para a compreensão das peculiaridades das análises Diplomáticas e Tipológica enquanto metodologia, Bellotto (2002) analisa e levanta indagações a respeito da construção de modelos de trabalho, exemplificando com as contribuições do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais de Madri e da professora canadense Louise Gagnon-Arguin.

Nestas discussões sobre espécie e tipo documental, Bellotto diz que a professora canadense “chama de tipo o que chamaríamos espécie” (2002, p.99-100), isso porque os elementos do modelo preconizado por ela enquadram as espécies documentais de uma forma genérica e dentro de funções próprias das organizações nas suas atividades-meio e atividades-fim. Já o modelo do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais de Madri “trabalha com a espécie carregada da exata função a que se destina” (BELLOTTO, 2002, p.99).

O modelo preconizado por Louise Gagnon-Arquin aproxima-se do modelo da análise Tipológica, tal como desenham os espanhóis, pois os seus elementos de abordagem estão muito ligados aos contextos de produção e nas finalidades do documento. Entretanto, é preciso atentar para o fato de que aquela autora, assim como ocorre em muitas instancias Arquivísticas internacionais, não distingue a espécie do tipo, configurando-se como tipo o que denominaríamos espécie ou que denominaríamos tipo, indeterminadamente (BELLOTTO, 2002, p.99).

Nesta perspectiva, podemos concluir que para a análise Tipológica não faz diferença em utilizarmos espécie ou tipo documental para experiências similares. O mais interessante nestes estudos, foi que, na aplicação destes dois modelos acima citados, a Professora Bellotto utiliza apenas um único exemplo para demonstração dos dois modelos, qual seja: “Processos de estrutura curricular”.

Seguem abaixo os dois modelos de análise Tipológica estudados por Bellotto (2002), nos quais a autora conceitua cada elemento:

Quadro 8 - Modelo do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais de Madri

MODELO DO GRUPO DE TRABALHO DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DE MADRI
1) Tipo [Espécie documental + atividade concernente] 1.1) Denominação a ser buscada na legislação, em tratados de direito administrativo, manuais de rotinas burocráticas, glossários, dicionários terminológicos ou a partir do próprio documento. 1.2) Caracteres externos (gênero, suporte, formato, forma).
2) Código da série que corresponde ao tipo no plano de classificação. Posição da série dentro do fundo ou do conjunto maior.
3) Entidade produtora acumuladora [atribuições]. Suas subdivisões correspondem, em geral, às funções, se for o caso.
4) [Atividade(s) que gera(m) o tipo documental em foco].
5) Destinatário, se for o caso.
6) Legislação que cria a entidade e a função/atividade que originará a série.
7) Tramitação. Sequência das diligências e ações (trâmites), prescritas para o andamento de documentos de natureza administrativa até seu julgamento ou solução. É o procedimento que gera e em que atua a tipologia.
8) Documentos básicos que compõem o processo, se for o caso.
9) Ordenação. Posição dos documentos dentro da série.
10) Conteúdo. Dados repetitivos na tipologia analisada.
11) Vigência. “Qualidade que apresenta um documento enquanto permanecem efetivos e válidos os encargos e disposições nele contidos”. [Tempo de arquivamento no arquivo setorial.]
12) [Prazos.] [Tempo de permanência no arquivo setorial.] Eliminação [ou preservação em arquivo permanente]. A fixação dos prazos não cabe quando se analisa documentos já de guarda permanente.

Fonte: BELLOTTO, 2002, p.96-97, grifo da autora.

Quadro 9 - Grade de análise da Professora Louise Gagnon-Arguin

GRADE DE ANÁLISE DA PROFESSORA LOUISE GAGNON-ARGUIN
1) denominação do tipo documental e sua categoria;
2) contexto de criação para estabelecer as circunstâncias que conduzem à criação do documento;
3) definição , a ser buscada na legislação, nos dicionários especializados ou na própria realidade;
4) conteúdo ou a sequência dos dados que ocorrem sistematicamente nos documentos do mesmo tipo;
5) condições de validade do sentido do que, obrigatoriamente, do ponto de vista jurídico-administrativo, determinados tipos de documento devem conter;
6) funções a que se referem as razões mesmas de sua criação, não do ponto de vista pontual, e sim do administrativo organizacional;
7) conservação , referindo-se aos porquês dos prazos sucessivos, nos arquivos correntes e no intermediário, e as razões de sua permanência, se for o caso;
8) autoria responsável , no sentido da atribuição da função ou cargo de quem o detém e é o “autor” do documento;
9) documentos conexos com o tipo estudado e que, juntamente a este, formam uma cadeia necessária e indispensável de informação. Podem ser anteriores, paralelos ou posteriores;
10) informações complementares sobre outros tipos com as mesmas funções ou sobre outras denominações com que aquele tipo é conhecido;
11) leis que normalizem a existência e/ou conservação daquele tipo de documento, lembrando, quando for o caso, que há modificações legais relativas ao documento no decurso do tempo, as quais serão assinaladas.

Fonte: BELLOTTO, 2002, p.100-101, grifo da autora.

Na conclusão da análise desses dois modelos, Bellotto (2002), assegura que os dois formatos são semelhantes e complementares, e estimula a elaboração de um terceiro modelo adequado a cada área específica e por isso, afirma que “o ideal é que as próprias áreas dos contextos de produção, ação, organização, guarda e utilização dos documentos produzam os seus manuais de tipologia” (BELLOTTO, 2002, p.99).

Rodrigues (2012), ao discorrer sobre a Identificação como metodologia de pesquisa para a Arquivologia, apresenta dois formatos para identificação de tipos documentais. O primeiro formato é utilizado na fase da produção, em programas de gestão de documentos e avaliação; já o segundo formato é utilizado na fase de acumulação, para fins de organização e descrição:

Quadro 10 - Ficha de Identificação de Tipologia Documental 1

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL			
Órgão produtor e subordinação			
Atividade			
Tipo documental			
Objetivo da produção			
Conteúdo (dados que se repetem)			
Fundamento legal		Documentos anexos	
Tramitação			
Vias/cópias	Destino (Órgão ou pessoa)	Objetivo	Quem assina
Prazo de arquivamento sugerido:		Destinação: () eliminar () preservar	
Entrevistado	Entrevistador	Data	

Fonte: RODRIGUES, 2012, p.208.

Quadro 11 - Ficha de Identificação de Tipologia Documental 2

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL	
Data-limite	Classificação.
Entrada descritiva (tipo documental e descrição do conteúdo)	
Notação	Quantidade
1870 – 1888 CM Fazenda Arrecadação Requerimentos para concessão de licença de negócios e profissões Nome, assunto, local, data, assinatura do requerente P 01/Cx 10 20 docs	

Fonte: RODRIGUES, 2012, p.209.

4.3 A delimitação da série documental

De acordo com Rodrigues (2008, p.73), “a série constitui o objeto de estudo da Arquivística e sobre ela versa toda proposta de tratamento técnico”. Segundo a autora, quando a série é definida corretamente, é possível realizar com segurança o tratamento técnico dos conjuntos em qualquer fase do seu ciclo de vida, fazer estudos comparativos e elaborar instrumentos para normalização dos procedimentos em sistemas de arquivo.

Luis Fernando Sierra Escobar, no texto *Como identificar y denominar una serie documental: Propuesta metodológica*, (2004) aponta a dificuldade em identificar e denominar as séries e subséries documentais tanto em fundos abertos quanto em documentos acumulados. Neste texto o autor analisa conceitos e propõe metodologias para identificação das séries documentais.

Após uma breve revisão de literatura com autores de língua espanhola sobre tipo e série documental, Sierra Escobar (2004, p.52-53) afirma que o tipo documental é tão importante no processo de identificação, que em alguns casos leva a confundir-se com o conceito de série, embora, na realidade, seja um elemento da mesma [...] e que as séries são formadas por tipos que podem ser singulares quando se trata de um único documento, ou compostos quando estão integrados por vários documentos, e que não devem ser separados porque correspondem a um trâmite administrativo que deve ser respeitado, ou seja, a ordem natural dos documentos.

Neste estudo, Sierra Escobar (2004) propõe a aplicação de uma ficha de identificação de séries documentais com os seguintes dados:

Quadro 12 - Ficha de identificação das séries documentais

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS SÉRIES DOCUMENTAIS
Denominação da série:
Departamento Produtor:
Regulamentos que afetam a série:
Documentos que integram a série:
Série que contenham informações complementares:
Séries que duplicam a informação:
Série facilitadora ou substantiva:
Datas-limite da série:

Fonte: SIERRA ESCOBAR, 2004, p.56, tradução nossa.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Ao analisar formação da série documental, apresenta o conceito de função dividindo-a em três níveis, La Torre Merino; Martin-Polomino y Benito, enfatiza:

Ao falar do conceito de função devemos diferenciá-la em três níveis: de um lado as grandes funções da administração, que produzem a estruturação da mesma em grandes organismos; por outro lado, cada um destes organismos tem encomendadas uma série de funções, que são sua verdadeira razão de ser e as que permanecem realmente no tempo; e finalmente temos um terceiro nível, que corresponderá cada um dos sujeitos produtores de uma organização da administração. Este último será a função que participa concretamente da formação da série documental (LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p.20, tradução nossa).

Para esses autores, a série documental é um conjunto de documentos produzidos por um mesmo sujeito produtor no desenvolvimento de uma mesma função, e indica a formula: Série = sujeito produtor + função + tipo documental. Ressalta que esses três elementos podem mudar e, por isso, a série também muda: “as séries documentais podem ser infinitas, dependendo das atividades e funções desenvolvidas pelos organismos (LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p.22, tradução nossa).

Por sua vez, Bellotto:

A espécie documental, enquanto integrante de um conjunto arquivístico, pode nortear a identificação da função/atividade específica, fazendo com que nos encaminhemos para a tipologia documental (**em geral coincidente com a série**), sendo que esta:

- Caracteriza coletividades;
- Tem denominação de caráter abrangente (**podendo aglutinar espécies diferentes**);
- Vale pelo conjunto de funções (no uso primário) ou permite um informativo (secundário) no total ou em partes;
- Define-se por sua procedência, em um conjunto em que cabem outras procedências;
- Interessa à pesquisa;
- Vigora para os arquivos correntes, intermediários e permanentes.

É neste sentido que nos interessa a tipologia documental como definidora das séries. A série não é a função/atividade, nem é só a espécie: é, justamente, sua interação (BELLOTTO, 2014, p.361, grifo nosso).

Para concluir, apresentamos o modelo de ficha de identificação da série apresentada por La Torre Merino; Martin-Polomino y Benito (2000):

Quadro 13 - Ficha da Série Documental

MODELO: FICHA DA SÉRIE DOCUMENTAL
Tipo documental:
Organismo produtor:
Função:
Datas-limite:
Legislação que afeta o tramite da série:
Documentos que compõem o dossiê:
Ordenação da série:
Antecedentes da série:
Continuação da série:
Assinaturas do arquivo:

Fonte: LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p.22, tradução nossa.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Deste modo, todas essas discussões, iniciadas nos anos de 1980, sobre a Identificação Arquivística fundamentada na Diplomática e na Tipologia Documental, os estudos teórico-conceituais, a elaboração de metodologias de tratamento e propostas de normalizações dos processos, abrem espaços à aplicabilidade destes métodos no tratamento técnico dos acervos arquivísticos.

Podemos perceber nesta revisão de literatura que temos materiais teórico-conceituais e metodológicos que nos permitem discernir quais aqueles que melhor se adequam em cada processo de tratamento documental. Assim sendo, devemos planejar e adaptar estes instrumentos de acordo com a realidade do acervo documental, sem perder a diretriz básica dos nossos princípios da proveniência e da ordem original do arquivo.

5 SISTEMATIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DO ÓRGÃO PRODUTOR E DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PESQUISADOR DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/ESS/UFRJ

5.1 A Identificação Arquivística órgão produtor: Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ

Se o instrumento analítico da Identificação Arquivística permite conhecermos a estrutura da instituição produtora de documentos, as variações que ela sofreu no decorrer do tempo, seus métodos de funcionamento, suas funções/atividades, seus procedimentos de trabalho; podemos, com isso, estabelecer o princípio da proveniência, ou seja, a sua “relação dupla: dos documentos de arquivo com seu produtor e dos documentos com as funções/atividades atribuídas ao produtor” (HEREDIA HERRERA, 2013, p.63-66, tradução nossa).

Diante de tais afirmativas atribuídas à Identificação Arquivística, iniciamos a nossa proposta de sistematização desta metodologia.

O primeiro passo para a aplicação da metodologia da Identificação Arquivística (ou seja, o estudo do órgão produtor, o que significa compreender a natureza da instituição) é analisar a sua estrutura administrativa, pois as características de uma organização e seu processo decisório definem os arranjos institucionais das suas competências, funções, atividades e procedimentos.

Duchein (1986), ao refletir sobre a dificuldade em adotar uma posição intelectual de definição de Fundo numa hierarquia dos organismos produtores, diz: “todo grande corpo administrativo ou judiciário está dividido em grandes setores de atividades que, por sua vez, se subdividem em setores secundários, cada qual com suas competências às quais correspondem conjuntos documentais mais ou menos individualizados” (DUCHEIN, 1986, p.18).

Numa visão *maximalista*³⁶, de “fundos em relação à hierarquia dos organismos produtores” (DUCHEIN, 1986, p.18), a instituição universitária a qual pertence o Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECEM), objeto desta pesquisa, é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mais antiga Universidade brasileira, que foi criada em 1920, e ao longo dos seus 97 anos, aproxima-se do seu centenário com uma estrutura organizacional de 3 campus, 1 polo universitário, 7 centros universitários, 52 unidades

³⁶ Termo empregado por Duchein “consiste em definir o fundo por seu nível mais alto, considerando que a verdadeira unicidade funcional (à qual está estreitamente ligada, não esqueçamos, a de fundo de arquivos) situa-se na cúpula. Admitiremos, pois, neste caso, que o conjunto de arquivos provenientes de todos os serviços e estabelecimentos dependentes de um mesmo ministério forma um fundo único” (1986, p.19).

universitárias (Faculdades, Escolas e Institutos), 9 unidades hospitalares, 7 museus, dentre outras unidades espalhadas na cidade do Rio de Janeiro, Macaé e Duque de Caxias.

O arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM, no âmbito da estrutura organizacional da UFRJ, foi produzido em decorrência das funções e atividades de pesquisa desenvolvidas na Escola de Serviço Social, que, administrativamente, é considerada uma unidade universitária, vinculada hierarquicamente ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). Partindo novamente do pensamento de Duchein (1986, p.19, grifo do autor), que define o fundo em relação à hierarquia dos organismos produtores, a Escola de Serviço Social, seria qualificada como *minimalista*, ou seja, “caracteriza-se por reduzir ao nível da menor partícula funcional possível considerando que o verdadeiro *conjunto* orgânico de arquivos deriva do trabalho dessa pequena partícula”.

Para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, voltada para a transmissão e produção do conhecimento que conforma um padrão típico para estruturação das suas atividades (BRASIL, 1996, art. 52).

Nestes termos, podemos considerar a UFRJ uma instituição que conforma um padrão típico e particular na estruturação das suas atividades. Portanto, para compreendermos estas peculiaridades, faz-se necessária a compreensão desta estrutura “por seu nível mais alto”, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e, também, pelo seu “nível da menor partícula”, a Escola de Serviço Social, para que possamos aplicar os métodos da Identificação Arquivística de uma maneira íntegra.

Segundo Chiavenato Teoria Clássica da Administração:

[...]concebe a organização em termos de estrutura, forma e disposição das partes que a constituem, além do inter-relacionamento entre essas partes, sendo, portanto, estática e limitada. A estrutura organizacional caracteriza-se pela cadeia de comando, ou seja, pela linha de autoridade que interliga as posições da organização e especifica quem se subordina a quem (CHIAVENATO, 1999, p.60).

Entender uma organização universitária, “em termos de estrutura, forma e disposição das partes que a constituem, além do inter-relacionamento entre essas partes”, não é tarefa fácil e exige que façamos uma análise sobre a natureza e características da instituição como um todo, antes de entrarmos na metodologia da Identificação Arquivística de compreensão da produção documental de um núcleo de pesquisa.

Sendo assim, antes de iniciarmos o estudo do órgão produtor, apresentaremos as origens das estruturas administrativas das universidades brasileiras para que possamos entender seu desdobramento até a sua realidade atual.

Em seguida, apresentaremos a primeira fase da Identificação Arquivística com o estudo do elemento orgânico (estrutura administrativa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Escola de Serviço Social (ESS). Esta etapa tem como finalidade compreender o papel de cada um destes organismos no contexto da produção dos documentos do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ. Paulatinamente serão analisados os níveis hierárquicos das estruturas administrativas e de subordinação dos órgãos vigentes, frente aos processos decisórios e, também, a influência de cada órgão na constituição das funções/atividades no escopo da Pós-Graduação e Pesquisa na UFRJ.

Este recorte de área de investigação da Pós-graduação e Pesquisa no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especificamente da Escola de Serviço Social, delimita o ambiente hierárquico da produção do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ e também do exercício da função de *Pesquisador* como o *agente produtor*³⁷ (pessoa) deste acervo.

5.1.1 Estruturas administrativas das universidades brasileiras

Segundo Leitão, a universidade é considerada uma organização complexa, porque possui “personalidade jurídica própria e responsabilidade pública, e nesse sentido tem características comuns com outras burocracias” (LEITÃO, 1985, p.10). Para esse autor, a universidade possui um âmbito específico de competências, cargos hierarquizados em que as condutas são reguladas por regras e normas. Por isso, em alguns setores a atuação da autoridade é burocrática, possui funções contínuas ligadas por regras que comandam o trabalho da instituição e os atos administrativos são formulados por escrito.

Mas essas características não são as únicas e muito menos suficientes para explicar as peculiaridades da universidade.

Leitão (1985), ao estudar a questão organizacional na universidade, recorre à teoria das organizações para entender suas particularidades e apresenta discussões em torno dos

³⁷ Conforme mencionado no capítulo 3 deste trabalho: *Produtor* é um agente (organização, família ou pessoa) que em razão de suas competências e funções/atividades atribuídas e, como tal, é o responsável, está autorizado e obrigado a gerar provas dessas funções/atividades. *Produção* é a função realizada pelo *agente produtor* cujo resultado são os documentos de arquivo, em papel ou eletrônico (HEREDIA HERRERA, 2013, p.63-66, grifo e tradução nossa).

problemas da autonomia e do poder na universidade. Esses dois problemas são sintetizados e explicados em quatro aspectos importantes:

O difícil relacionamento universidade-governo, em parte pelo desconhecimento das especificidades da universidade como instituição; à centralização do processo decisório; aos conflitos entre o poder burocrático e o de professores e também à baixa eficiência de ação administrativa (LEITÃO, 1985, p.4).

O primeiro problema apontado pelo autor, o de “relacionamento universidade-governo”, é mais peculiar sobretudo nas universidades públicas, especialmente nas de regime autárquico,³⁸ que são as que mais sofrem interferência externa como, por exemplo, a nomeação de reitores e diretores de unidades pelo governo, na gestão da universidade e nas atividades-meio por meio de decretos e portarias. Este problema gera conflitos nas funções administrativas pelo fato do desconhecimento das especificidades da universidade como instituição.

No segundo problema, o da “centralização do processo decisório”, mesmo com a reforma universitária através da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (que permitiu a descentralização administrativa e a adoção da estrutura organizacional em diferentes níveis de decisão administrativa), “os estatutos e regimentos delimitam competência e responsabilidade”. Neste caso a descentralização não é exercitada, “existindo uma queixa geral de excessiva concentração de processo administrativo na Reitoria” (LEITÃO, 1985, p. 5).

A crítica ao excesso de centralismo decisório e suas consequências é um dos pontos mais abordados pelos analistas da questão universitária, embora, contraditoriamente, a responsabilidade de decisão seja mais amplamente difusa nas universidades do que em outras formas de empresas. *Talvez a característica mais peculiar da moderna organização universitária seja o número de órgãos colegiado em funcionamento.* Ela constitui o tipo de instituição que mais recorre a decisões formalmente coletivas e, pelo menos em tese, a reforma universitária possibilitou uma diluição da responsabilidade da administração da vida acadêmica (LEITÃO, 1985, p. 5-6, grifo nosso).

O terceiro problema apontado por Leitão (1985) refere-se aos conflitos “entre o poder burocrático e o de professores”. Neste aspecto o autor recorre a um especialista estrangeiro que analisa o “governo da universidade”:

³⁸ Autarquia: Trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, instituída unicamente por lei, com capacidade de autoadministração para o desempenho de serviços públicos descentralizados, por meio de controle administrativo exercido dentro dos limites da lei. As autarquias constituem forma descentralizada de ação estatal, que têm personalidade pública e, portanto, estão imunes à tributação. São características essenciais das autarquias: criação por lei; personalidade jurídica de direito público; capacidade de autoadministração; especialização dos fins ou atividades e sujeição a controle ou tutela. Disponível em: <<http://www.diretonet.com.br/dicionario/exibir/886/Autarquia>>. Acesso em: 03 fev.2017

O ponto central do problema situa-se no conflito entre a autoridade burocrática e a exercida pelos professores nas instituições universitárias. [...] a autoridade burocrática é limitada, na universidade; não há ordens, no sentido comum, a não ser nas atividades-meio da instituição. Na implantação da política acadêmica a autoridade de reitores, vice-reitores e decanos é limitada pela incapacidade de fazer professores e pesquisadores seguirem políticas acadêmicas que não sejam de sua escolha. A questão da autoridade requer, na realidade, um entendimento conceitual dos tipos de autoridade e de estruturas existentes na universidade e de como encontrar uma forma de convivência produtiva entre elas (EPSTEIN³⁹, 1974 *apud* LEITÃO, 1985, p. 6).

O quarto problema, “à baixa eficiência de ação administrativa”, diz respeito à falta de sistemas de informação eficientes, o que dificulta o processo decisório nos diversos níveis, favorecendo a concentração das decisões nos escalões superiores. Também há um outro problema referente à competência dos dirigentes.

Quanto à falta de sistemas de informação, o autor afirma que por meio de uma simples observação direta do funcionamento das universidades, pode-se concluir que os sistemas formais de informação que existem nas universidades brasileiras são ineficientes, “seja do ponto de vista da qualidade da informação quanto da quantidade, o que leva à existência de sistemas informais, por si só uma evidencia do mal funcionamento dos sistemas formais ” (LEITÃO, 1985, p. 6). Quanto ao problema da competência dos dirigentes, o autor apresenta uma questão do livro *Saber e Poder na universidade* de Antonio Muniz Rezende.

[...] um equívoco a aceitação de um valor em si (reificação) independente de outras circunstâncias, ou seja, o fato de que saber não significa poder em todos os sentidos, como parece demonstrar a escolha de dirigentes na universidade. Isso porque o processo de nomeação de professores para cargos de administração, quando não puramente político, pauta-se na sua competência como professor ou pesquisador, e não como administrador. Assim, a universidade não exigiria de seus administradores preparação proporcional à que exige dos docentes e pesquisadores, com implicações evidentes na eficiência da gestão de seus recursos materiais e humanos (REZENDE⁴⁰ 1980 *apud* LEITÃO, 1985, p. 6-7, grifo do autor).

Estas características apontadas demonstram o quanto as discussões sobre as questões universitárias são amplamente complexas e envolvem estudos multidisciplinares.

Para o enfoque deste trabalho, como demonstramos no capítulo três, daremos ênfase à compreensão da universidade como uma organização administrativa para que possamos

³⁹ EPSTEIN, Leon D. *Governing The univerty*. San Francisco, California, Jossey-Bass, 1974. P.99-114.

⁴⁰ REZENDE, Antonio Muniz. *Saber e poder na universidade: o problema da escolha e da competência dos dirigentes*. Estudos e Debates, Brasília, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, (3): 196-7, 1980.

relacionar a produção documental com o órgão e o agente produtor em seus níveis de competências, funções, atividades e tarefas desenvolvidas.

Para as universidades brasileiras, o marco para as mudanças administrativas e estruturais foi a reforma universitária de 1968, com a publicação da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior. Para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essas mudanças foram iniciadas através do Decreto nº 60.455-A de 13 de março de 1967, que reestruturou a universidade.

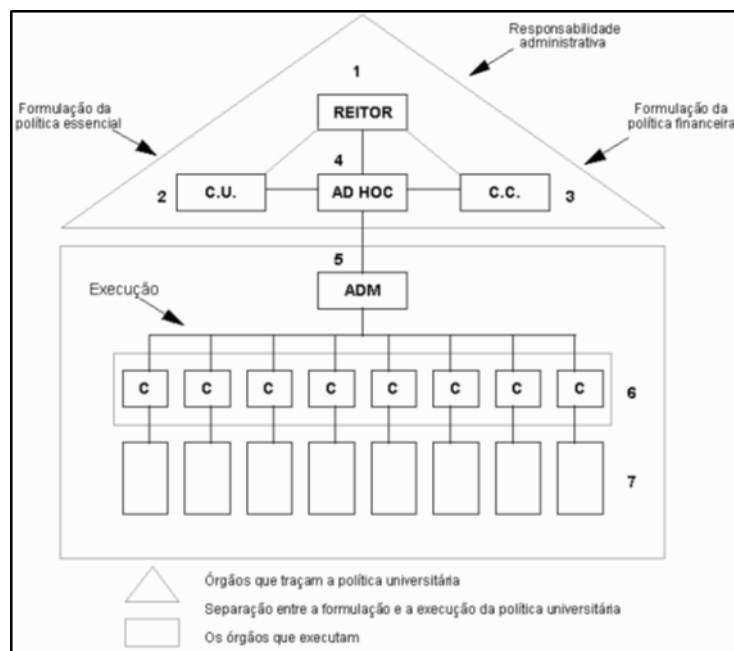
Esta reforma descentralizou administrativamente as universidades e foram adotadas estruturas organizacionais em diferentes níveis de decisão administrativa.

Segundo Lopes; Bernardes (2017, p.4), os debates sobre a modernização das universidades começaram no final da década de 1950, no entanto, somente em 1968, no período do regime militar brasileiro, um grupo de trabalho apresentou uma proposta de reforma universitária que foi consubstanciada na Lei 5.540/68, e apontada como uma importação de modelos administrativos estrangeiros.

[...] *Plano Atcon*, como ficou conhecido, trata-se de documento que resulta de estudo realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon, entre junho e setembro de 1965, a convite da Diretoria do Ensino Superior do MEC, preconizando a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada num modelo cujos princípios básicos deveriam ser o rendimento e a eficiência. [...] O projeto da Reforma Universitária incorpora algumas das propostas do *Plano Atcon*, como: defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centro de estudos básicos (FÁVERO, 2006, p.31, grifo da autora).

A partir da Lei 5.540/68, foram implantados novos modelos de estrutura administrativa nas universidades, baseados no modelo empresarial, sob influência do consultor norte-americano Rudolph Atcon. Esta estrutura, pós reforma, permanece nos dias atuais. O quadro-organograma explicativo da Figura 2, mostra a cadeia de comando que foi desenvolvida nesta reforma, assim representado: o Conselho Universitário (2) trata da política universitária; o Conselho de Curadores (3) trata de assuntos financeiros; as comissões ad hoc resolvem divergências entre 2 e 3; um administrador profissional com cargo de confiança (5) preside o conselho de chefes das unidades administrativas (6) (LOPES; BERNARDES, 2017, p.4).

Figura 2 - Quadro-organograma aplicado para as universidades brasileiras baseado nas ideias do consultor Atcon



Fonte: LOPES; BERNARDES, 2017, p.4.

Esta Figura 2 do quadro-organograma de Lopes; Bernardes visa explicar os níveis hierárquicos que foram instituídos na reforma universitária de 1968, que instituiu o princípio da departamentalização nas universidades brasileiras.

Segundo Chiavenato (1999), a base fundamental da organização é a *divisão do trabalho* e, à medida que uma organização cresce, ela tende a se diferenciar e a especializar cada vez mais as unidades que compõem a sua estrutura. Esta especialização na organização pode dar-se nos sentidos vertical e horizontal, em formas diferentes de *divisão do trabalho*.

A especialização vertical, de acordo com Chiavenato (1999, p.179), é a *divisão de trabalho* em “termos de autoridade e responsabilidade” e caracteriza-se pelo crescimento vertical do organograma, em níveis hierárquicos, quando se necessita aumentar a qualidade de supervisão. A especialização horizontal é a *divisão de trabalho* conhecida pelo nome de departamentalização, que “é uma divisão do trabalho em termos de diferenciação entre os diversos tipos de tarefas executadas pelos órgãos”. Esta especialização ocorre quando “surge a necessidade de aumentar a perícia, a eficiência e a melhor qualidade do trabalho”, e caracteriza-se pelo aumento horizontal do organograma.

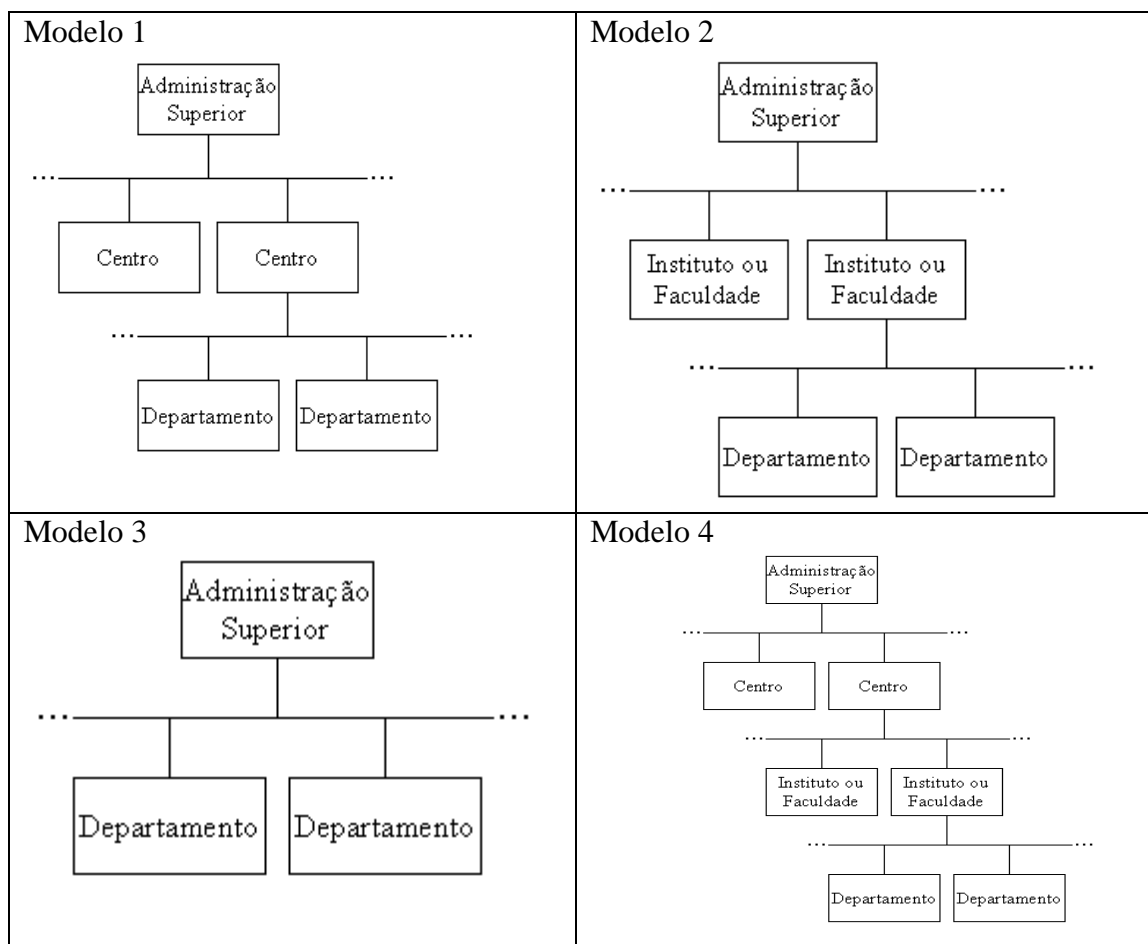
A departamentalização cria departamentos, que representam “uma unidade da organização: uma área, decisão ou segmento de uma empresa sobre a qual um administrador

(seja diretor, gerente, chefe, supervisor etc.) tem autoridade para o desempenho de atividades específicas” (CHIAVENATO, 1999, p.179).

Para Lopes; Bernardes (2017, p.5), com a imposição da departamentalização pela Lei 5.540/68, o “departamento de ensino tornou-se a menor fração da estrutura administrativa e isso congregou professores/pesquisadores de um elenco de disciplinas afins”.

Seguindo o modelo estrutural de origem, baseado no modelo *Atcon*, conforme a ilustração da Figura 2, foram criados quatro modelos de organização para estruturação das atividades-fim para serem adotados pelas universidades brasileiras. Representados de acordo com a Figura 3: Modelo 1 - agregação de departamentos em poucos centros; Modelo 2 - reunião de departamentos em número maior de institutos; Modelo 3 - ligação direta de departamentos à administração superior; e Modelo 4 - superposição de centros aos institutos.

Figura 3 - Modelos de estrutura administrativa pós Lei 5.540/68



Fonte: LOPES; BERNARDES, 2017, p.8.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) adotou o modelo 4 (FIGURA 3) para sua estruturação das atividades-fim, e mesmo após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, dando autonomia às universidades na organização de seus cursos e programas, manteve o mesmo modelo da reforma de 1968.

Para Lopes; Bernardes (2017, p.12), “os modelos exigidos na legislação anterior, fundamentados no departamento como célula básica, absorvem melhor o tripé ensino-pesquisa-extensão”.

À medida que ocorre a *especialização* do trabalho, a organização passa a necessitar de coordenação dessas diferentes atividades, agrupando-as em unidades maiores. Daí o *princípio da homogeneidade*: as funções são designadas a unidades organizacionais na base da *homogeneidade* de conteúdo, com o objetivo de alcançar operações mais eficientes e econômicas. As funções são homogêneas, à medida que seu conteúdo apresente semelhanças entre si. Assim, o princípio que deve reger a *departamentalização* ou *agrupamento de atividades* é o *princípio da homogeneidade* (CHIAVENATO, 1999, p.179, grifo do autor).

A departamentalização ou agrupamento de atividades, representada no modelo 4 (FIGURA 3), apresentando a estrutura organizacional de superposição de centros aos institutos ou faculdades e respectivamente aos departamentos, demonstra a complexa realidade organizacional e administrativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

5.1.2 Identificação do Órgão Produtor (Evolução orgânica e estrutura administrativa)

Esta etapa inicial de identificação do órgão produtor, no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), refere-se ao estudo da estrutura administrativa, a sua criação, a evolução orgânica, as fases e mudanças pelas quais passou em sua trajetória até os dias atuais de funcionamento desta instituição.

Em seguida passaremos ao estudo mais específico do órgão produtor responsável pela geração do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM, a Escola de Serviço Social da UFRJ.

5.1.2.1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

5.1.2.1.1 Breve histórico da UFRJ

Em 7 de setembro de 1920, através do Decreto nº 14.343, foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste decreto, foram reunidas as três escolas mais tradicionais e antigas do Brasil: a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como muitas universidades brasileiras, originou-se de um agrupamento administrativo de escolas mais antigas, as quais, mesmo integradas numa instituição maior, mantiveram a sua identidade e parte da sua autonomia.

A direção da Universidade foi confiada ao Presidente do Conselho Superior de Ensino, na qualidade de Reitor, e ao Conselho Universitário, que foi constituído pelo Reitor e pelos diretores das Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, da Faculdade de Medicina do Rio de

Janeiro e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, além de mais seis professores catedráticos, sendo dois de cada congregação.

Em 5 de julho de 1937, a Lei nº 452 reorganiza a universidade, muda o nome para Universidade do Brasil e são integradas novas unidades às já existentes. Nesta lei foram reunidas 13 escolas, 17 institutos, o Hospital das Clínicas destinado ao ensino, além de unidades com caráter de instituições complementares: o Colégio Universitário, destinado ao ensino secundário complementar, e a Escola Ana Neri, destinada ao ensino de enfermagem e de serviço social.

A reorganização da Universidade do Brasil em 1937 não constituiu-se de grandes mudanças organizacionais, apenas congregou outras unidades às já existentes.

Ao instituir a Universidade do Brasil, a Lei nº 452/37, que a criou, não faz referência ao princípio de autonomia em suas disposições gerais. Essa inferência procede quando se analisa o art. 27, o qual dispõe que tanto o reitor como os diretores dos estabelecimentos de ensino seriam escolhidos pelo presidente da República, dentre os respectivos catedráticos e nomeados em comissão. Por outro lado, torna-se expressamente proibida, aos professores e alunos da universidade, qualquer atitude de caráter político-partidário ou comparecer às atividades universitárias com uniforme ou emblema de partidos políticos. Essas determinações não seriam de estranhar, considerando-se o contexto em que elas são elaboradas (FÁVERO, 2006, p.27).

Os destaques da Lei nº 452/1937, para este estudo do órgão produtor, foram a incorporação da Escola Anna Nery à Universidade do Brasil e a criação do Curso de Serviço Social na instituição.

Dois períodos importantes de destaque para a UFRJ: em 17 de dezembro de 1945, pelo Decreto-lei n.º 8.393, é concedida autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à Universidade do Brasil; e em 5 de novembro de 1965, com a publicação da Lei nº 4.831/65, muda-se o nome da Universidade do Brasil para Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

As mudanças estruturais e administrativas vieram no Decreto nº 60.455-A de 13 de março de 1967, que instituiu o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que, segundo o próprio decreto, passa a ser considerada como uma instituição de ensino e pesquisa, com personalidade jurídica, autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, destinada a promover a educação, a pesquisa e o desenvolvimento científico, filosófico, tecnológico, literário e artístico, e a formar profissional de nível superior.

Neste plano de reestruturação de 1967, a Universidade Federal do Rio de Janeiro amplia seus vínculos de subordinação e estrutura dos órgãos. Com isso, foi criado um grande corpo administrativo, dividido inicialmente em três grandes estruturas de órgãos: Superior, Média e de Infraestrutura que, por sua vez, se subdividem sucessivamente, “cada qual com suas competências às quais correspondem conjuntos documentais mais ou menos individualizados” (DUCHEIN, 1986, p.10).

De acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a universidade constitui-se dos seguintes conjuntos de órgãos:

Os órgãos da Infraestrutura que integra: os órgãos de execução do ensino, da pesquisa e da extensão e por órgãos suplementares de natureza técnica, científica e cultural;

Órgãos da Estrutura Média é constituída por um conjunto de Centros, órgãos de coordenação das atividades universitárias nas suas grandes áreas de ensino, pesquisa e extensão, pelo Fórum de Ciência e Cultura e pelo Complexo Hospitalar da UFRJ. Um Centro Universitário constitui-se de Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares, cujos objetivos de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços abrangem setores afins de conhecimento.

Órgãos da Estrutura Superior é constituída dos seguintes órgãos de jurisdição sobre toda a Universidade Federal do Rio de Janeiro: I - de deliberação: Conselho Universitário, Conselho de Curadores, Conselho de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino para Graduados; II - de Direção: Reitoria e Superintendências Gerais; III - de Coordenação: Conselho Superior de Coordenação Executiva; e VI - de assessoramento: Comissão Permanente de Pessoal Docente e Comissão Permanente do Pessoal Técnico-administrativo (UFRJ, 2014, art.16,17,18).

Sendo uma universidade pública e federal, a UFRJ segue e respeita as legislações determinadas pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o seu Estatuto, que são as normas reguladoras de todos os atos e atividades da instituição; e o seu Regimento, que estabelece o modo de funcionamento interno e desempenho de cargos e funções atribuídas, dentre outras normas vigentes.

5.1.2.1.2 A aplicação dos instrumentos de Identificação Arquivística: UFRJ

Este estudo de órgão produtor (evolução orgânica e estrutura administrativa) da UFRJ foi desenvolvido a partir do seguinte roteiro de atividades:

- 1) Pesquisa bibliográfica em livros e textos referentes às organizações universitárias, à história da UFRJ e sobre a Teoria Geral da Administração e das Organizações;
- 2) Pesquisa documental em documentos dispositivos normativos como: lei, decreto, instrução normativa, estatuto, regimento, resolução;
- 3) Leitura e análise das fontes de informação;
- 4) Coleta de Dados;
- 5) Elaboração de instrumentos de Identificação Arquivística fundamentados na revisão de literatura do capítulo 3, selecionando os elementos necessários e específicos em conformação com a estrutura do órgão.
- 6) Construção de organograma para representação dos níveis hierárquicos de subordinação dos órgãos.
- 7) Preenchimento dos instrumentos normatizados.

Os instrumentos escolhidos para esta fase de estudo do órgão produtor (evolução orgânica e estrutura administrativa) são: *Ficha de Identificação de Órgão Produtor*, com a finalidade de demonstrar e registrar o desenvolvimento orgânico de cada organização produtora; elaboração de *Organogramas*, também nomeado como Repertório de Organogramas⁴¹, com o intuito de reconhecer graficamente as mudanças ocorridas na organização; e por último, *Índice de Atos Normativos*, uma lista de todas as legislações consultadas e também passíveis de consulta futura sobre o órgão produtor.

Nesta etapa, foram construídos cinco instrumentos de Identificação Arquivística:

1. Ficha de Identificação de Órgão Produtor Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (QUADRO 14);
2. Representação da estrutura hierárquica e organizacional da Universidade do Rio de Janeiro em 1920 (FIGURA 4);

⁴¹ RODRIGUES, 2012, p.72

3. Representação da estrutura hierárquica e organizacional da Universidade do Brasil em 1937 (FIGURA 5);
4. Representação da estrutura hierárquica e organizacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) atual (FIGURA 6); e
5. Índice de Atos Normativos da Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ) (QUADRO 15).

Quadro 14 - Ficha de Identificação de Órgão Produtor: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

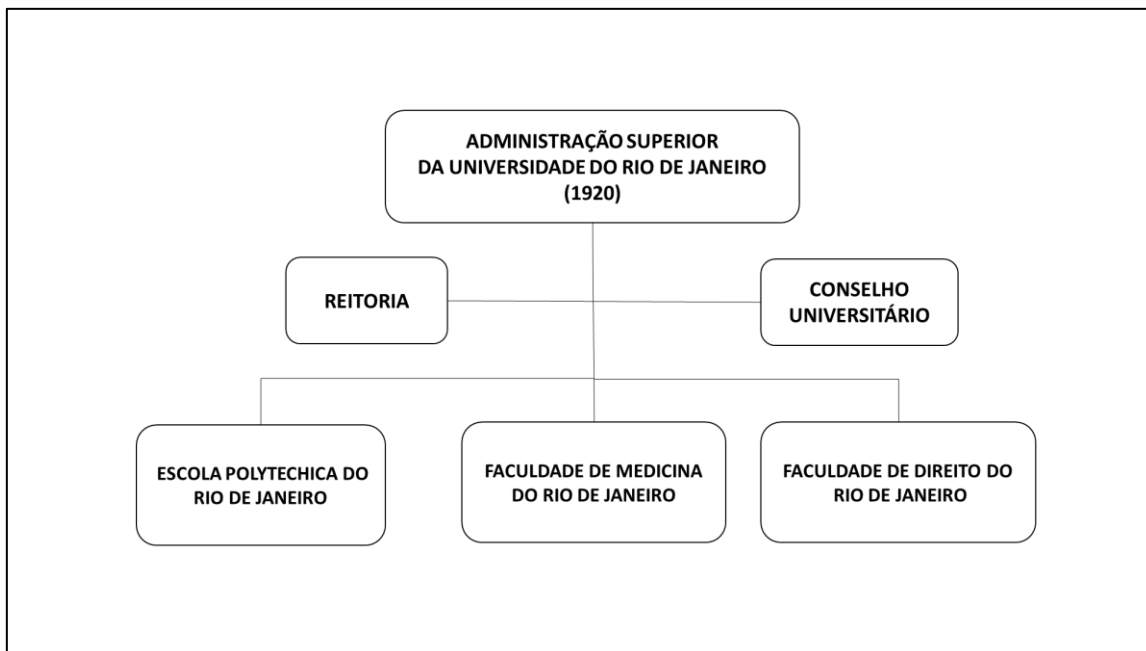
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ÓRGÃO PRODUTOR
Nome do órgão produtor: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Data de criação: 7 de setembro de 1920
Datas das disposições que levaram a uma mudança na estrutura do organismo: 7 de setembro de 1920 - Universidade do Rio de Janeiro 5 de julho de 1937 - Universidade do Brasil 5 de novembro de 1965 – muda o nome para Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 13 de março de 1967 - Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Função: (competências atribuídas ao organismo) Formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. (BRASIL, 1996, art.52)
Depende de:(organismo/ou hierarquicamente inferior) Ministério da Educação (MEC) Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação
Especificação da legislação que dispõem sobre a estrutura e funcionamento do órgão: Decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920; Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931; Lei nº 452/37 de 5 de julho de 1937; Lei nº 4.831 de 5 de novembro de 1965; Decreto nº 60.455-A de 13 de março de 1967; Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968; Regimento Geral da UFRJ de 9 de julho de 1970; Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), versão atualizada em 27.10.2014.

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 207; LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p.17; BRASIL, (1920, 1931, 1937,1965, 1967,1968, 1996); UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, (1970, 2014).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

5.1.2.1.3 As representações gráficas das estruturas administrativas da UFRJ (Evolução Orgânica)

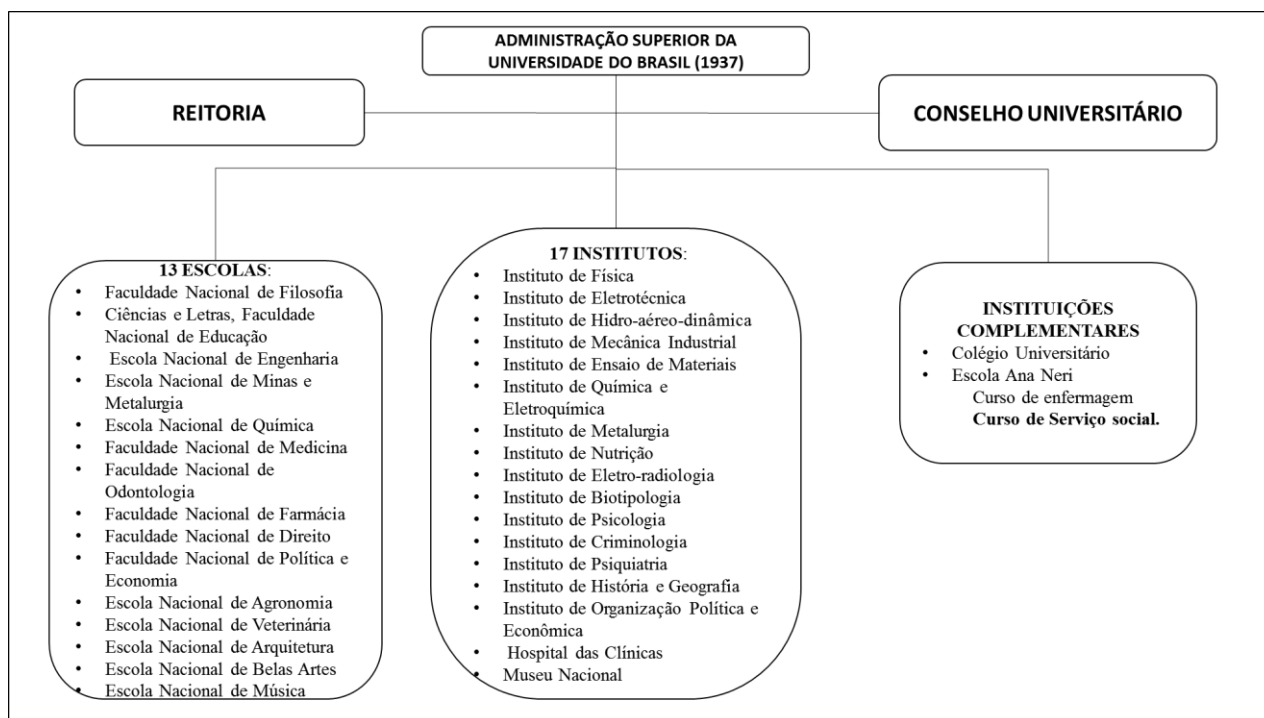
Figura 4 - Representação da estrutura hierárquica e organizacional da Universidade do Rio de Janeiro em 1920



Fonte: BRASIL, 1920.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

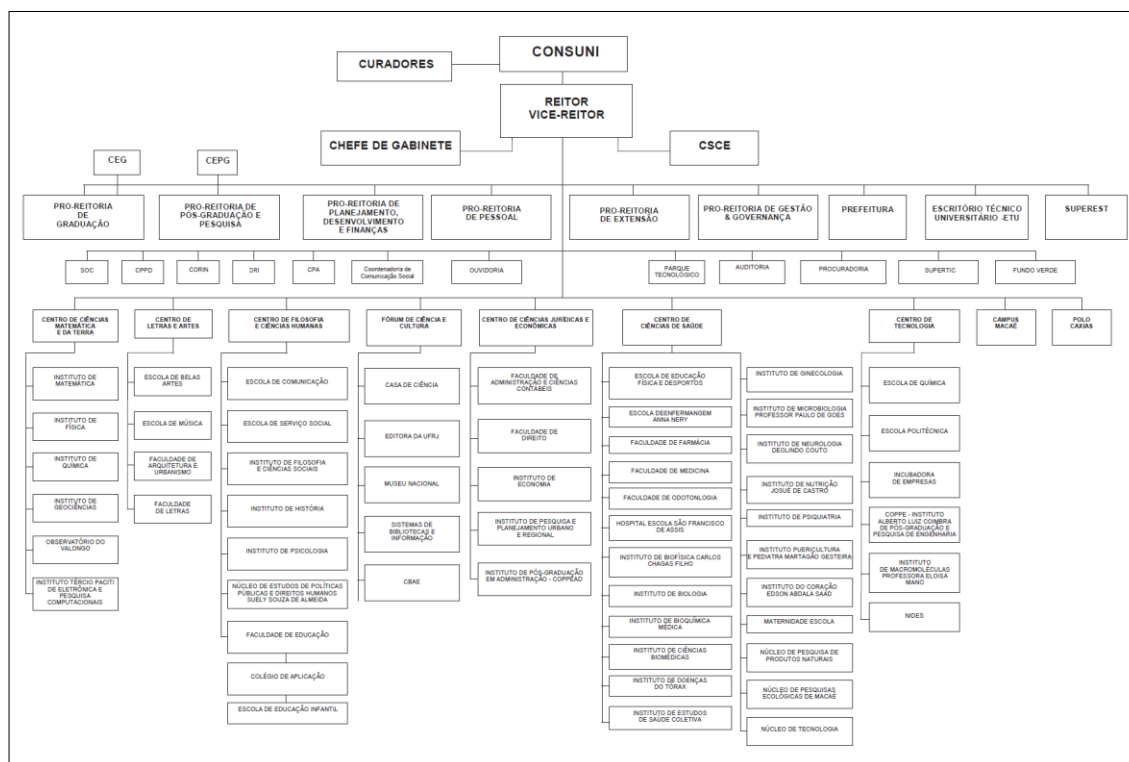
Figura 5 - Representação da estrutura hierárquica e organizacional da Universidade do Brasil em 1937



Fonte: BRASIL, 1931; BRASIL, 1937.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Figura 6 - Representação da estrutura hierárquica e organizacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) atual



Fonte: Organograma da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disponível em: < <https://ufrj.br/sites/default/files/documentos/2016/08/organograma.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

Devem ser destacados alguns órgãos como: Reitoria; Pró-Reitoria de Graduação - PR1; Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PR2; Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças - PR3; Pró-Reitoria de Pessoal - PR4; Pró-Reitoria de Extensão - PR5; Pró-Reitoria de Gestão e Governança - PR6; Superintendência Geral de Políticas Estudantis – SUPEREST; Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC; Prefeitura Universitária; Escritório Técnico da Universidade; Centros Universitários: Centro de Ciências da Saúde (CCS) Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Letras e Artes (CLA), Centro de Tecnologia (CT), Fórum de Ciência e Cultura (FCC); Colegiados Superiores: Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Curadores, Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Conselho de Ensino Para Graduados (CEPG), Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE); Órgãos de Assessoramento de Controle e de Participação: Procuradoria Federal, Auditoria

Interna, Ouvidora-geral; Campus Macaé; Polo Caxias; 52 Unidades Acadêmicas; 9 Unidades Hospitalares; 7 Museus; Editora.

Quadro 15 - Índice de Atos Normativos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

ÍNDICE DE ATOS NORMATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)				
Ano	Nome do organismo (Definido por lei)	Assunto (Resumo do conteúdo da norma)	Data de publicação	Especificação da norma (Lei, decreto, etc);
1920	Universidade do Rio de Janeiro	Institui a Universidade do Rio de Janeiro reunindo Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	7 de setembro de 1920	Decreto nº 14.343/1920
1931	Universidade do Rio de Janeiro	Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário	11 de abril de 1931	Decreto nº 19.851
1937	Universidade do Brasil	Organiza a Universidade do Brasil e integra mais unidades universitárias.	5 de julho de 1937	Lei nº 452/1937
1945	Universidade do Brasil	Concede autonomia, administrativa financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil	17 de dezembro de 1945	Decreto-lei n.º 8.393
1965	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	As Universidades Federais situadas nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura, passam a denominar-se respectivamente, "Universidade Federal do Rio de Janeiro" e "Universidade Federal Fluminense".	5 de novembro de 1965	Lei nº 4.831
1967	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Reestruturação da universidade	13 de março de 1967	Decreto nº 60.455-A
1968	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior	28 de novembro de 1968	Lei nº 5.540
1970	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Regimento Geral	9 de julho de 1970	Parecer 299/70 do Conselho Nacional de Educação
1996	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	20 de dezembro de 1996	Lei nº 9.394
2014	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Estatuto da UFRJ, versão atualizada em 27.10.2014.	Publicado no BUFRJ nº 33, de 13/08/2015	Estatuto da UFRJ

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; BRASIL, (1931,1937,1945, 1965, 1967, 1970, 1996); UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, (1970, 1974, 2014).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

5.1.2.2 A Escola de Serviço Social (ESS)

Atualmente, a Escola de Serviço Social é considerada uma unidade universitária, com a finalidade de realizar e promover pesquisa, extensão e ensino nos ciclos profissionais de um ou mais cursos e atividades referentes à graduação e pós-graduação. É um órgão da Infraestrutura da UFRJ e integra o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH).

O CFCH é um dos seis Centros Universitários que integram a estrutura média da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi criado pelo Decreto nº 60.455-A de 13 de março de 1967 com a finalidade de “facilitar a coordenação e integração do ensino e da pesquisa em cada área do conhecimento e a articulação das Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares com a Direção Superior”, conforme o Estatuto da UFRJ (Título II, Capítulo III, Art.39) e o Regimento do CFCH (Título I, Art.2), sendo a Escola de Serviço Social uma das Unidades Universitárias.

5.1.2.2.1 Breve histórico da ESS

O Curso de Serviço Social foi criado na reorganização da Universidade do Brasil pela Lei nº 452 de 5 de julho de 1937. A partir desta Lei, a Escola Anna Nery foi integrada à universidade como instituição complementar destinada ao ensino de Enfermagem e de Serviço Social, sendo a primeira da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo o Ofício nº 427 de 02 de outubro de 1979 da Escola de Serviço Social:

Devido à dificuldade de ordem material e técnica, sua organização demorou três anos. A primeira responsável foi a Profa. Ayla Faria da Silva Pereira. O curso foi inspirado em influência filosófica humanista e pautada no modelo francês, adaptado às necessidades da época e do contexto social. Instalou-se no prédio do Internato da Escola de Enfermagem Anna Nery, na av. Rui Barbosa, 762, em 24 de junho de 1940.

O currículo incluía uma parte de formação geral, constituída de conhecimentos básicos, nas áreas de Filosofia e Ciências Humanas, destinados a dar aos futuros assistentes sociais uma visão da realidade social em que iriam trabalhar e outra parte técnica, específica do Serviço Social, abrangendo teorias, técnicas, estágios e pesquisas.

O eclodir da segunda guerra mundial forçou a diretoria da Escola de Enfermagem Anna Nery a concentrar-se na preocupação de enfermeiras, sendo que as próprias alunas matriculadas no Curso de Serviço Social inscreveram-se no Curso de Voluntárias do Socorro de Guerra.

O curso de Serviço Social ficou sob a responsabilidade, além da Profa. Ayla Faria da Silva Pereira, das assistentes sociais Maria Luiza Muniz de Aragão e Maria Edith de Andrade Pinto, entre 1940 e 1943. Deste ano a 1945, o curso foi paralisado em decorrência das contingências da guerra, sendo as matrículas

reabertas em 1946 (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL, 1979. OFÍCIO 427/1979).

Após a paralisação em decorrência da guerra e o retorno em 1946, somente em 1949 a primeira turma do Curso de Serviço Social recebe o seu diploma.

Em 13 de março de 1967, no Decreto nº 60.455-A, o curso de Serviço Social foi desvinculado da Escola de Enfermagem Anna Nery, transformando-se em Escola de Serviço Social, unidade universitária, integrada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. Com esse decreto, a área de Serviço Social ganhou autonomia, dispondo de uma estrutura administrativa e física própria. Seu Regimento é publicado em 10 de janeiro de 1974 no suplemento do Boletim nº2 da UFRJ.

Atualmente, a Escola de Serviço Social da UFRJ funciona em dois prédios (Sede e Anexo) no campus da UFRJ da Praia Vermelha na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com o art. 159 do Regimento da Escola de Serviço Social de 10 de junho de 1974, a organização administrativa da escola compreende: o órgão deliberativo a Congregação, presidida pelo Diretor da Unidade e demais membros; o órgão consultivo o Conselho Departamental; e órgãos de administração (gabinete, secretaria, administração de pessoal, administração patrimonial e de material, administração financeira, comunicações, zeladoria, documentação e informação, assessoria científica e tecnológica, assessoria educacional e assistência ao estudante). Do ponto de vista acadêmico-administrativo, a Escola é composta pelo Diretor e Vice-Diretor, bem como por uma Direção Adjunta de Graduação (Curso Diurno, Curso Noturno e Estágio) e por uma Direção Adjunta de Pós-Graduação, além de três Departamentos.

5.1.2.2.2 A aplicação dos instrumentos de Identificação Arquivística: Escola de Serviço Social (ESS)

Este estudo de órgão produtor (evolução orgânica e estrutura administrativa) da Escola de Serviço Social (ESS) foi desenvolvido de acordo com o seguinte roteiro de atividades:

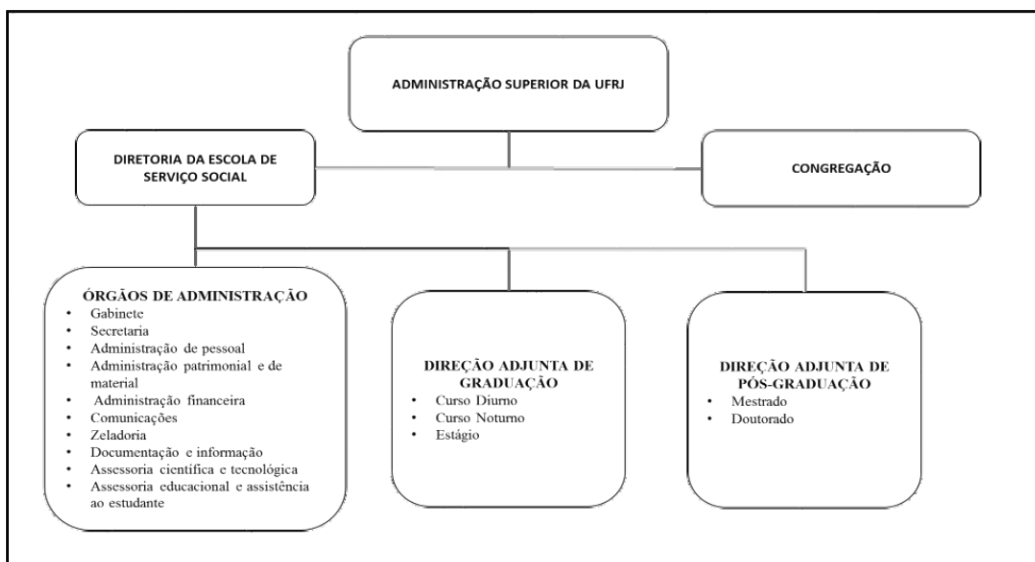
- 1) Pesquisa bibliográfica em livros e textos referentes à área de Serviço Social;

- 2) Pesquisa documental em documentos dispositivos normativos como: lei, decreto, instrução normativa, estatuto, regimento, resolução;
- 3) Pesquisa documental no Centro de Memória e Documentação da Escola de Serviço Social (CEMDESS) em documentos de ajuste como: convênio, termos; os documentos de correspondência, circular, ofício, edital, portaria e memorando; documentos informativos (opinativos/enunciativos) pareceres, informações, relatórios;
- 4) Leitura e análise das fontes de informação;
- 5) Coleta de Dados;
- 6) Elaboração de instrumentos selecionando os elementos necessários e característicos da estrutura organizacional.
- 7) Construção de organograma para representação dos níveis hierárquicos de subordinação dos órgãos.
- 8) Preenchimento dos instrumentos normatizados.

Foram construídos três instrumentos de Identificação Arquivística, conforme sequencia abaixo:

1. Representação da estrutura hierárquica e organizacional da Escola de Serviço Social (ESS), (FIGURA 7);
2. Ficha de Identificação de Órgão Produtor: Escola de Serviço Social (ESS), (QUADRO 16);
3. Índice de Atos Normativos da Escola de Serviço Social (ESS), (QUADRO 17).

Figura 7 - Representação da estrutura hierárquica e organizacional da Escola de Serviço Social (ESS)



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1974.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Quadro 16 - Ficha de Identificação de Órgão Produtor: Escola de Serviço Social (ESS)

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ÓRGÃO PRODUTOR
Nome do órgão produtor: Escola de Serviço Social (ESS)
Data de criação: 5 de julho de 1937
Datas das disposições que levaram a uma mudança na estrutura do organismo: 5 de julho de 1937 – Curso de Serviço Social 13 de março de 1967- Escola de Serviço Social (ESS)
Função: (competências atribuídas ao organismo) Aperfeiçoar e propagar conhecimentos e técnicas relativos ao Serviço Social; contribuir para o progresso das pesquisas pertinentes aos setores sociais do país; desenvolver a cultura especializada no campo das ciências sociais; colaborar no processo de desenvolvimento do país; concorrer para a obra educativa da Universidade, especialmente no que se refere à solução dos problemas sociais; formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social, em qualquer dos seus campos; treinamento continuado de profissionais e professores; pesquisa filosófica, científica e tecnológica; participação no Brasil e exterior, em reuniões científicas e técnicas do seu campo de atividade. (UFRJ, Estatuto, 2014 art.2º)
Depende de:(organismo/ou hierarquicamente inferior) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
Especificação da legislação que dispõem sobre a estrutura e funcionamento do órgão: Lei nº 452/37 de 5 de julho de 1937; Decreto nº 60.455-A de 13 de março de 1967; Regimento Geral da UFRJ de 9 de julho de 1970; Regimento da Escola de Serviço Social de 2 de janeiro de 1974, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), versão atualizada em 27.10.2014.

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 207; LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p.17; BRASIL (1937,1967,1996); UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (1970, 1974, 2014).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 17 - Índice de Atos Normativos da Escola de Serviço Social (ESS)

ÍNDICE DE ATOS NORMATIVOS DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (ESS/UFRJ)				
Ano	Nome do organismo (Definido por lei)	Assunto (Resumo do conteúdo da norma)	Data de publicação	Especificação da norma (Lei, decreto, etc);
1937	Curso de Serviço Social	O curso de Serviço Social foi incorporado como instituição complementar na Escola Anna Nery, destinada ao ensino de enfermagem e de Serviço Social.	5 de julho de 1937	Lei nº 452/1937
1967	Escola de Serviço Social	Neste decreto é aprovado o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Escola de Serviço Social (ESS) é considerada uma unidade universitária da Infraestrutura da UFRJ e integrada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ.	13 de março de 1967	Decreto nº 60.455-A
1970	Escola de Serviço Social	Regimento Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	9 de julho de 1970	Parecer 299/70 do Conselho Nacional de Educação
1972	Escola de Serviço Social	Regimento da Escola de Serviço Social	3 de fevereiro de 1972	Suplemento ao Boletim nº2 de 10 de janeiro de 1974
1996	Escola de Serviço Social	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	20 de dezembro de 1996	Lei nº 9.394
2014	Escola de Serviço Social	Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Publicado no BUFRJ nº 33, de 13/08/2015	Versão atualizada em 27.10.2014.

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; BRASIL (1937,1967,1996); UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (1970, 1974, 2014).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

5.1.3 Estudo do Órgão Produtor (Competências e funções administrativas específicas da área da pesquisa da UFRJ)

5.1.3.1 A Pós-Graduação e Pesquisa no âmbito da UFRJ e ESS

Nesta perspectiva de aplicação da metodologia da Identificação Arquivística para o estudo do órgão produtor e do exercício da função de pesquisador do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ, chegamos à delimitação da área de investigação e competências administrativas que interessa neste estudo, que é a pós-graduação e pesquisa no âmbito da

Universidade Federal do Rio de Janeiro, especificamente direcionada para a Escola de Serviço Social da UFRJ.

Segundo Thomassem: “os documentos arquivísticos estão inseridos num processo, isto quer dizer que são gerados e estruturados por processos de trabalho” (THOMASSEM, 2006, p.6). Sob a ótica do processo de trabalho da pesquisa acadêmica, temos a estrutura da pós-graduação e pesquisa como ambiente para a produção dos arquivos científicos.

Um processo de trabalho é uma cadeia de atividades coerentes, com um início e um fim, e direcionadas a um objetivo específico. Acima de tudo, este objetivo é a razão para a existência, ou a missão, do produtor dos documentos; é também o que estabelece vínculos entre os processos de trabalho, os quais tornamos arquivos um todo coerente (THOMASSEM, 2006, p.6).

O vínculo entre os processos de trabalho é possível ser percebido na UFRJ, mesmo diante da sua complexidade administrativa e acadêmica. Outra característica desta complexidade organizacional está na estruturação em órgãos colegiados⁴² e de direção. Esses órgãos possuem capacidade decisória sobre todos os assuntos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à administração e ao planejamento no âmbito da universidade.

Diante do exposto, nesta fase da Identificação Arquivística órgão produtor (competências administrativas) de uma organização, é necessário estudar as atribuições dos órgãos que constituem o ambiente hierárquico da pós-graduação e da pesquisa da UFRJ para identificar as ações que resultaram na produção do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM.

De acordo com o Estatuto da UFRJ, a pesquisa é realizada nas unidades universitárias, órgãos suplementares e no Museu Nacional. Constitui-se como um processo obrigatório na atividade acadêmica em todas as áreas do conhecimento e está estabelecido que a “Universidade Federal do Rio de Janeiro assegurará ao pessoal docente a liberdade de escolha do objeto de investigação e as condições para sua execução”. A Pesquisa “é o meio para o descobrimento de vocações, desenvolvimento de faculdades inventivas e criadoras, o aprimoramento de habilidades para o trabalho e de formação de novos valores humanos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014, art. 10º).

⁴²**Órgãos colegiados** são aqueles em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupo, com o aproveitamento de experiências diferenciadas. São conhecidos pelos nomes de Conselhos, Comitês, Juntas, Câmaras, Colégios, Comissões, Equipes, Grupos de Trabalho, além de outros. Seus representantes podem ter origem no setor público ou no setor privado, segundo a natureza da representação. É comum aos órgãos colegiados possuírem uma secretaria-executiva, encarregada de colocar em prática suas decisões, papel que também pode ser conferido a um órgão já existente. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/orgaos-colegiados>>. Acesso em: 24 fev.2017.

Primeiro órgão da estrutura administrativa e acadêmica para o desenvolvimento das ações referentes à pós-graduação e pesquisa na UFRJ, o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) é o órgão deliberativo de orientação da pesquisa, em matéria pedagógica e didática para graduados, e supervisiona e coordena os respectivos planos de atividades.

O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) funciona integralmente junto à Pró-Reitoria de pós-Graduação e pesquisa da UFRJ (PR2), e é presidido pelo Pró-Reitor da PR2.

A Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR2) *online*⁴³ é o segundo órgão nesta linha hierárquica de estrutura administrativa e acadêmica. Este órgão é responsável pela formulação, coordenação e cumprimento da política institucional da UFRJ nessas áreas, em parceria com seus programas e grupos de pesquisa. Tem como objetivos: contribuir para a formação de cidadãos com alto nível de qualificação; o crescimento e a disseminação da produção científica, artística, cultural e tecnológica do país.

Os dois órgãos acima citados fazem parte da estrutura superior da universidade, e possuem jurisdição sobre toda a UFRJ, especificamente nas áreas de pós-graduação e pesquisa.

O terceiro órgão desta estrutura, no que tange a Escola de Serviço Social (ESS), é o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), um órgão da estrutura média que coordena as atividades universitárias nas suas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito do CFCH, as funções referentes à pós-graduação e pesquisa são atribuídas ao departamento de Coordenação de Integração Acadêmica de Pós-Graduação (CIAPG), que tem como objetivo estratégico favorecer a interação entre os programas, assim como organizar, dinamizar e potencializar questões comuns junto à estrutura superior da UFRJ e aos órgãos de fomento de ensino e pesquisa para graduados.

A concepção da pesquisa para a Escola de Serviço Social da UFRJ iniciou-se com a aprovação do seu Regimento, em 10 de janeiro de 1974, cujo capítulo II assegura as finalidades da Escola: “de orientação: contribuir para o progresso das pesquisas pertinentes aos setores sociais do país”; e “na execução: da pesquisa filosófica, científica e tecnológica” (UFRJ, 1974, art.2º, II, a e b).

Segundo o anteprojeto de implantação do doutorado da ESS⁴⁴, até finais dos anos de 1960 o Serviço Social não se destacava como campo profissional produtor de conhecimentos – seu caráter era basicamente executivo e operacional. Foi nos anos de 1970 que segmentos da

⁴³ <http://www.pr2.ufrj.br/pr2>

⁴⁴ Anteprojeto de implantação do doutorado em Serviço Social, documento anexado em memorando, s/data, encaminhada à Profa. Ana Maria Quiroga Fausto Neto, pesquisa documental no Centro de Memória e Documentação da Escola de Serviço Social da UFRJ.

categoria profissional, com o aporte das ciências sociais, elaboraram concepções teóricas que, respaldadas em pesquisa sistemáticas, desenharam um corpo de conhecimentos sobre seu objeto de intervenção na realidade brasileira e instrumentos técnico-operacionais para a área.

É também na década de 1970 que são ampliadas as condições para a implementação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, com a função de ativar e sistematizar a pesquisa na área. Em 1972 foram criados os dois primeiros Programas de Mestrado, ambos na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP e PUC-RJ). Em 1976 houve a criação do Programa de Mestrado na Escola de Serviço Social da UFRJ, o primeiro no âmbito das universidades públicas brasileiras.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, inicialmente, centrou-se na qualificação do pessoal docente das agências de formação. Ao longo da década de 1980 ampliou o seu público-alvo, envolvendo os profissionais de campo, e em 1994, a Escola de Serviço Social da UFRJ implantou seu Programa de Doutorado.

Esta cadeia coerente dos órgãos da estrutura administrativa e acadêmica, formada hierarquicamente pelo CEPG, PR2, CFCH, ESS e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, todos reunidos, forma processos de trabalho que funcionam inter-relacionados.

Aqueles que mantêm os processos de trabalho são chamados *agentes*. Qualquer um pode ser um produtor de documentos: indivíduos, famílias, comunidades maiores, organizações formais e representativas. *O agente principal é o produtor de documentos*, o detentor dos processos de trabalho funcionalmente inter-relacionados. Outros atores não detêm todos os processos de trabalho reunidos, mas apenas um processo de trabalho, ou ainda, somente um passo do processo (THOMASSEM, 2006, p.6, grifo nosso).

Todos os *agentes produtores*, apresentados anteriormente, fazem parte do ciclo de processos de trabalho no âmbito da pós-graduação e pesquisa na UFRJ, portanto, estão inseridos no contexto de produção documental do Núcleo de Pesquisa GECHEM/ESS/UFRJ, *o agente produtor principal*.

Passamos para a sistematização dos dados coletados e materializados nos instrumentos da Identificação Arquivística do órgão produtor (competências e funções administrativas) e do elemento funcional (competências, funções, atividades, tarefas).

5.1.3.1.1 A aplicação dos instrumentos de Identificação Arquivística: A Pós-Graduação e Pesquisa no âmbito da UFRJ e ESS

O estudo do órgão produtor (competências administrativas) e do elemento funcional (competências, funções, atividades, tarefas) dos órgãos acima descritos foi desenvolvido de acordo com o seguinte roteiro de atividades:

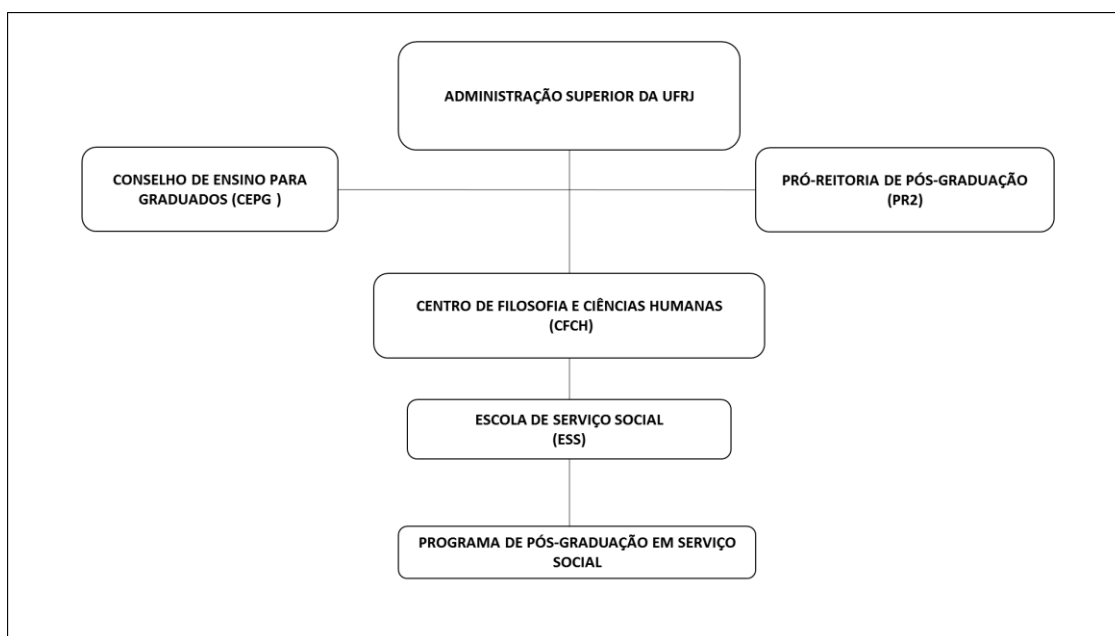
- 1) Pesquisa bibliográfica em livros e textos referentes às estruturas administrativas e acadêmicas das universidades brasileiras e da UFRJ;
- 2) Pesquisa documental em documentos dispositivos normativos como: lei, decreto, instrução normativa, estatuto, regimento, resolução;
- 3) Leitura e análise das fontes de informação;
- 4) Coleta de Dados;
- 5) Elaboração de instrumentos selecionando os elementos necessários e pertinentes aos níveis hierárquicos. Para os órgãos CEPG, PR2 e CFCH (competências e funções administrativas) para o estudo foi utilizado o mesmo instrumento de análise do elemento funcional adaptado até o nível das funções de cada órgão;
- 6) Construção de organograma para representação dos níveis hierárquicos de subordinação dos órgãos referentes ao recorde da pesquisa;
- 7) Preenchimento dos instrumentos normatizados de identificação. Para o desenvolvimento desta atividade é necessário reconhecer as ações de cada documento dispositivo normativo pesquisado e distribuí-las nas categorias de competências, funções, atividades e tarefas. As ações são geralmente reconhecidas nos verbos discriminados no texto dos documentos, como por exemplo: propor, aplicar, orientar, dentre outros.

Foram construídos sete instrumentos de Identificação Arquivística:

1. Organograma: recorte da estrutura administrativa e acadêmica da Pós-Graduação e Pesquisa da Escola de Serviço Social da UFRJ, (FIGURA 8);
As competências e funções dos órgãos:
2. Conselho de Ensino para Graduados CEPG, (QUADRO 18);
3. Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PR2), (QUADRO 19);
4. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), (QUADRO 20);
Estudos do elemento funcional:

5. Escola de Serviço Social (ESS), (QUADRO 21);
6. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), (QUADRO 22);
7. Cursos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), (QUADRO 23).

Figura 8 - Organograma: recorte da estrutura administrativa e acadêmica da Pós-Graduação e Pesquisa da Escola de Serviço Social da UFRJ



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

No recorte da estrutura administrativa e acadêmica da Pós-Graduação e Pesquisa da Escola de Serviço Social da UFRJ, acima representada, os estudos das competências e funções administrativas foram elaborados de acordo com os instrumentos propostos por Rodrigues (2008), iniciando pela análise do Conselho de Ensino para Graduados - CEPG - (QUADRO 18); passando para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PR2 - (QUADRO 19); e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH (QUADRO 20). Estes estudos foram adaptados, conforme mencionado no roteiro de atividades, tendo em vista a importância destes órgãos nas atividades de pesquisa e pós-graduação para a Escola de Serviço Social da UFRJ.

Quadro 18 - Conselho de Ensino para Graduados (CEPG)

Órgão	Competência	Função
<p>Conselho de Ensino para Graduados (CEPG)</p>	<p>Fixar critérios de organização, condições e formalidades para admissão, seleção, matrícula e regime didático dos cursos Mestrado e o de Doutorado. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ,1970, art.197º)</p>	<p>Aprovar os regulamentos dos Programas de Pós-Graduação e das Comissões de Pós-Graduação e Pesquisa;</p> <p>Acompanhar e avaliar os Programas e Cursos de Pós-Graduação;</p> <p>Deliberar sobre pedidos de reconhecimento de títulos de pós-graduação obtidos no exterior;</p> <p>Propor alocação de vagas e estabelecer normas para o plano de carreira do quadro docente da UFRJ, juntamente com o Conselho de Ensino de Graduação;</p> <p>Instituir Comissões para tratar de assuntos específicos de sua competência;</p> <p>Apreciar recursos de decisões das Comissões de Pós-Graduação e Pesquisa e dos Programas de Pós-Graduação. (UFRJ,2011, art.2º§ 1º, I- VIII)</p>
	<p>Promover atividades de pós-graduação, traçando diretrizes para a ação da Universidade na área e zelando pela qualidade de seus programas de pós-graduação. (UFRJ,2011, art.2º)</p>	<p>Estabelecer princípios, critérios e normas gerais a serem observados nas atividades de pesquisa universitária;</p> <p>Favorecer a correta execução dos programas de pesquisa e pós-graduação, prestando assessoria direta ao Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa;</p>

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO,1970, art.197º; UFRJ,2011, art.2º.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 19 - Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PR2)

Órgão	Competência	Função
Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PR2)	Proporcionar a formação científica, cultural e artística, ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de ensino e pesquisa nos diferentes ramos do saber. Serão ministrados pelas Unidades, em dois tipos distintos: o de Mestrado e o de Doutorado. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ,1974, art.196º)	Coordenar cursos para graduados e os trabalhos de pesquisa, bem como a supervisão e o controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias e planejamento didático e de pesquisas (UFRJ,2014, art. 92º)

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO,1970, art.196º; UFRJ,2014, art. 92º.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 20 - Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)

Órgão	Competência	Função
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)	Facilitar a coordenação e integração do ensino e da pesquisa, no campo da Filosofia e das Ciências Humanas, e a articulação das Unidades Universitárias e dos Órgãos Suplementares que integram com a direção superior da Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ,1972, art. 2º)	Promover a coordenação e integração do ensino e da pesquisa nas unidades de sua área; Promover ou apreciar propostas relativas à adaptação unidades às exigências do desenvolvimento cultural e científico; Coordenar a elaboração de planos e programas de ensino e de pesquisa anuais e plurianuais, apresentados pelas unidades; Apreciar as propostas de criação de cursos de Pós-Graduação, de iniciativa das unidades, antes de seu encaminhamento ao Conselho de Ensino para Graduados. (UFRJ,1972, art. 10º)

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO,1972 art. 2º,10º.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Após a demonstração das competências e funções administrativas dos principais órgãos que interferem na produção dos documentos relativos às atividades de pesquisa e pós-graduação, passamos para os estudos do elemento funcional (competência, função, atividade e tarefa), particularizados aos órgãos e departamentos que fazem parte diretamente do contexto de produção documental do Núcleo de Pesquisa GECEM.

Nesta fase é necessário compreender a natureza das competências, funções, atividades e tarefas desenvolvidas por cada unidade administrativa (escolas e/ou institutos, programas, cursos, núcleos de pesquisa, linhas de pesquisa), que participam do desenvolvimento das ações e que ajudam a explicar como e por que os documentos foram produzidos. Seguem abaixo os três estudos dos elementos funcionais:

1. Escola de Serviço Social (ESS) (QUADRO 21);
2. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) (QUADRO 22);
3. Cursos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) (QUADRO 23).

Quadro 21 - Escola de Serviço Social (ESS)

Competência	Função	Atividade	Tarefa
Ampliar e aprofundar os conhecimentos e técnicas de Pesquisa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ),1974, art.16)	Orientar e contribuir para o progresso das pesquisas pertinentes aos setores sociais do país (UFRJ,1974, art.2º, item I, b)	Assessorar científica e tecnologicamente (UFRJ,1974, art.186);	Organizar Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFRJ,1974, art.17)
	Executar a Pesquisa filosófica, científica e tecnológica (UFRJ,1974, art.2º, II, c)	Executar projetos de investigação nos cursos de Pós-graduação (UFRJ,1974, art.53);	

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO,1974, art. 2º,16º,17º,53º, 186º.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 22 - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Competência	Função	Atividade	Tarefa
Oferecer Cursos de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , em Serviço Social: Mestrado e Doutorado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ), 2010, art.2º)	Formar Pesquisadores e docentes para cursos de nível superior (UFRJ, 2010, art.2º)	Ministrar Cursos de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado (UFRJ,1974, art.8)	Integrar linhas de Pesquisa (UFRJ,2010, art.23º)
	Aperfeiçoar a qualificação profissional (UFRJ, 2010, art.2º)		Promover eventos acadêmicos (UFRJ, 2010, art.23º)
			Orientar alunos nos cursos de Pós-graduação (UFRJ, 2010, art.23º)

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010, art.2º, 8º; 23º.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 23 - Cursos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Cursos de Pós-Graduação	Competência	Função	Atividade	Tarefas
Mestrado	Aperfeiçoar a qualificação de docentes para o desempenho do magistério de nível superior e expandir o ensino e a pesquisa interdisciplinar em Serviço Social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ), 2010, art.2º, II)	Propor a desativação ou desenvolvimento de Linhas de Pesquisa (UFRJ,2010, art.8º, III) Propor a inclusão ou exclusão de outras questões de interesse da pesquisa (UFRJ, 2010, art.8º, III)	Atividades de Pós-graduação (UFRJ,2014, art.11º, item I)	Oferecer e ministrar disciplinas (UFRJ,2014, art.11º, item I);
				Orientar academicamente os trabalhos de fim de curso (UFRJ,2014, art.11º, item I);
Doutorado	Estimular e promover o desenvolvimento da pesquisa criadora e interdisciplinar no campo do Serviço Social (UFRJ, 2010, art.2º, I)	Apreciar propostas de acordos e convênios com entidades acadêmicas nacionais ou estrangeiras (UFRJ, 2010, art.8º, V)	Atividades de pesquisa e Produção Intelectual (UFRJ,2014, art.11º, item II)	Participar em bancas examinadoras. (UFRJ,2014, art.11º, item I).

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ), 2010 art.2º, item I, II, art. 8º item III, V, art. 23º; UFRJ, 2014, art.11º, item I, II.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Neste processo de reconstrução do contexto de produção do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM, a identificação dos órgãos responsáveis pelos procedimentos ligados à pós-graduação e pesquisa em todos os níveis institucionais é de extrema importância. Essas informações ajudam a explicar como e por que os documentos foram produzidos.

Os processos de trabalho da pós-graduação e pesquisa no âmbito da UFRJ ocorrem por meio de um compartilhamento de informações (produção documental) entre os órgãos de jurisdição sobre toda a universidade (CEPG, PR2), relacionando com os órgãos de coordenação (Centro Acadêmico) e com órgãos executores (unidade universitária e órgãos suplementares). Do ponto de vista dos processos de trabalho da pesquisa acadêmica, sempre haverá a interferência de um destes órgãos para as atividades de pesquisa em todas as áreas do conhecimento da UFRJ.

Assim, na perspectiva do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ, ocorre, hierarquicamente nos processos de trabalho, o compartilhamento das informações entre: os órgãos de jurisdição sobre toda a universidade temos o CEPG e a PR2; O CFCH, como o órgão coordenador e a Escola de Serviço Social e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social como órgãos executores.

Nesta integração de órgãos e compartilhamento de informações são gerados os documentos administrativos necessários para o desenvolvimento das pesquisas na UFRJ, conforme as competências, funções, atividades e tarefas de cada organismo, demonstradas nos quadros acima.

Neste processo de trabalho e de produção documental são acrescentados mais elementos que fazem parte do desenvolvimento das ações no universo da pesquisa acadêmica, que são: *os órgãos de fomento* tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), dentre outros; o *agente produtor* (pessoa no exercício da função de pesquisador) e a *área do conhecimento que integra a pesquisa* (entidade de classe; legislação profissional; código de ética e as diretrizes curriculares dos cursos).

No caso dos órgãos de fomento *on-line*⁴⁵, são instituições que financiam a pesquisa científica em universidades e instituições pelo Brasil, onde se destacam diversos órgãos ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia e às secretarias estaduais para o fornecimento de apoio financeiro para pesquisadores e cientistas brasileiros. As principais fundações de Amparo à

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2010/09/conheca-as-instituicoes-de-fomento-a-pesquisa-no-pais>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

Pesquisa são: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destinado ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no País; e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que trabalha para a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados.

Todos os órgãos de fomento possuem critérios para fornecimento de financiamento em linhas de pesquisa e projetos de pesquisa para grupos de pesquisadores. Neste caso, são exigidos vários pré-requisitos aos pesquisadores, além do preenchimento de formulários conforme as regras contidas nos editais, publicados anualmente pelas instituições de fomento. Esses documentos também ajudam a explicar o contexto de produção e constituem como documentos probatórios referentes ao período do desenvolvimento e à finalização da pesquisa, visto que fazem parte da ajuda financeira para a pesquisa e principalmente para o pagamento de bolsas à pesquisadores.

No caso do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ, o CNPq foi o órgão de fomento para realização do núcleo de pesquisa.

Quanto ao *agente produtor*, no exercício da função pesquisador, a abordagem será a partir do (QUADRO 23): Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social nas colunas de *atividades* (atividades de pós-graduação e atividades de pesquisa e produção intelectual) e na coluna de *tarefas* (integrar linhas de pesquisa, promover eventos acadêmicos, orientar alunos nos cursos de pós-graduação). Neste ponto, será associada a estes estudos a área do conhecimento que integra a pesquisa (entidade de classe; legislação profissional; código de ética; diretrizes curriculares dos cursos), que serão referenciadas no próximo item.

5.2 A Identificação Arquivística do exercício da Função Pesquisador do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ

No estudo de órgão produtor foram demonstradas as atribuições de cada órgão na estrutura administrativa da UFRJ, da Escola de Serviço Social, da pós-graduação e pesquisa da UFRJ e a importância do exercício da função de pesquisador no contexto da produção documental dos arquivos científicos na universidade – ou seja, como os *agentes produtores* (órgãos, pessoas) participam deste processo.

Este estudo do exercício da função de Pesquisador demarca o domínio amplo e exploratório desta categoria de acervo arquivístico: os arquivos científicos nas universidades.

Nesta parte de estudo da Identificação Arquivística, a do exercício da função de pesquisador, primeiro são analisadas as diversas atividades desenvolvidas por este *agente produtor* no âmbito da sua função maior da universidade, a de Magistério Superior, e que estão inter-relacionadas e são indissociáveis do tripé ensino, pesquisa e extensão.

No Estatuto do Magistério Superior, estabelecido pela Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, art.2º “entendem-se como atividades de magistério superior aquelas que, pertinentes ao sistema indissociável do ensino e pesquisa, se exerçam nas universidades e estabelecimentos isolados em nível superior, para fins de transmissão e ampliação do saber”.

Nestas questões enunciadas acima, considerando a realidade da UFRJ, temos a Resolução nº 08/2014, de 11 de setembro de 2014, do Conselho Superior da UFRJ, que estabelece as normas e os critérios para o desenvolvimento da Carreira de Magistério Federal da UFRJ.

Nos termos dessa resolução as atividades são categorizadas em cinco grupos: I – Atividades de Ensino Básico, Graduação e/ou Pós-graduação; II – Atividades de Pesquisa e Produção Intelectual; III – atividades de Extensão; IV – Atividades de Gestão e de Representação; e V – Qualificação Acadêmico-Profissional e Outras Atividades.

Estas atividades são distribuídas em tarefas, conforme representação a seguir.

Quadro 24 Grupos de atividades de Magistério Superior da UFRJ (1)

(Continua)

GRUPOS DE ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DA UFRJ	
Atividade	Tarefas
I – Atividades de Ensino Básico, Graduação e/ou Pós-graduação;	<p>a) oferta e execução de disciplinas e requisitos curriculares suplementares regularmente cadastrados na UFRJ;</p> <p>b) orientação acadêmica de iniciação científica, de trabalhos de fim de curso de graduação, especialização e pós-graduação, tais como monografias, dissertações e teses;</p> <p>c) orientação e supervisão de monitorias e tutorias;</p> <p>d) supervisão de estágio pós-doutorado;</p> <p>e) participação em bancas examinadoras de monografias, dissertações e teses, bem como em bancas de qualificação em nível de pós-graduação; e</p> <p>f) supervisão de estágios curriculares.</p>
II – Atividades de Pesquisa e Produção Intelectual;	<p>a) editoria, coordenação, organização, autoria ou coautoria de livros ou capítulos de livros;</p> <p>b) publicação de artigos em periódicos;</p> <p>c) publicação de trabalhos em anais de eventos científicos, culturais, tecnológicos e artísticos (congressos, simpósios, seminários e outros);</p> <p>d) depósitos de patentes, <i>softwares</i> e assemelhados;</p> <p>e) apresentações individuais e coletivas no campo das artes;</p> <p>f) autoria de composições artísticas;</p> <p>g) curadoria de coleções científicas, culturais e artísticas;</p> <p>h) produção de material didático e de tecnologias educacionais;</p> <p>i) coordenação de projetos de pesquisa aprovados pelas instâncias competentes da UFRJ ou outra IFES e/ou agências de fomento;</p> <p>j) liderança de grupos de pesquisa cadastrados no “Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil”; e</p> <p>l) produção artística, cultural e desportiva, demonstrada publicamente por meios típicos e característicos das áreas de cinema, música, dança, artes plásticas, fotografia e afins.</p>
III – Atividades de Extensão;	<p>a) atuação do docente em projetos, programas ou cursos de extensão regularmente cadastrados na UFRJ;</p> <p>b) atividades de ensino que caracterizem a integração entre a UFRJ e a comunidade atendendo projetos cadastrados na UFRJ ou aprovados pelo colegiado superior da Unidade;</p> <p>c) orientação de bolsistas de extensão;</p> <p>d) organização de eventos científicos, tecnológicos, culturais, artísticos ou desportivos;</p> <p>e) atuação em eventos científicos, tecnológicos, culturais, artísticos e desportivos;</p> <p>f) organização de eventos promovidos pela UFRJ para a sociedade com a finalidade de divulgação científica e cultural para o público extra universitário;</p> <p>g) atividades de divulgação científica;</p> <p>h) envolvimento em políticas públicas, por meio de formulação, análise, avaliação e gestão; e</p> <p>i) atividades que promovam a formação internacionalizada dos estudantes, desde que informada ao Setor de Convênios e Relações Internacionais (SCRI), tais como: promoção de palestras, aulas, videoconferências e outros, no contexto das disciplinas regulares.</p>

Quadro Longo (Dividido).

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014, art.11.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Quadro 24 - Grupos de atividades de Magistério Superior da UFRJ (2)

(Conclusão)

GRUPOS DE ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DA UFRJ	
Atividade	Tarefas
IV – Atividades de Gestão e de Representação;	<ul style="list-style-type: none"> a) funções na administração superior da Universidade, decanias, diretorias e diretorias adjuntas de Unidades e de Órgãos Suplementares; b) coordenação de cursos e programas de graduação ou pós-graduação, inclusive interdepartamentais e interinidades; c) chefia de departamento e congêneres; d) participação em comissões e grupos de trabalho para tarefas administrativas e/ou acadêmicas específicas; e) participação em colegiados superiores da Universidade, dos Centros e das Unidades da UFRJ, na condição de indicado ou eleito; f) participação em órgãos colegiados dos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência, Tecnologia e Inovação ou outros relacionados à área de atuação do docente, na condição de indicado ou eleito; g) participação na administração superior de fundações de apoio credenciadas pela UFRJ, ou em órgãos dos Ministérios da Educação, da Cultura, da Ciência, Tecnologia e Inovação dentre outros, relacionados à área de atuação do docente; h) participação em diretorias ou conselhos de sindicatos ou de órgãos de categoria profissional; e i) participação em diretorias ou conselhos de sociedades científicas, desde que não remuneradas.
V – Qualificação Acadêmico- Profissional e Outras Atividades.	<ul style="list-style-type: none"> a) estágios de pós-doutorado, sabático e participação em atividades de formação para qualificação acadêmica e profissional (cursos, oficinas de trabalho, seminários, simpósios e palestras); b) presidência ou relatoria de sociedades científicas, reuniões científicas, tecnológicas, culturais ou artísticas; c) atividades, na condição de especialista, tais como a de parecerista em periódicos, a participação em comitês editoriais, em comitês assessores, em júris culturais, científicos e tecnológicos; d) prêmios nacionais e internacionais recebidos por atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, comendas e outras distinções; e) bolsa de produtividade em pesquisa, bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado e Cientista do Nosso Estado e outras de natureza semelhante; f) atividades não incluídas no plano de integralização curricular de cursos e programas oferecidos pela UFRJ realizadas de forma gratuita, tais como orientação e supervisão, participação em comissões avaliadoras/examinadoras em outras IES, formulação e participação em bancas de concursos públicos e comissão de progressão docente, e outras, a serem definidas pelos Centros Universitários de acordo com as peculiaridades das respectivas áreas; g) obtenção, no interstício avaliado, de títulos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i>; h) matrícula ativa, no interstício avaliado, em curso de mestrado ou doutorado, sem afastamento ou liberação formal; e i) outras atividades acadêmicas.

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014, art.11.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

As atividades e tarefas acima representadas demonstram de uma maneira ampla como e por que os documentos são produzidos no exercício da função de Magistério Superior na UFRJ.

Em referência ao recorte desta pesquisa, destacamos as atividades de pós-graduação e as atividades de pesquisa e produção intelectual, por se tratar de um Núcleo de pesquisa. Para proceder a um estudo de Identificação Arquivística em um arquivo pessoal de um professor da UFRJ, os grupos de atividades devem ser determinados de acordo com as funções desempenhadas pelo *agente produtor* do acervo.

Nesta etapa de estudo, as atividades desenvolvidas pelo *agente produtor*, neste caso nas de pós-graduação, de pesquisa e produção intelectual, serão relacionadas às atividades profissionais, neste caso a profissão de Assistente Social.

Estas informações sobre a área profissional são instrumentos importantes para verificarmos, com mais objetividade, o que está implícito na produção documental, fornecendo com isso o embasamento no processo de identificação das tipologias documentais.

Estes elementos que dizem respeito à área do conhecimento são essenciais para o desenvolvimento das ações durante a pesquisa acadêmica, e são fundamentais para o exercício da função de pesquisador. Estas informações estão contidas nos atos normativos referentes às entidades de classe como, por exemplo, nos documentos dispositivos normativos, leis, decretos e resoluções que dispõem sobre a profissão, a carreira, as diretrizes curriculares do curso e o código de ética da categoria.

Exemplificando esta abordagem no contexto do Núcleo de Pesquisa GECM, destacamos uma função das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, contido no Parecer CNE/CES 492/2001 de 3 de abril de 2001, de “identificar demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social”. Esta identificação das demandas presentes na sociedade vai ao encontro das propostas do núcleo de pesquisa nas questões sobre gênero, etnia e classes.

Outro exemplo consta no art.2º do Código de Ética do/a Assistente Social, da Resolução do Conselho Federal de Serviço Social, CFESS nº 594 de 21 de janeiro de 2011: “liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos”.

Desta forma, é possível entender a dinâmica da realidade da atuação profissional em relação ao exercício da função de pesquisador, tanto no conteúdo dos documentos “quanto de uma compreensão da natureza dos testemunhos dessas funções” (SAMUELS, 2007, p.75).

Toda esta experiência enriquece o tratamento dos conjuntos documentais, surgem novas espécies e tipologias documentais, e com isso novos instrumentos de pesquisa para a área.

No âmbito do arquivo científico do Núcleo Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ, temos a Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social; a Resolução CFESS nº 594 de 21 de janeiro de 2011, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que dispõe sobre o Código de Ética do/a Assistente Social (Texto aprovado em 13 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011); e as Diretrizes do Curso de Serviço Social do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação, contidas no Parecer 492/2001 de 3 de abril de 2001.

5.2.1 A aplicação dos instrumentos de Identificação Arquivística: exercício da Função Pesquisador do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ

Para este estudo do elemento funcional (competências, funções, atividades, tarefas) referente ao exercício da função de pesquisador, foi desenvolvido o seguinte roteiro de atividades:

- 1) Pesquisa bibliográfica em livros e textos referentes à função de magistério superior, pesquisa acadêmica e sobre a área do Serviço Social;
- 2) Pesquisa documental em documentos dispositivos normativos como: lei, decreto, instrução normativa, estatuto, regimento, resolução;
- 3) Leitura e análise das fontes de informação;
- 4) Coleta de Dados;
- 5) Elaboração de instrumentos selecionando os elementos necessários e pertinentes ao nível das funções desenvolvidas;
- 6) Representação gráfica do contexto de produção documental do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ;
- 7) Preenchimento dos instrumentos normatizados de identificação. Para o desenvolvimento desta atividade é necessário reconhecer as ações de cada documento dispositivo normativo pesquisado e distribuí-las nas categorias de competências, funções, atividades e tarefas. As ações são geralmente reconhecidas nos verbos discriminados no texto dos documentos, como por exemplo: coordenar, dirigir, planejar, executar, dentre outros.

Para estes estudos foram construídos quatro instrumentos de Identificação Arquivística:

1. Exercício da Função de Pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - 2014 (QUADRO 25);
2. Exercício da Função de Pesquisador da Escola de Serviço Social (QUADRO 26);
3. Exercício da Função de Pesquisador do Núcleo GECEM (QUADRO 27);
4. Atos Normativos referentes ao exercício da função Pesquisador da Escola de Serviço Social - UFRJ (QUADRO 28).

Quadro 25 - Exercício da Função de Pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro - 2014 (UFRJ)

COMPETÊNCIA	FUNÇÃO	ATIVIDADE	TAREFA
Contribuir para ampliação, difusão e transmissão do saber, a formação integral da personalidade e a autenticidade democrática da vida universitária. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ,1970, art. 280°)	Atribuir como atividades de magistério superior aquelas que pertinentes ao sistema indissociável do ensino e pesquisa, se exerçam nas universidades e estabelecimentos isolados em nível superior, para fins de transmissão e ampliação do saber. (BRASIL,1965, art. 2)	Atividades de Pós-graduação (UFRJ,2014, art.11°, item I)	Orientar academicamente o curso de pós-graduação, tais como dissertações e teses
		Atividades de pesquisa e Produção Intelectual (UFRJ, 2014, art.11°, item II)	Editorar, coordenar, organizar, autoria ou coautoria de livros ou capítulos de livros;
			Publicar artigos em periódicos;
			Publicar trabalhos em anais de eventos científicos, culturais, tecnológicos e artísticos (congressos, simpósios, seminários e outros);
			Coordenar projetos de pesquisa aprovados pelas instâncias competentes da UFRJ ou outra IFE e/ou agências de fomento;
Liderar grupos de pesquisa cadastrados no “Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil”. (UFRJ,2014, art.11)			

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ),1970, art. 280; UFRJ,2014, art.11; BRASIL,1965, art. 2.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 26 - Exercício da Função de Pesquisador da Escola de Serviço Social

COMPETÊNCIA	FUNÇÃO	ATIVIDADE
Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS),2011, art.10)	Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais (BRASIL, 1993, art. 4º)	
Compromisso com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. (CFESS, 2011, art.10)	Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social. (BRASIL, 1993, art. 5º)	Integrar Linhas de Pesquisa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ),2010, art.23º)
Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (CFESS,2011, art.2º item i)	Assumir, no magistério de Serviço Social a pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular. (BRASIL, 1993, art. 5º)	Promover eventos acadêmicos (UFRJ,2010, art.23º)
	Treinar, avaliar e supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social. (BRASIL, 1993, art. 5º)	Orientar alunos nos cursos de Pós-graduação (UFRJ,2010, art.23º)
	Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação. (BRASIL, 1993, art. 5º)	Atividades de Pós-graduação (UFRJ,2014, art.11º, item I)
	Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social. (BRASIL, 1993, art. 5º)	Atividades de pesquisa e Produção Intelectual (UFRJ,2014, art.11º, item II)
	Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social. (BRASIL, 1993, art. 5º)	

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL,2011, art.2º item i, art.10; BRASIL, 1993, art. 5;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO,2014, art.11, item I, II;

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 27 - Exercício da Função de Pesquisador do Núcleo GECEM

FUNÇÃO	ATIVIDADE	TAREFA	ESPÉCIE DOCUMENTAL	TIPOLOGIA DOCUMENTAL
Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. (BRASIL, 1993, art. 4)	Atividades de pesquisa e Produção Intelectual (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, 2014, art.11, item II)	Criar Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classes: Estudos Multidisciplinares GECEM/ESS/UFRJ	Projeto de Pesquisa	Projeto de Pesquisa <i>Violência conjugal como controle social</i>
Atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para o seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício da cidadania. (BRASIL, 2001)				
Identificar demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social. (BRASIL, 2001)				
Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social. (BRASIL, 1993, art. 5)				
Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social. (BRASIL, 1993, art. 5)	Atividades de Pós-graduação (UFRJ, 2014, art.11, item I, II.)			
Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social. (BRASIL, 1993, art. 5)				

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; BRASIL, 1993, art.4, 5; BRASIL, 2001; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014, art.11, item I, II.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 28 – Atos Normativos referentes ao exercício da função Pesquisador da Escola de Serviço Social/UFRJ

ANO	LEGISLAÇÃO	FINALIDADE
1953	Lei 1.889 de 13 de julho de 1953	Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais
1954	Decreto nº 35.311 de 2 de abril de 1954	Regulamenta a Lei 1.889 de 13 de julho de 1953
1957	Lei nº 3.252 de 27 de agosto de 1957	Regulamentou o exercício da profissão de Assistente Social
1962	Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962	Aprovou o regulamento da Lei nº 3.252 de 27 de agosto de 1957 que dispôs sobre o exercício da profissão de Assistente Social e que a este acompanha, assinado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social. No art.1 O Serviço Social constitui o objeto da profissão liberal de Assistência Social, de natureza técnico-científica.
1965	Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965	Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior. Institui o regime jurídico do pessoal docente de nível superior, vinculado à administração federal.
1967	Decreto 60.455 A de 13 de março de 1967	Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/4/1967, Página 4321
1970	Regimento Geral da UFRJ	Aprovado pelo parecer nº 299/70 do Conselho Federal de Educação, suplemento ao boletim nº 27 de 9 de julho de 1970. Disciplina as atividades gerais dos órgãos da Universidade, no plano pedagógico e no plano administrativo.
1972	Regimento do Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Publicado no Suplemento ao Boletim nº7 de 17 de fevereiro de 1972.
1974	Regimento da Escola de Serviço Social	Aprovado pelo Conselho Universitário em 3 de fevereiro de 1972, publicado no suplemento ao Boletim nº 2 de 19 de janeiro de 1974.
1993	Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993	Dispõe sobre a profissão de Assistente Social
1996	Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
2001	Parecer nº CNE/CES 492/2001/Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação -	Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social
2011	Resolução CFESS 594 de 21/01/2011	Código de Ética do/a Assistente Social – Texto aprovado em 13/03/1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011.
2012	Lei nº- 12.772, de 28 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior
2014	Estatuto da UFRJ	Art. 1º A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, instituição de ensino, pesquisa e extensão, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto n.º 14.343, de 7 de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro, reorganizada pela Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, sob o nome de Universidade do Brasil, à qual foi outorgada autonomia pelo Decreto-lei n.º 8.393, de 17 de dezembro de 1945, passando a denominar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro pela Lei n.º 4.831, de 5 de novembro de 1965, atualmente constituída de acordo com o Plano de Reestruturação aprovado pelo Decreto n.º 60.455-A, de 13 de março de 1967, é pessoa jurídica de direito público, estruturada na forma de autarquia de natureza especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.
2014	Resolução nº 08/2014 de 11 de setembro de 2014 do Conselho Superior da UFRJ.	Estabelece normas e critérios para o desenvolvimento na Carreira de Magistério Federal da UFRJ.

Fonte: RODRIGUES, 2012, p. 208; BRASIL, (1954, 1957, 1962, 1965, 1967, 1993, 1996, 2001, 2012); UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, (1970, 1972, 1974, 2014); CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011.

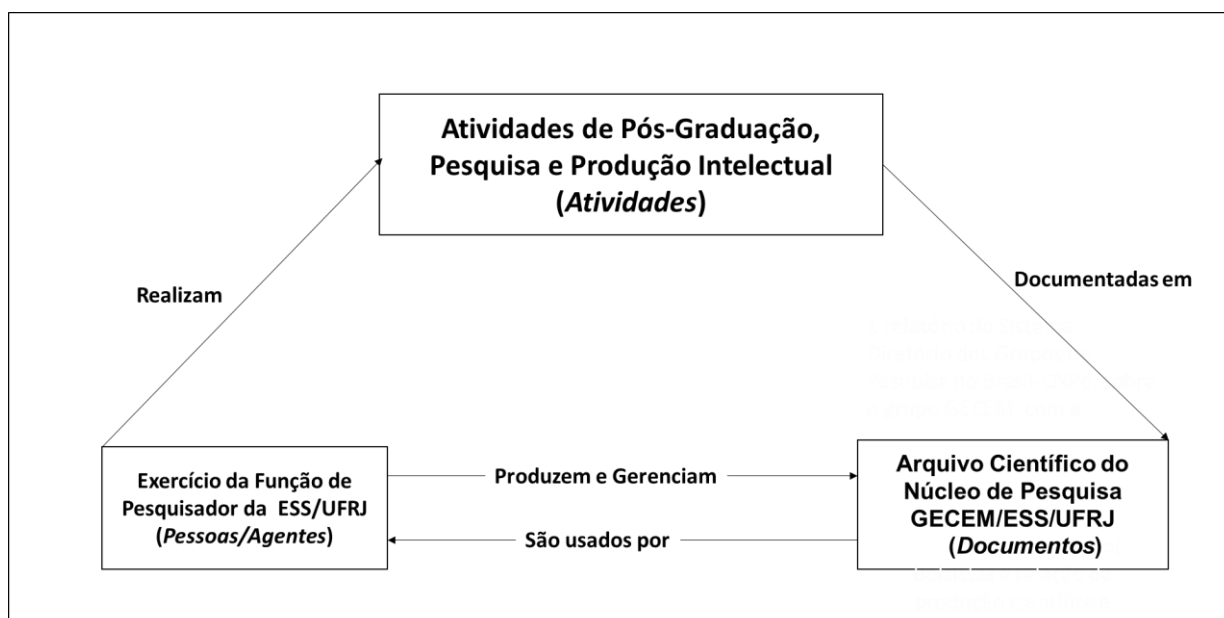
Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

No exercício da função de Pesquisador da Escola de Serviço Social da UFRJ, as pessoas e /ou agentes realizam as atividades de Pós-graduação, Pesquisa e Produção intelectual através do Núcleo de Pesquisa GECEM, registrando-as em documentos, que formam os arquivos científicos. Estas mesmas pessoas e/ou agentes produzem, gerenciam e utilizam estes mesmos arquivos científicos.

Arquivos são gerados quando pessoas ou organizações desempenham funções e realizam atividades. Não é irracional, de fato é extremamente útil, considerar as funções por si só como entidades propriamente ditas – entidades que requerem descrições separadas, com ligações tanto para os documentos que documentam o exercício da função quanto para os produtores de documentos que a desempenham (CUNNINGHAM, 2007, p. 87).

Nesta perspectiva, a Figura 9 mostra a representação da produção documental do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM, segundo Cunningham (2007):

Figura 9 - Representação da Produção documental do Arquivo Científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ



Fonte: CUNNINGHAM, 2007, p.88.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Para Samuels (2007, p.75), “os arquivistas precisam tanto do conhecimento da extensão da amplitude das funções exercidas por sua instituição, quanto de uma compreensão da natureza dos testemunhos dessas funções”. No caso específico, dos arquivos científicos, a compreensão da natureza dos testemunhos está no estudo do exercício da função de Pesquisador e da sua área de conhecimento.

Na sistematização da Identificação Arquivística, iniciada com o estudo do órgão produtor no nível mais alto da organização administrativa interna da UFRJ, passando em seguida para o nível menor de órgão produtor (a Escola de Serviço Social), os estudos são direcionados para as áreas de análise do conjunto de organismos referentes à Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ, visto que são elas que participam do desenvolvimento das ações e que ajudam a explicar como e por que os documentos foram produzidos. Ao recorrer aos instrumentos de Identificação Arquivística e aplicá-los às competências, funções e atividades de cada estrutura, é possível relacioná-los ao exercício da função de pesquisador da UFRJ e reconhecer a importância do estudo das funções no contexto de produção dos arquivos científicos na universidade.

No Quadro 27, referente ao exercício da função de pesquisador do Núcleo GECEM, temos as funções específicas da área do Serviço Social, em alinhamento com as atividades de pesquisa, produção intelectual e de pós-graduação referentes ao pesquisador da UFRJ. O Núcleo de Pesquisa GECEM é representado como uma tarefa, seguindo a metodologia, desenvolvida de acordo com as funções e atividades, e no decorrer deste processo são produzidos os documentos, como por exemplo o projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*, a tipologia documental.

No final desta análise, percebe-se o desencadeamento das ações e o testemunho dos atos e fatos contidos no documento materializado, ou seja, na tipologia documental do arquivo científico.

6 ESTUDO DE CASO DA “SIMBIOSE INDIVISÍVEL ENTRE O PRODUTOR – CONTEXTO – GÊNESE – FUNÇÃO”

Bellotto no texto “Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho”, demonstra a importância da análise profunda do documento de arquivo “desde a sua razão de ser até o seu destino final na sociedade” (2010, p.161) e, portanto, é necessário refletir “sobre a trajetória do documento nessa mesma sociedade e sobre a relação dos profissionais de arquivo com seu principal objeto de trabalho”

Segundo Bellotto:

[...] é conveniente decodificar esse enunciado: gênese, função, informação e testemunho, partindo da premissa de que a qualidade primordial do documento de arquivo, a sua função primeira, que é de ser prova. E consegue ser prova justamente por causa da **simbiose indivisível entre o produtor – contexto – gênese – função** (BELLOTTO, 2010, p.161, grifo nosso).

Esta simbiose de produtor, contexto, gênese e função, apontada por Bellotto e título deste capítulo, refere-se ao momento mais importante nesta proposta de estudar o contexto de produção dos documentos do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ à luz da Identificação Arquivística, da Diplomática e da Tipologia Documental. Nesse sentido, a partir deste capítulo verificaremos na associação dessas metodologias a simbiose da qual Bellotto se refere.

Independentemente do caminho percorrido para o estudo do documento de arquivo – tendo sido iniciado pela entidade produtora, que é a metodologia da Identificação Arquivística; ou a partir da Diplomática ou da Tipologia Documental onde o elemento inicial é o próprio documento.

Como enfatiza Bellotto – o resultado será o mesmo:

Chegar-se-á ao ponto de encontro desejado entre documento (suporte, meio, contextualização) e sua função (aquilo que se pretende ao emitir-se o documento). É preciso que se dê a interação entre a especificidade de um ato e o tipo documental adequado para sua concretização, seja a sua finalidade dispositiva, probatória ou informativa (BELLOTTO, 2008, p.75) .

Uma vez concluídos os estudos de órgão produtor e do exercício da função de pesquisador do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ, passamos para a fase de estudo de caso em uma amostra do arquivo, tendo como ponto de partida a análise crítica da Diplomática e a análise da Tipologia Documental com vistas a concluir todo o processo de normalização dos procedimentos da Identificação Arquivística para este arquivo.

6.1 A amostra

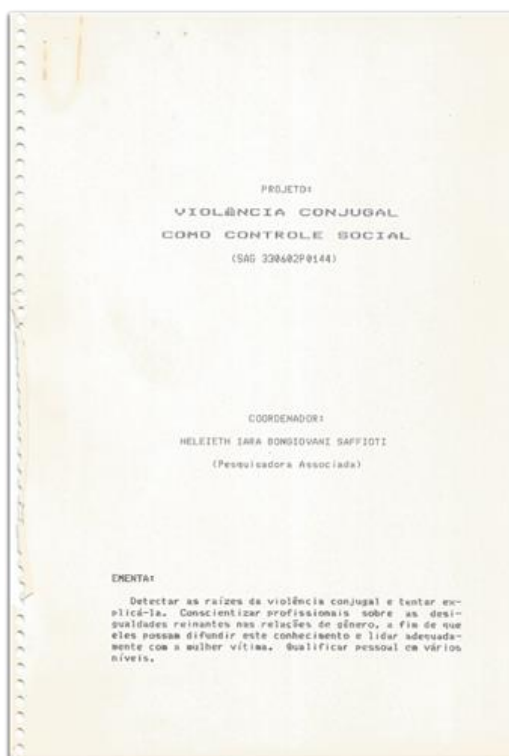
O estudo de caso será realizado com documentos da pesquisa propriamente dita do Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*, um dos seis projetos do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ. Neste recorte estão contidos os documentos relacionados aos procedimentos específicos do projeto de pesquisa selecionado.

A justificativa para a escolha desta amostra dá-se pelo critério de representatividade deste projeto no contexto do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ.

O Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* foi um dos primeiros projetos integrados ao Núcleo, um desdobramento da Linha de Pesquisa Relações de Gênero da Escola de Serviço Social que impulsionou os estudos e as atividades acadêmicas na área de gênero e direitos humanos, seja no ensino de graduação, de extensão e pesquisa. Esta amostra representa uma parte do universo dos estudos do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ, que teve como objetivo detectar as raízes da violência conjugal e tentar explicá-la, além de conscientizar os profissionais sobre as desigualdades reinantes nas relações de gênero, de modo a que eles possam difundir tal conhecimento e lidar adequadamente com a mulher vítima.

Desta forma, consideramos que este recorte representa uma parte significativa do escopo da temática “gênero, etnia, classe, estudos multidisciplinares” no âmbito deste núcleo de pesquisadores da Escola de Serviço Social, sendo ainda importante para a elaboração da análise Tipológica da Arquivologia. Segue abaixo a imagem da amostra:

Figura 10 - Capa do Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*



Fonte: BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4(Doc.1)

6.2 “A forma de um documento revela e perpetua a função a que serve”

“A forma de um documento revela e perpetua a função a que serve”, (DURANTI, (2015, p.197). Nesta observação, a autora afirma que a metodologia desenvolvida pelos diplomatas antigos permite analisar e compreender as formas documentais, as ações administrativas e as funções que deram origem à produção documental.

Para Duranti (2015, p.197):

Esta metodologia baseou-se no entendimento de que, apesar das diferenças quanto à origem, procedência ou data, todos os documentos apresentam formas bastante semelhantes para possibilitar a concepção de uma forma documental típica, ideal, mais regular e completa, com o propósito de examinar todos os seus elementos (DURANTI,2015, p.197).

Duranti (2015), ao enfatizar que apesar das diferenças quanto à origem, procedência ou data, todos os documentos apresentam formas bastante semelhantes, fundamenta o nosso argumento de utilizar a metodologia da análise crítica da Diplomática para compreender e examinar os elementos extrínsecos e intrínsecos de um documento produzido nas atividades de pesquisa da universidade, conforme quadro a seguir.

Quadro 29 - Análise crítica da Diplomática: Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* (1)

(Continua)

ELEMENTOS EXTRÍNSECOS	
<i>Suporte</i>	Documento em papel
<i>Texto</i>	Forma documental: Projeto de pesquisa; A maioria das páginas sem numeração; Itens principais: Capa (Nome do projeto, nome do coordenador e ementa); Corpo do documento (Metodologia, resultados previstos, proposta de intervenção); possui notas de rodapé.
<i>Linguagem</i>	Linguagem de um profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para o seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício da cidadania; identifica demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social. (BRASIL, 2001, p.13)
<i>Sinais especiais</i>	Por ser o documento em papel em formulário contínuo para impressora matricial; possui caracteres de impressão diferenciados dos atuais; as margens sem alinhamento bem definido; linhas ultrapassam as folhas seguintes e as algumas margens ficam próximas aos furos laterais, páginas não sequenciais.
<i>Anotações</i>	BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 (Doc.1)

Quadro Longo (Dividido).

Fonte: DURANTI, 2015, p. 209-210; BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 (Doc.1).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 29 - Análise crítica da Diplomática: Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* (2).....

(Continua)

ELEMENTOS INTRÍNSECOS	
Protocolo	<p>Titulação: (Corresponde ao cabeçalho, são incluídos nome e endereço de quem produziu ou autor do documento) Projeto de pesquisa <i>Violência conjugal como controle social</i>, s/data. Coordenador: Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (Pesquisadora Associada)</p> <p>Subscrito:(Ação do documento): Atividades de Pesquisa e produção intelectual sobre a violência conjugal na sociedade. De acordo com o projeto de pesquisa: “Detectar as raízes da violência conjugal e tentar explica-la. Conscientizar profissionais sobre as desigualdades reinantes nas relações de gênero, a fim de que eles possam difundir este conhecimento e lidar adequadamente com a mulher vítima. Qualificar pessoal de vários níveis”. (Ementa localizada na parte inferior da capa)</p>
Texto	<p>Preâmbulo: (O motivo ideal da ação) Um rigoroso balizamento teórico da temática requererá procedimentos refinados, quer a nível da abstração, quer do trabalho de campo</p> <p>Notificação: (comunicar a todos que tem interesse na ação) A equipe de pesquisadoras e bolsistas da Escola de Serviço Social</p> <p>Exposição: (as circunstâncias que deram origem à ação e/ou ao documento) Metodologia: 1. Trabalhos ensaísticos e empíricos; 2.Trabalhos de natureza teórica sobre temas pertinentes à questão da violência conjugal, tais como: ideologia, direitos humanos, cultura, identidade; 3.Escrutínio das metodologias qualitativas de ponta no seio das ciências humanas em geral, especialmente das Ciências Sociais.</p> <p>Disposição: (Vontade ou julgamento do autor) Discutir sobre o patriarcado; contribuir para reformulação de conceitos; procurar adentrar a produção antropológica, rica em trabalhos sobre o assunto; analisar conjuntamente os temas em suas correlações (raça/etnia e classe social, raça/etnia e gênero, classe social e gênero).</p>
Escatocolo	<p>Corroboração: (meios utilizados para validar o documento) Segundo a natureza deste documento os meios utilizados para concluir os objetivos da pesquisa, são: “A população feminina vítima de violência conjugal é desconhecida em sua magnitude e localização. Desta maneira, não seria possível, dados os gastos com tempo e numerário que isto implicaria, amostrar a violência conjugal praticada. Isto posto, optou-se por estudar, preponderantemente, a violência conjugal denunciada. Neste sentido, a descoberta dos casos que fornecerão o material primário dar-se-á nas delegacias Especializadas de Atendimento à mulher em delegacias distritais e em varas criminais do Estado do Rio de Janeiro.</p>

Fonte: DURANTI, 2015, p. 209-210; BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 (Doc.1).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 29 - Análise crítica da Diplomática: Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* (3)

(Conclusão)

ELEMENTOS INTRÍNSECOS	
Pessoas	<p>Autor da ação: Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. Autor do documento: Heleieth Iara Bongiovani Saffioti Destinatário da ação: Pesquisadores e bolsistas da Escola de Serviço Social. Destinatário do documento: Alunos, pesquisadores e feministas; sociedade civil e representantes do aparelho de Estado; grupos organizados com interesse pela temática, categorias ocupacionais que atuam na área de socialização de crianças e adolescentes, profissionais que lidam diretamente com a problemática da violência contra a mulher, Assistentes Sociais, Policiais, psicólogos, outros profissionais que trabalham em delegacias de polícia, Secretaria de Estado e município do Rio de Janeiro, Conselhos dos Direitos Humanos da mulher a nível nacional, estadual e municipal. Escritor: Heleieth Iara Bongiovani Saffioti</p>
Qualificação da assinatura	Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, Pesquisadora Associada, Coordenadora
Tipo de ação	Pesquisa e produção intelectual sobre a violência conjugal.
Nome da ação	Pesquisa Violência conjugal como controle social
Relação entre documento e procedimento	O projeto de pesquisa é uma espécie documental que abarca procedimentos reflexivos e sistemáticos para o planejamento e o desenvolvimento da pesquisa na universidade. Estes procedimentos conduzem a uma cadeia de ações e, com isso a descoberta de novos fatos e informações que estimulam a produção de documentos de acordo com as atividades desenvolvidas pela área do conhecimento.
Tipo de documento	<p>Nome: Projeto de pesquisa <i>Violência conjugal como controle social</i> Natureza: Público⁴⁶ Função: exercício da função de pesquisador na Escola de Serviço Social da UFRJ Status: Original</p>
Descrição Diplomática	<p>Contexto: (ano, mês, dia, local): s/data, Escola de Serviço Social, campus da UFRJ da Praia Vermelha, Rio de Janeiro – RJ, Brasil Ação (pessoas, ato): Investigação do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ. Documento (nome da forma, natureza, função, status, suporte, quantidade): 1 Projeto de pesquisa, público, documento não-diplomático informativo⁴⁷, original, papel</p>

Fonte: DURANTI, 2015, p. 209-210; BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 (Doc.1).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

⁴⁶ É público porque participa de um processo pesquisa em uma universidade federal no exercício da função de pesquisador.

⁴⁷ Definição atribuída por Bellotto, 2002, p.81

Elaborar uma análise crítica Diplomática não é uma tarefa fácil e simples, segundo Camargo; Goulart (2007, p.66): “reconhecer a individualidade dos documentos não é tarefa simples, e suas razões são mais complexas do que a decantada escassez de recursos bibliográficos sobre a matéria”.

Nesta análise crítica Diplomática acima descrita, do documento Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*, podemos verificar e perceber, na forma documental, as regras de representação que foram utilizadas para a transmissão da informação no escopo de uma atividade de pesquisa na Escola de Serviço Social e, também, qual foi a função que determinou a produção deste documento no contexto do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ.

Para Duranti (2015, p.209), o objetivo de identificar os elementos extrínsecos e intrínsecos dos documentos é o de “colocar em relação direta os componentes simples da forma documental com os componentes específicos” e, com isso, identificar qual é “a direção da ação iniciada ou a qual documento se refere”; com isso, podemos compreender o contexto em que ele foi criado.

Neste aspecto, na análise crítica Diplomática sobre o Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*, faremos a seguir, algumas considerações vistas como necessárias.

Dos elementos extrínsecos que mais nos chamaram a atenção, destacamos primeiramente o *suporte*, que apresenta as seguintes características: documento em papel, impresso em formulário contínuo para impressora matricial contendo furos nas laterais, e papel amarelecido. Neste tipo de análise, pode-se reconhecer as técnicas utilizadas à época para a produção documental e, com isso, estabelecer a sua “procedência e testar sua autenticidade” (DURANTI, 2015, p.198).

No elemento extrínseco *texto*, percebe-se nas partes e/ou itens textuais o respeito ao modelo adotado para os projetos de pesquisa produzidos nas universidades, mesmo com partes faltantes no documento.

No outro elemento extrínseco, a *linguagem*, verificou-se a existência de um estilo acadêmico relativo a este grupo social nas formas de discurso e vocabulário. Por exemplo, o Assistente Social, de acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, é o profissional que atua nas expressões da questão social; formula e implementa propostas de intervenção para o seu enfrentamento; promove o exercício da cidadania e *identifica as*

demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social (BRASIL, 2001, p.13, grifo nosso).

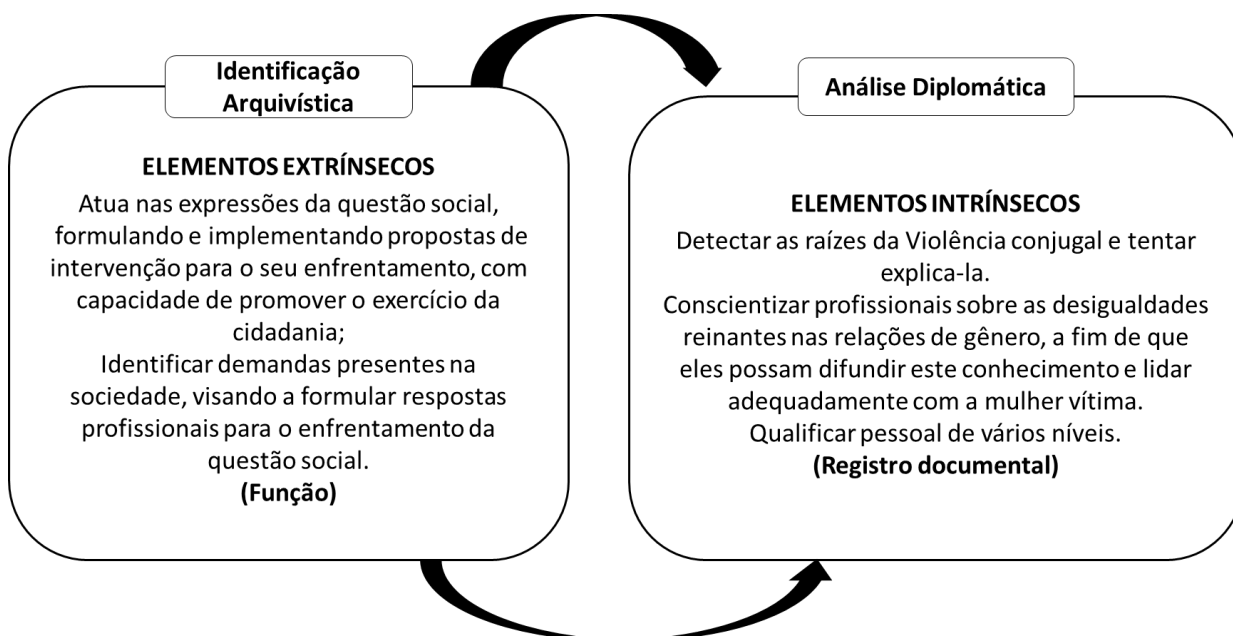
Os elementos extrínsecos *suporte, texto e linguagem* compõem os aspectos externos do documento e expressam o processo de configuração do Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* e, de certa forma, a maneira como o Assistente Social (agente produtor) registra a informação e a influência que a área do conhecimento tem nas ações e na produção documental.

Nos elementos intrínsecos, considerados como conteúdos essenciais da articulação intelectual da forma documental, percebe-se em cada elemento descrito nesta mostra, como preconizado por Duranti (2015), a materialidade da função nos documentos através de suas formas.

Por exemplo, no primeiro elemento intrínseco *protocolo*, na subseção *subscrito*, que se refere à ação do documento, temos uma pesquisa sobre as raízes da violência conjugal na sociedade. O segundo elemento intrínseco *texto*, na subseção *notificação*, comunica os interessados e as pessoas envolvidas na ação, que neste caso é a equipe de pesquisadoras e bolsistas da Escola de Serviço Social.

Outro dado interessante nesta análise é a verificação da convergência entre a Identificação Arquivística e a análise Diplomática. Neste aspecto torna-se clara a vinculação dos elementos referentes ao exercício da função do pesquisador concretizada no registro documental. Por exemplo, o elemento extrínseco da *linguagem*, apresentado anteriormente como a forma de discurso e vocabulário para o profissional da área do Serviço Social, foi retirado do campo “função” referente à análise do Quadro 27 - Exercício da Função de Pesquisador do Núcleo GECM, aplicado no capítulo 5. Esta função do pesquisador converge com o elemento intrínseco *protocolo*, fundamentando a função para a qual o documento foi produzido, conforme está registrado na Figura 11 a seguir:

Figura 11 - Convergência da Identificação Arquivística e a análise da Diplomática



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

As demais seções referentes aos elementos intrínsecos complementam a análise crítica da Diplomática da forma documental, atestando e decodificando as partes do documento. Com isso, são identificadas as relações dos componentes simples da forma documental com os componentes específicos da transação administrativa e técnica do produtor do documento do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ.

No aspecto sobre a importância dos elementos intrínsecos do documento, Bellotto (2002) considera que estes elementos “tem a ver com o conteúdo substantivo, seu assunto propriamente dito, assim como com a natureza da sua proveniência e função” (BELLOTTO, 2002, p.24-25).

Para Bellotto (2002, p.13) “não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação”. Acreditamos que essa definição se aplica ao contexto administrativo e técnico em que foram produzidos os documentos nas atividades de pesquisa e produção intelectual do documento analisado.

Nesta linha de pensamento sobre o contexto administrativo e técnico da produção documental em atividades de pesquisa e produção intelectual na universidade, observa-se a importância da denominação da espécie “projeto de pesquisa”, nomenclatura que já faz parte do rol de espécies documentais no âmbito da universidade. Para o CNPq, projeto de pesquisa é

uma “investigação com início e final definidos, fundamentada em objetivos específicos, visando a obtenção de resultados, de causa e efeito ou colocação de fatos novos em evidência⁴⁸”. Portanto, esta análise pode ser adaptável para o estudo de projetos de pesquisa referentes a outras áreas na universidade.

Outro aspecto que deve ser observado refere-se à convergência do ato administrativo e do ato técnico⁴⁹ dentro da área do conhecimento abrangido pela espécie documental, projeto de pesquisa, e da tipologia documental o Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*.

Assim, para finalizar este tópico, concluímos que o Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* cumpre a natureza administrativa e técnica necessária para o desenvolvimento de uma pesquisa de cunho científico e acadêmico na área de Serviço Social no exercício da função de pesquisador na Escola de Serviço Social, conforme as regras e usos da UFRJ.

6.3 A Prova da ação e da função/atividade

Resumidamente, Bellotto (2014, p.349) diz: “em poucas palavras, tipologia é o estudo dos tipos documentais (aliando Arquivística e Diplomática)”

Tipos documentais representam a união entre a função administrativa e o documento que a registra e que induza que ela se cumpra. Se a espécie documental é a configuração que assume o documento segundo a sua finalidade, o tipo documental é a configuração que ela assume segundo a atividade que a gerou. Os estudos de tipologia enquadram-se na moderna Arquivística: o documento captado no seu conjunto genético, que representa o funcionamento de determinada administração, em determinado período (BELLOTTO, 2014, p.347).

Neste tópico, desenvolveremos o estudo da análise tipológica com as contribuições do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais de Madri (QUADRO 8) e da professora canadense Louise Gagnon-Arguin (QUADRO 9), que foram definidas na revisão de literatura do capítulo 4.

⁴⁸ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

⁴⁹ Técnico: relativo a uma arte, profissão, ofício ou ciência. (HOUAISS, 2004, p.710).

Quadro 30 - Análise da Tipologia Documental: Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* (1)

(Continua)

MODELO LOUISE GAGNON-ARGUIN
1) Denominação do tipo documental e sua categoria: Espécie documental: Projeto ⁵⁰ de Pesquisa ⁵¹ Tipo documental: Projeto de pesquisa violência conjugal como controle social
2) Contexto de criação: Proveniente da Linha de Pesquisa ⁵² Violência nas relações de gênero da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), este projeto de pesquisa foi elaborado pela Profa. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, Pesquisadora Associada e desenvolvido pelos integrantes do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ Este Projeto de Pesquisa tinha como objetivo detectar as raízes da violência conjugal e tentar explicá-la, além de conscientizar os profissionais sobre as desigualdades reinantes nas relações de gênero, de modo a que eles pudessem difundir tal conhecimento e lidar adequadamente com a mulher vítima. Qualificar pessoal em vários níveis.
3) Definição: Tipo documental onde estão reunidas as informações referentes ao Projeto de pesquisa <i>Violência conjugal como controle social</i> , caracterizando-se como um planejamento das ações a serem desenvolvidas na realização do trabalho de pesquisa dentro do escopo do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ
4) Conteúdo: Título da pesquisa; coordenador; ementa; pequena introdução; metodologia; resultados previstos e proposta de intervenção.
5) Condições de validade (vigência): De acordo com a Tabela de Temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES): Código: 230 Projetos de pesquisa. 231 Proposição, prazo de guarda, Permanente (eliminar as propostas não aprovadas após 2 anos). 232 Avaliação. Resultados - prazo de guarda Permanente (eliminar os relatórios parciais, cujas informações encontram-se recapituladas nos relatórios finais). (ARQUIVO NACIONAL, 2011, p.23)
6) Funções: No exercício da função de Pesquisador do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ são atribuídas as seguintes funções: Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para o seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício da cidadania; identificar demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social; coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; dirigir e coordenar núcleos de pesquisa em Serviço Social; coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social, no desenvolvimento das atividades de pesquisa, produção intelectual e de pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Quadro longo (Dividido).

Fonte: BELLOTTO, 2002, p.100-101; ARQUIVO NACIONAL, 2011, p.23; BRASIL, (1953, 1962, 1965, 1968, 1993, 2001, 2012); CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014; BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 (Doc.1).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

⁵⁰ A espécie documental “Projeto” é definida como: ‘documento não-diplomático informativo. Esquema de um empreendimento a ser realizado comportando planejamento, pesquisa, preparo e elaboração. Pode ser arquitetônico, educacional, técnico, científico, artístico etc’. (BELLOTTO, 2002, p.81)

⁵¹ Para o CNPq, **Projeto de pesquisa** é a investigação com início e final definidos, fundamentada em objetivos específicos, visando a obtenção de resultados, de causa e efeito ou colocação de fatos novos em evidência. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

⁵² Segundo o CNPq: **Linha de pesquisa** representa temas aglutinadores de estudos científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidades entre si. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

Quadro 30 - Análise da Tipologia Documental: Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* (2)

(Conclusão)

MODELO LOUISE GAGNON-ARGUIN**7) Conservação:** Bom estado de conservação.**8) Autoria responsável:** Profa. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (Pesquisadora Associada)**9) Documentos conexos com o tipo estudado:** Roteiro de entrevista para mulher vítima de agressões físicas; diários de campo dos pesquisadores, histórias de vida das mulheres vítimas de violência; análises das categorias; tabela de contingência dos roteiros de entrevistas; categorias para as falas das assistentes sociais; categoriais para seleção de falas dos policiais; categorias para falas dos agressores.**10) Leis:****Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.** Dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais;**Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962.** Regulamenta a Lei Nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, Que Dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social;**Lei nº 4.881-A, de 06 de dezembro de 1965.** Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior**Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior;**Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social.**Lei nº 9394, de 23 de dezembro de 1996.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 03 de abril de 2001.** Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.**Resolução nº CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011.** Código de Ética do Assistente Social.**Portaria nº 09, de 23 de setembro de 2011, Arquivo Nacional,** Código de Classificação e A Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES);**Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre a Estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.**Resolução nº 8, de 11 de setembro de 2014.** Estabelece normas e critérios para o desenvolvimento na carreira de Magistério Federal da UFRJ.

Fonte: BELLOTTO, 2002, p.100-101; ARQUIVO NACIONAL, 2011, p.23; BRASIL, (1953, 1962, 1965, 1968, 1993, 2001, 2012); CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014; BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 (Doc.1).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Quadro 31- Análise da Tipologia Documental: Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* (1)

(Continua)

MODELO ARQUIVOS MUNICIPAIS DE MADRI
<p>Tipo Projeto de pesquisa <i>Violência conjugal como controle social</i></p> <p>1.) Projeto de pesquisa é a investigação com início e final definidos, fundamentada em objetivos específicos, visando a obtenção de resultados, de causa e efeito ou colocação de fatos novos em evidência⁵³.</p> <p>1.) Caracteres externos (gênero: documento textual; suporte: papel; formato: papel de formulário contínuo para impressora matricial).</p>
<p>2) Código: BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4.</p>
<p>3) Entidade produtora acumuladora [atribuições]. Suas subdivisões correspondem, em geral, às funções, se for o caso.</p> <p>Produzido no exercício da função de pesquisador nas atividades de pesquisa, produção intelectual no Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECM), da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).</p>
<p>4) [Atividade (s) que gera (m) o tipo documental em foco]: Atividades de pesquisa, produção intelectual e de pós-graduação.</p>
<p>5) Legislação que cria a entidade e a função/atividade que originará a série:</p> <p>Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais;</p> <p>Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. Regulamenta a Lei Nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, Que Dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social;</p> <p>Lei nº 4.881-A, de 06 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior</p> <p>Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior;</p> <p>Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social.</p> <p>Lei nº 9394, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</p> <p>Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 03 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.</p> <p>Resolução nº CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011. Código de Ética do Assistente Social.</p> <p>Portaria nº 09, de 23 de setembro de 2011, Arquivo Nacional, Código de Classificação e A Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES);</p> <p>Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a Estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.</p> <p>Resolução nº 8, de 11 de setembro de 2014. Estabelece normas e critérios para o desenvolvimento na carreira de Magistério Federal da UFRJ.</p>

Quadro longo (Dividido)

Fonte: BELLOTTO, 2002, p. 96-97; ARQUIVO NACIONAL, 2011, p.23; BRASIL, (1953, 1962, 1965, 1968, 1993, 2001, 2012); CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014; BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 (Doc.1).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

⁵³ Definição do CNPq, disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

Quadro 31 - Análise da Tipologia Documental: Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* (2) (Conclusão)

MODELO ARQUIVOS MUNICIPAIS DE MADRI

6) Tramitação.

Projeto de pesquisa elaborado pela Profa. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, Pesquisadora Associada, proveniente da Linha de Pesquisa Violência nas relações de gênero da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e desenvolvido pelos integrantes do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ

7) Conteúdo

Título da pesquisa; coordenador; ementa; pequena introdução; metodologia; resultados previstos e proposta de intervenção.

8) Vigência:

De acordo com a Tabela de Temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES):

Código: **230** Projetos de pesquisa:

231 Proposição, prazo de guarda, Permanente (eliminar as propostas não aprovadas após 2 anos).

232 Avaliação. Resultados - prazo de guarda Permanente (eliminar os relatórios parciais, cujas informações encontram-se recapituladas nos relatórios finais).

(ARQUIVO NACIONAL, 2011, p.23)

Fonte: BELLOTTO, 2002, p. 96-97; ARQUIVO NACIONAL, 2011, p.23; BRASIL, (1953, 1962, 1965, 1968, 1993, 2001, 2012); CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014; BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 (Doc.1).

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Diante das análises tipológicas acima descritas, podemos concluir que ambas se convergem ou se complementam em cada um dos elementos representados pelos autores, cabendo ao arquivista a escolha de um dos modelos propostos para a análise da Tipologia Documental.

Para efeito da proposta de modelo de normalização de procedimentos, selecionamos quinze itens das duas análises tipológicas aplicadas, permitindo, com isso, o desenvolvimento de uma terceira análise com os elementos que estão relacionados à natureza de documentos produzidos em atividades de pesquisa:

- 1) Denominação do tipo documental e sua categoria
- 2) Contexto de criação;
- 3) Definição;
- 4) Conteúdo;
- 5) Entidade produtora acumuladora;
- 6) Atividade (s) que gera (m) o tipo documental em foco;
- 7) Funções;
- 8) Autoria responsável;
- 9) Tramitação;
- 10) Condições de validade (vigência);
- 11) Conservação;
- 12) Documentos conexos com o tipo estudado e que, juntamente a este, formam uma cadeia necessária e indispensável de informação. Podem ser anteriores, paralelos ou posteriores;
- 13) Código;
- 14) Legislação que cria a entidade e a função/atividade que originará a série;
- 15) Informações complementares.

O tipo documental, o Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*, representa a união entre a função administrativa e técnica (Pesquisa/Pós-Graduação/UFRJ/Área do Serviço Social), desenvolvida durante o exercício da função de pesquisador (agente produtor: Assistente Social) na Escola de Serviço Social e registradas em documentos (espécies e tipos documentais/arquivos científicos), que foram produzidos nas atividades de pesquisa e produção intelectual do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ, representando assim, a “simbiose indivisível entre o produtor – contexto – gênese – função”.

6.4 Identificação da Série Documental Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*

Para Rodrigues (2008), quando a série é definida corretamente, o arquivista pode realizar com segurança o tratamento técnico dos conjuntos documentais em qualquer fase do seu ciclo de vida. Com a proposta de normalização da Identificação Arquivística desta investigação, resolvemos realizar a identificação da série documental deste arquivo, por considerar a representatividade deste tipo documental, o Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*, e por ser formado por “documentos conexos com o tipo estudado e que, juntamente a este, formam uma cadeia necessária e indispensável de informação” (BELLOTTO, 2002, p.100), não devendo ser separados porque correspondem a um trâmite administrativo e técnico que deve ser respeitado, ou seja, a ordem natural dos documentos.

Além disso, o Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* é um tipo documental que tem origem em uma mesma função, ou seja, no exercício da função de pesquisador do Núcleo de Pesquisa GECM.

Segundo Sierra Escobar (2004), contar com uma proposta metodológica que facilita a denominação de séries e subséries documentais, tanto para fundos abertos, fechados ou acumulados, constitui-se como ponto de partida para a comunidade arquivística responder as necessidades organizacionais, quando os arquivistas são requisitados para o desenvolvimento de tabelas de classificação documental. Além disso, o seu desenvolvimento constitui-se como uma peça fundamental para a implantação do processo de normalização de parâmetros, o que garante aos usuários a aplicação dos mesmos critérios nos mesmos casos ou sobre os mesmos documentos.

Embasados nas ideias de Sierra Escobar, elaboramos uma ficha de identificação de série documental: Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*, como proposta de modelo de normalização de procedimentos para classificação, ou seja, uma “*herramienta archivística, que para el caso de estudio es el primer borrador del cuadro de clasificación Documental CCD*” (SIERRA ESCOBAR, 2004, p.54).

Quadro 32 - Ficha de identificação de série documental: Projeto de pesquisa Violência conjugal como controle social

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE SÉRIE DOCUMENTAL
<p>Denominação da série: Projeto de pesquisa <i>Violência conjugal como controle social</i></p>
<p>Departamento Produtor: Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECCEM), da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</p>
<p>Regulamentos que afetam a série: Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais; Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. Regulamenta a Lei Nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, Que Dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social; Lei nº 4.881-A, de 06 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior; Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social. Lei nº 9394, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 03 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Resolução nº CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011. Código de Ética do Assistente Social. Portaria nº 09, de 23 de setembro de 2011, Arquivo Nacional, Código de Classificação e A Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES); Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a Estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Resolução nº 8, de 11 de setembro de 2014. Estabelece normas e critérios para o desenvolvimento na carreira de Magistério Federal da UFRJ.</p>
<p>Documentos que integram a série: Roteiro de entrevista para mulher vítima de agressões físicas; Diários de campo dos pesquisadores; Histórias de vida das mulheres vítimas de violência; Análises das categorias; Tabela de contingência dos roteiros de entrevistas; Categorias para as falas das assistentes sociais; categoriais para seleção de falas dos policiais; Categorias para falas dos agressores.</p>
<p>Série que contenham informações complementares: Projeto de Pesquisa Violência Doméstica: questão de polícia e sociedade; Projeto de Pesquisa Literatura Infantil e Livros Didáticos: um estudo sobre ideologia de gênero, classe, raça/etnia em escolas do município do Rio de Janeiro; Projeto de Pesquisa Família: a violência silenciosa; Projeto de Pesquisa Violência contra mulheres de diferentes classes sociais na relação conjugal; Projeto de Pesquisa Negociando a lei, construindo identidades</p>
<p>Datas-limite da série: 1989-2002</p>

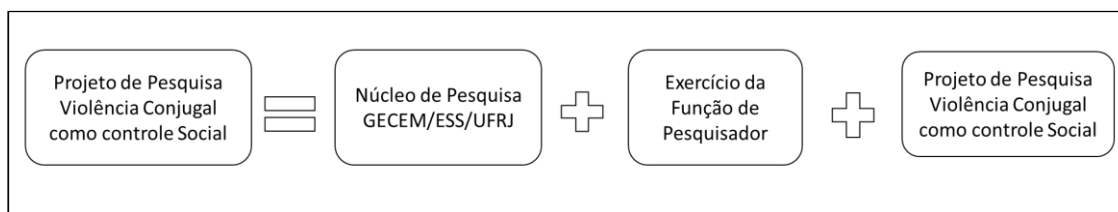
Fonte: SIERRA ESCOBAR, 2004, p.56; BRASIL, (1953, 1962, 1965, 1968, 1993, 2001, 2012); CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Nesta ficha de identificação da série documental acima descrita, podemos reproduzir a fórmula: Série = sujeito produtor + função + tipo documental (LA TORRE MERINO;

MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, P.20, tradução e grifo nosso), Na Figura 12 abaixo da Série Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*:

Figura 12 - Fórmula da Série Documental



Fonte: LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p.20.

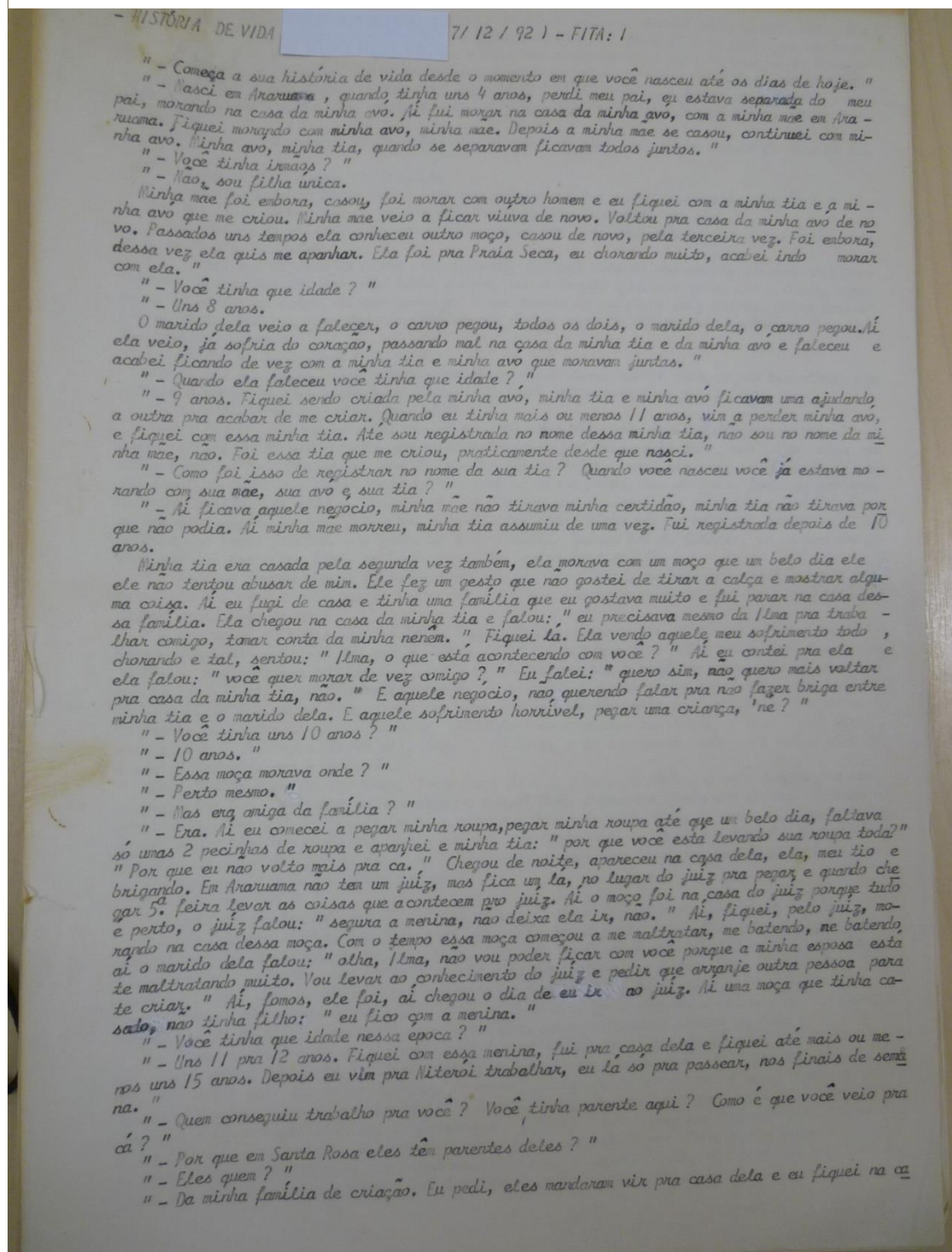
Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

De acordo com Sierra Escobar, podemos afirmar que as séries estão conformadas por tipos documentais que podem ser singulares, quando se trata de um só documento, ou compostas, quando estão integradas por vários documentos, e não devem ser separadas, porque correspondem a um trâmite administrativo, devendo-se ainda respeitar a ordem natural dos documentos. (SIERRA ESCOBAR, 2004, p.52-53, tradução nossa)

Diante disso, o Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* é um tipo documental composto, integra vários documentos, que não devem ser separados, pois correspondem a um trâmite administrativo e técnico, respeitando-se ainda a ordem natural dos documentos. Para Sierra Escobar (2004, p.52, tradução nossa), “pode haver tantos tipos documentais quanto atividades realizadas no percurso de um trâmite”.

Complementando esta fundamentação de tipo documental composto, desenvolvemos a análise tipológica em um dos documentos que integram a série documental do projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*, selecionado no instrumento de identificação de série documental: o documento História de vida de mulher vítima de violência. Apresentando na Figura 13 a imagem do tipo documental propriamente dito; no Quadro 33 a aplicação do instrumento de Identificação Arquivística: Ficha de Identificação de Tipologia Documental e por último na Figura 14 a imagem inscrita no documento, referente ao procedimento contido na metodologia do projeto de pesquisa, refletindo, com isso, a gênese deste tipo documental.

Figura 13 - Tipo documental: História de vida de mulher vítima de violência



Fonte: BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4.

Quadro 33 - Ficha de Identificação de Tipologia Documental: História de vida de mulher vítima de violência

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL			
Órgão produtor e subordinação Núcleo de Pesquisa Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares (GECEM), da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).			
Atividade Exercício da função de pesquisador nas atividades de pesquisa, produção intelectual e de pós-graduação			
Tipo documental História de vida de mulher vítima de violência			
Objetivo da produção Detectar as raízes da violência conjugal e tentar explicá-la, além de conscientizar os profissionais sobre as desigualdades reinantes nas relações de gênero, de modo a que eles pudessem difundir tal conhecimento e lidar adequadamente com a mulher vítima. Qualificar pessoal em vários níveis.			
Conteúdo (dados que se repetem)			
Fundamento legal Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953; Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962; Lei nº 4.881-A, de 06 de dezembro de 1965; Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968; Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993; Lei nº 9394, de 23 de dezembro de 1996; Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 03 de abril de 2001; Resolução nº CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011; Portaria nº 09, de 23 de setembro de 2011; Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; Resolução nº 8, de 11 de setembro de 2014.		Documentos anexos Roteiro de entrevista para mulher vítima de agressões físicas; Diários de campo dos pesquisadores; Análises das categorias; Tabela de contingência dos roteiros de entrevistas	
Tramitação (Conteúdo do Projeto de pesquisa <i>Violência conjugal como controle social</i>) A técnica da entrevista semiestruturada parece ser mais conveniente para esta pesquisa. Construir-se-á um roteiro pelo entrevistador, [...] o roteiro incluirá perguntas que só admitem respostas fechadas e perguntas que necessariamente deixam liberdade ao (à) entrevistado (a). Para garantir a fidedignidade do material, as entrevistas serão gravadas e transcritas. [...] A partir da leitura das entrevistas com mulheres fisicamente agredidas por seus companheiros, selecionar-se-á, um número restrito de informantes, que constituirão a amostra de uma fase mais da investigação. Trata-se, neste segundo momento, de reconstruir as histórias de vida destas, através de múltiplas entrevistas não-estruturadas, realizadas na moradia das informantes, [...] procurar-se-ão reconstruir verbalmente os relacionamentos que ela manteve nas diferentes etapas de sua vida. Em todas as situações de entrevistas - semiestruturada, de entrevista não-estruturada, de grupo de reflexão – as pesquisadoras poderão fazer uso de fotografias, imagens e notícias veiculadas em revistas e jornais. Farão uso, também, do diário de campo, procurando registrar gestos, atitudes, tom de voz, etc. que possam enriquecer de dados”			
Vias/cópias: 1 original	Destino: (Órgão ou pessoa)	Objetivo	Quem assina
Prazo de arquivamento sugerido: Permanente		Destinação: () eliminar (x) preservar	
Entrevistado: pesquisadora do Núcleo GECEM/ESS/UFRJ	Entrevistador: a autora da pesquisa	Data: 16/03/2017	

Fonte: RODRIGUES, 2012, p.208; BRASIL, (1953, 1962, 1965, 1968, 1993, 2001, 2012); CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2014.; BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4.

Nota: Dados trabalhados e adaptados pela autora.

Para Bellotto (2002), cada setor ou instância administrativa possui um rol de espécies documentais que as correspondem.

A espécie documental, enquanto expressão Diplomática, caracteriza um documento-indivíduo, tem uma denominação imutável ligada à sua estrutura semântica de redação imutável, vale individualmente em seu valor primário (que corresponde às razões de sua criação) e define-se nas instâncias jurídico-burocráticas, nos gabinetes, nas secretarias, nos cartórios e, anteriormente, na administração colonial, nas chancelarias (BELLOTTO, 2002, p27-28).

Neste aspecto do contexto do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ, temos como exemplo de documento-indivíduo, *História de vida de mulher vítima de violência*, denominação ligada à estrutura semântica da redação, neste caso ligada ao campo de estudo do Serviço Social. A atividade que deu origem ao documento é um desdobramento da entrevista técnica⁵⁴, que tem como intuito compor a história de vida da entrevistada, orientar o diagnóstico e definir os procedimentos metodológicos a serem adotados. Este é o seu valor primário, que corresponde às razões de sua criação.

Em busca da lógica orgânica dos conjuntos documentais, não há como escapar do esforço de tipificação que procura amalgamar o conhecimento da estrutura formal dos atos escritos, obedientes a modelos legitimados do ponto de vista administrativo e jurídico, ao conhecimento das atividades que lhes deram origem e que justificam sua funcionalidade básica: dispor, obrigar, conceder direitos, comunicar, provar, informar e testemunha (VÁSQUEZ⁵⁵, 1988 *apud* CAMARGO; GOULART, 2007, p.66).

Diante disso, definimos a espécie documental *História de vida* como um documento produzido no decorrer da entrevista técnica do pesquisador em Serviço Social, que visa compor e registrar a história de vida do entrevistado para orientar o diagnóstico e definir os procedimentos metodológicos a serem adotados.

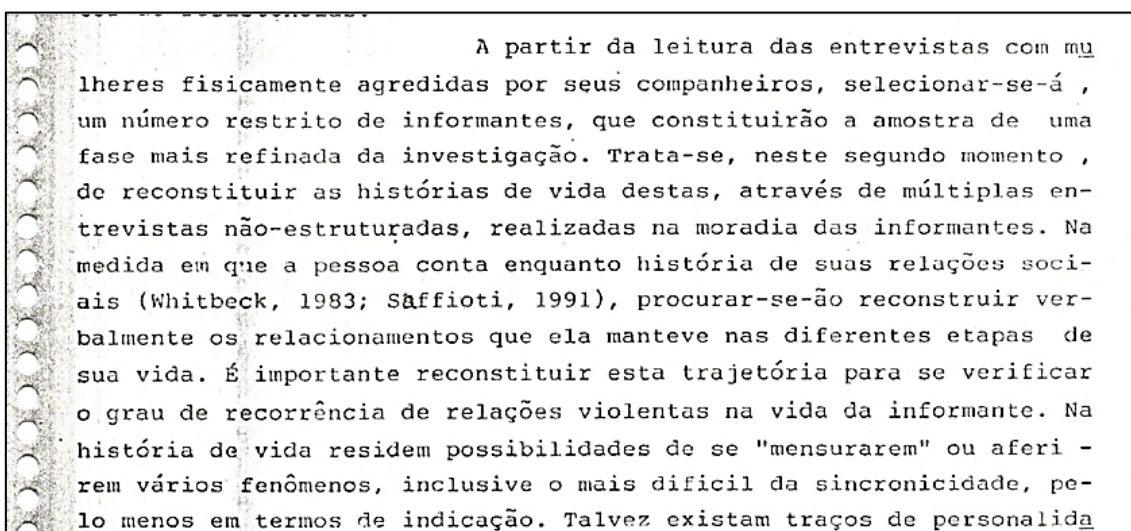
E o tipo documental, *História de vida de mulher vítima de violência*, uma configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade de pesquisa que o gerou, ou seja, o registro da história de vida de uma mulher que foi vítima de violência. Este tipo documental integra a série de documentos do Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* pertencente aos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ (BELLOTTO,

⁵⁴ De acordo com o Glossário da Assistência Social: Entrevista Técnica utilizada para, mediante consulta aos usuários, realizar levantamento e registro de informações, como: vulnerabilidades e demandas e contexto familiar e comunitário. Visa compor a história de vida, orientar o diagnóstico e definir os procedimentos metodológicos a serem adotados. Disponível em: <www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/319>. Acesso em: 29. Mar.2017.

⁵⁵ VÁSQUEZ, Manuel. *Estudio del caracter original de los documentos*. Córdoba: Dirección General de Publicaciones, 1988.

2002, p. 19, grifo nosso). Podemos verificar a gênese deste documento no procedimento contido no projeto de pesquisa na Figura 14 abaixo:

Figura 14 - Recorte do procedimento contido no projeto de pesquisa que reflete a origem do documento “História de Vida”



A partir da leitura das entrevistas com mu-
lheres fisicamente agredidas por seus companheiros, selecionar-se-á ,
um número restrito de informantes, que constituirão a amostra de uma
fase mais refinada da investigação. Trata-se, neste segundo momento ,
de reconstituir as histórias de vida destas, através de múltiplas en-
trevistas não-estruturadas, realizadas na moradia das informantes. Na
medida em que a pessoa conta enquanto história de suas relações soci-
ais (Whitbeck, 1983; Saffioti, 1991), procurar-se-ão reconstruir ver-
balmente os relacionamentos que ela manteve nas diferentes etapas de
sua vida. É importante reconstituir esta trajetória para se verificar
o grau de recorrência de relações violentas na vida da informante. Na
história de vida residem possibilidades de se "mensurarem" ou aferi-
rem vários fenômenos, inclusive o mais difícil da sincronicidade, pe-
lo menos em termos de indicação. Talvez existam traços de personalida

Fonte: Metodologia do Projeto Violência conjugal como controle social, BR RJ UFRJ CFCH ACC PA – NPG SÉRIE 4 (Doc.1).

Percebe-se neste instrumento de identificação da Tipologia Documental, Quadro 33, no campo tramitação, do tipo documental, História de vida de mulher vítima de violência que existe uma padronização para a produção documental científica na estrutura da universidade. Além disso, as práticas desenvolvidas nas atividades de pesquisa seguem procedimentos que, na maioria dos casos, estão contidos na metodologia do projeto de pesquisa, e não registradas no nível formal da estrutura jurídica-administrativa, das normas e regulamentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Para Leitão (1985, p.13), as atividades de pesquisa nas universidades não estão subordinadas a controles diretos de superiores – são submetidas “apenas a controles mais informais de seus pares”. Observa-se nesta questão as especificidades da produção documental dessas atividades no âmbito da universidade, e que muitas respostas sobre a natureza destes documentos estão registradas nos desdobramentos dos procedimentos contidos nos projetos de pesquisa.

Conforme demonstrado na análise Diplomática, o projeto de pesquisa é uma espécie documental que abarca procedimentos reflexivos e sistemáticos para o planejamento e o

desenvolvimento da pesquisa na universidade. Estes procedimentos conduzem a uma cadeia de ações e à descoberta de novos fatos e informações, estimulando, com isso, a produção de documentos de acordo com as atividades desenvolvidas pela área do conhecimento. É um contexto de produção documental na universidade, onde as tipologias documentais são criadas formando um rol de fontes primárias de pesquisa: os arquivos científicos.

Latour; Woolgar (1997) ao descreverem com detalhes o cotidiano e a produção dos fatos científicos num laboratório de Neuroendocrinologia em Instituto na Califórnia nos Estados Unidos, dizem:

Nossa pesquisa tem como finalidade abrir um caminho diferente: “aproximar-se da ciência, *contornar* o discurso do cientista, familiarizar-se com a produção dos fatos e depois voltar-se sobre si mesma, explicando o que fazem os pesquisadores, com uma metalinguagem que *não deixa nada a dever* à linguagem que se quer analisar. Em resumo, trata-se de fazer o que fazem todos os etnólogos, e de aplicar à ciência a deontologia habitual às ciências humanas: familiarizar-se com um campo, permanecendo independente dele e à distância (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p.26, grifo dos autores).

Reportando as ideias de Latour; Woolgar (1997) para a realidade dos arquivos científicos nas universidades e o papel do arquivista neste processo, podemos considerar que é necessário contornar o discurso do pesquisador (agente produtor) e nos familiarizar com a natureza destes arquivos e seu contexto de produção documental – e isso é possível com a aplicação teórica, conceitual e metodológica da Identificação Arquivística, da Diplomática e da Tipologia Documental.

6.5 A dinâmica do estudo

Antes de concluir, faremos um breve resumo dos principais pontos das discussões apresentadas nesta pesquisa.

O mapeamento dos documentos normativos, administrativos e técnicos que orientaram as atividades deste Núcleo de Pesquisa desenvolveu-se concomitantemente à sistematização metodológica da Identificação Arquivística, do órgão produtor e do exercício da função de Pesquisador no processo de produção documental.

Estes documentos normativos, administrativos e técnicos são as fontes de informação necessárias para o desenvolvimento metodológico do processo de identificação, e possuem categorias documentais específicas para cada conjunto documental a ser trabalhado.

Na aplicabilidade da metodologia da Identificação Arquivística, iniciada com o estudo do órgão produtor no nível mais alto da organização administrativa interna da UFRJ, passando em seguida para o nível menor de órgão produtor (a Escola de Serviço Social). Os estudos são direcionados para análise do conjunto de organismos referentes à Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ, visto que são elas que participam do desenvolvimento das ações e que ajudam a explicar como e por que os documentos foram produzidos. Este recorte da área de investigação delimita o ambiente hierárquico da produção do arquivo científico do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ e também do exercício da função de *Pesquisador* como o *agente produtor* (pessoa) deste acervo.

Neste delineamento de estudo dos órgãos produtores que participam do processo de produção documental foi possível identificar o elemento orgânico (estrutura administrativa) e o elemento funcional (competências, funções, atividades, tarefas) com a aplicação dos instrumentos da identificação. Nesta fase, é necessário reconhecer as ações de cada fonte de informação mapeada e distribuí-las nas categorias de competências, funções, atividades e tarefas. As ações são identificadas nos verbos discriminados no texto dos documentos, como por exemplo: propor, aplicar, orientar, dentre outros.

Os resultados destes estudos foram associados às análises Tipológicas e crítica da Diplomática, que demonstraram as relações das ações com as funções administrativas e técnicas registradas nos documentos e, conseqüentemente, o reconhecimento das categorias que distinguem estes documentos dos demais produzidos na universidade. Esta distinção refere-se à natureza técnica da área do conhecimento (Serviço Social) e das atividades de pesquisa atribuídas pela função (Pesquisador na Escola de Serviço Social), que situam estes documentos no contexto de sua produção e uso.

A partir do estudo da função de pesquisador, observa-se a vinculação específica da área do Serviço Social, em alinhamento com as atividades de pesquisa, produção intelectual e de pós-graduação referentes a este agente produtor no âmbito da UFRJ e, também, a sua aderência na caracterização da espécie documental e no estabelecimento do tipo documental.

O processo de recorrer aos instrumentos de Identificação Arquivística e aplicá-los às competências, funções e atividades de cada estrutura, permitiu relacioná-los ao exercício da função de pesquisador e reconhecer a importância do estudo das funções no contexto de produção dos arquivos científicos na universidade.

Examinar a organização universitária e os níveis hierárquicos das estruturas administrativas e de subordinação dos órgãos produtores responsáveis pela pesquisa na UFRJ, frente aos processos decisórios com suas competências, funções, atividades, acrescentadas as funções atribuídas pelo Pesquisador, explica “como e porque estes documentos foram produzidos e subsequentemente usados; o propósito ou papel que foram destinados a executar numa organização; como se ajustavam a essa organização e se ligavam a outros documentos” (CIA, 2007, p.11).

Este rol de operações metodológicas da Identificação Arquivística configurou-se como base para o desenvolvimento das análises Tipológica e crítica Diplomática na amostra da pesquisa propriamente dita: o Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*. Nessas análises, foi possível demonstrar e reconhecer a proveniência e ordem original dos documentos de arquivo produzidos no contexto do Núcleo de Pesquisa da Escola de Serviço Social.

Nesta perspectiva, o Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social* constitui-se como um documento criado em uma estrutura básica para o registro dos procedimentos das atividades de pesquisa para a função de pesquisador no Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ. Possui uma estrutura própria, procedimentos padronizados e o registro das funções/atividades de uma pesquisa institucional. Estes registros servem como controle dos atos e provas destas funções/atividades de pesquisa, ou seja, correspondem efetivamente ao ato administrativo e técnico que o gerou, e, por isso, “revela e perpetua a função a que serve” (DURANTI, 2015, p.197).

Todas essas informações coletadas em instrumentos normalizados pela metodologia da Identificação Arquivística, combinada com as análises Tipológica e crítica da Diplomática, permitiu chegar à delimitação da Série Documental: Projeto de pesquisa *Violência conjugal como controle social*. É identificado como um tipo documental composto, que integra outros tipos documentais que não devem ser separados, pois correspondem a um trâmite administrativo e técnico da área de Serviço Social, respeitando-se com isso, a ordem natural dos documentos desta série.

Os resultados decorrentes deste processo oferecem ao arquivista um entendimento real do seu principal objeto de trabalho. A partir destes resultados, são criadas as condições para o desenvolvimento das funções arquivísticas de planejamento da produção, avaliação, classificação e descrição.

Ao compreendermos melhor a natureza dos arquivos que estão sob a nossa custódia, as escolhas e as ações serão mais equilibradas e científicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Lakatos; Marconi (1991), uma pesquisa significa muito mais do que procurar a verdade: é encontrar respostas para as questões propostas, utilizando métodos científicos.

Por sua vez, Rodrigues diz que o arquivista é um produtor de conhecimento científico caso se utilize de método e rigor para atingir resultados satisfatórios e comparáveis. Foi “na diplomática que a arquivística encontrou as bases para a formulação de seu método de pesquisa para identificar os documentos de arquivos a partir de parâmetros normalizados, conferindo cientificidade ao fazer arquivístico” (RODRIGUES, 2008, p.230)

Estudar o contexto de produção dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ à luz da Identificação Arquivística, da Diplomática e da Tipologia Documental, permite assinalar a possibilidade de oferecer aportes metodológicos e pragmáticos e, com isso, atingir resultados satisfatórios ao identificar a natureza e a dimensão cognitiva desses documentos de arquivo, assim como sua representação no âmbito de uma organização universitária complexa como a UFRJ.

Tendo em vista a elaboração de uma proposta de modelo de normalização de procedimentos de Identificação Arquivística para o tratamento dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ, optou-se por uma integração técnico-científica das teorias, conceitos e metodologias da Identificação Arquivística, da Diplomática e da Tipologia Documental para a realização do objetivo geral deste trabalho.

Esta dissertação, consolidada em um instrumento teórico e prático, ou seja, num modelo de normalização de procedimentos de Identificação Arquivística para o tratamento dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM, vem estruturada em capítulos que representam tanto a perspectiva teórica e conceitual quanto a metodologia.

Na execução dos objetivos específicos, são mapeados os documentos normativos, administrativos e técnicos que orientaram as atividades de pesquisa, verificando-se a aplicabilidade da metodologia da Identificação Arquivística para o estudo de caso do órgão produtor e do exercício da função de pesquisador, e aplicam-se a análise Tipológica e a análise crítica Diplomática em uma amostra representativa dos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM/ESS/UFRJ. Ainda neste processo, são traçados os passos desta investigação, possibilitando a sistematização e o conhecimento da realidade desta categoria de produção documental.

A utilização da metodologia da Identificação Arquivística em arquivos científicos no contexto universitário é inédita na área da Arquivística, conclusão obtida a partir de

levantamento de literatura específica sobre o tema. Voltada para conhecer a gênese dos documentos através de estudos do órgão produtor e seus documentos, a metodologia da Identificação Arquivística, abordagem teórica oferecida por Rodrigues, pode oferecer bases sólidas “em qualquer contexto ou situação arquivística, a fim de propor o tratamento técnico adequado” (RODRIGUES, 2008, p. 31-32).

Um aspecto constatado nesta investigação, é a importância da análise e do estudo do exercício da função de Pesquisador, de acordo com a área do conhecimento, para o desenvolvimento da metodologia da Identificação Arquivística em arquivos científicos produzidos nas universidades. Trata-se de um elemento fundamental para o reconhecimento da natureza dos documentos científicos a serem tratados.

Embora as atividades de pesquisa e produção de arquivos científicos façam parte do cotidiano universitário, não se verificou, até o momento, a existência de estudos que abordem a compreensão da gênese de documentos desta natureza. Neste aspecto, diante desta pesquisa exploratória e descritiva, pode-se utilizar métodos e técnicas diferenciadas, adequando-as a cada situação, construindo um modelo de normalização de procedimentos de Identificação Arquivística elaborado sob medida a cada fase do estudo, adaptando instrumentos teóricos na elaboração de quadros e organogramas. Permite-se, com isso, exercitar a teoria e a prática.

Um procedimento relevante e previsto nesta investigação que infelizmente não foi possível realizar, mas que pode contribuir para futuros estudos, é a aplicação de entrevistas para complementação do estudo do exercício da função de Pesquisador, os agentes produtores dos documentos científicos – ou seja, os responsáveis pela construção e desenvolvimento dos procedimentos administrativos e técnicos das atividades de pesquisa.

Além disso, as entrevistas poderiam fornecer depoimentos significativos e relevantes, tendo em vista que a participação do Pesquisador (agente produtor) no exercício de sua função, não o desvincula do seu papel de Professor na universidade e nem das demais funções a ele atribuídas na carreira universitária, na medida em que o professor é o principal responsável pela formação dos futuros produtores e usuários de documentos científicos, dos arquivos científicos.

Observou-se, também, a necessidade de estudos sobre o uso dos arquivos científicos como fontes primárias de pesquisa acadêmica em aspectos como: pesquisa para disciplinas em sala de aula, preservação de documentos para fins de prova, testemunho de atos e fatos das atividades de pesquisa, conteúdos informacionais das fontes primárias, dados de pesquisa de documentos *natos digitais*, preservação do patrimônio científico e cultural. O estudo dos

usuários de arquivos científicos constituiu-se em assunto a ser discutido em investigações posteriores.

A participação e a responsabilidade social dos agentes produtores de documentos científicos na universidade constituem-se como o primeiro passo para a solução da questão dos acervos acumulados e também dos documentos científicos *nato digitais*, que crescem a cada dia.

Acredita-se que é necessário viabilizar uma interlocução com os agentes produtores, relacioná-los aos seus arquivos científicos para “estabelecer nexos entre o que produzem hoje, o acúmulo do que produziram em suas trajetórias e o uso que a sociedade poderá fazer com tudo isso” (SANTOS, 2012, p.177).

No âmbito desta pesquisa, ao ser proposto um modelo de normalização de procedimentos de Identificação Arquivística para o tratamento técnico nos arquivos científicos do Núcleo de Pesquisa GECEM, espera-se ter deixado evidentes resoluções, decisões e opções metodológicas adotadas.

Apesar da escassez de literatura teórica sobre os arquivos científicos nas universidades, as projeções indicam a importância de se dar continuidade a essa pesquisa com outros documentos científicos, e em outras áreas do conhecimento no contexto universitário. A adaptação da dinâmica do estudo do exercício da função de Pesquisador, em nível crescente, aponta também para uma perspectiva positiva de sua ampliação para abranger as demais funções exercidas pelo professor na universidade.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (Rio de Janeiro). **Arquivo dos Acadêmicos**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003. 232 p.

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens R. G. da. Aspectos Teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p.14-29, dez. 2008.

ARQUIVO NACIONAL. Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011. **Código de Classificação e A Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

ARQUIVO NACIONAL. **Subsídios para um DICIONÁRIO BRASILEIRO de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

ASSIS, João Marcus F.; SOUZA, Rosale de Mattos. Cultura Documental, religião e movimentos sociais: experiência de diálogo interdisciplinar entre arquivologia, ciências humanas e sociais. In.: MARIZ, A.C.A; JARDIM, J.M.; SILVA, S.C. de A. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: MóBILE/AAERJ. p.379-415.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado São Paulo, 2002. 8 v. (Como Fazer).

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 320 p.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2008. P.72-86.

_____. **Arquivo: Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. 477 p.

_____. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. **Documento: Gênese e contextos de uso**, Niterói, n. 1, p.161-174, 2010.

BRASIL. Lei nº 9394, de 23 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920. **Institui a Universidade do Rio de Janeiro**. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. **Dispõe sobre o Ensino Superior no Brasil**. Distrito Federal, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 452, de 05 de julho de 1937. **Organiza a Universidade do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0452.htm>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945. **Concede Autonomia, Administrativa Financeira, Didática e Disciplinar, à Universidade do Brasil**. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953. **Dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais**. Rio de Janeiro, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1889.htm>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre A Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Decreto nº 35.311, de 02 de abril de 1954. **Regulamenta a Lei nº 1889, de 13 de junho de 1953**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35311-2-abril-1954-449402-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. **Regulamenta a Lei Nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, Que Dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social**. Brasília.

Disponível em: <Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.831, de 05 de dezembro de 1965. **Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói.** Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4831-5-novembro-1965-368485-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.881-A, de 06 de dezembro de 1965. **Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.** Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4881A.htm>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 60.455-A, de 13 de março de 1967. **Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60455-a-13-marco-1967-401280-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior.** Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social.** Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 03 de abril de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.** Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre a Estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12772.htm>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Portaria nº 116, de 30 de setembro de 2003. **Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia:** Relatório da Comissão Especial constituída pela Portaria 116/2003 do Presidente do CNPq.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Arquivo, Documento e informação: velhos e novos suportes**. Rio de Janeiro: Arquivo e Administração. V.15-23, jan/dez 1994, p.34-40.

_____. Os Arquivos da Polícia Política como fonte. **Registro: Revista do Arquivo Público de Indaiatuba**, Indaiatuba, SP, v. 1, n. 1, p.7-13, jul. 2002.

_____. **Conceituação e características dos arquivos científicos**. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2., 2006, Rio de Janeiro. MAST/FCRB, 2006. p. 12-16.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010. 128 p. (Versão bolso)

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11122014-190123/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

CAMPOS, Vicente Falconi. **O verdadeiro poder: Práticas de gestão que conduzem a resultados revolucionários**. 2. ed. Nova Lima: Falconi Editora, 2013. 159 p.

_____. **Gerenciamento da rotina: do trabalho do dia a dia**. 9. ed. Nova Lima: Falconi Editora, 2013. 266 p.

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH/UFRJ). **Arquivo Núcleo de Pesquisa GECM/ESS/UFRJ**. ACC PA NPG SÉRIE 4, dez.1992-abr.1993.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. 468 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução nº CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. **ISAD (G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119 p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. **ISDF**: Norma Internacional para Descrição de Funções. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 76 p.

_____. **ISDIAH**: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. 1 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 88 p. Disponível em: <http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isdiah.pdf>. Acesso em: 17 maio 2009.

_____. **NOBRADE**: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 2006, 124p.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO: **Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia**. Brasília: CNPq, 2003. 11 p. Portaria 116/2003.

COSTA, Luiz Cláudio da. A poética da memória e o efeito-arquivo no trabalho de Leila Danziger. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 19, p.79-85, dez. 2009.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11. n.21, 1998, p.129-149.

CUNNINGHAM, Adrian. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p.77-92, 2007.

DELMAS, B. **Arquivos para quê? Textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. 196p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 19ª ed. São Paulo: Editora Jurídico Atlas, 2006.

DUARTE, Geraldo. **Dicionário de Administração**. Edição Digital KindleBookBr, 2011.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, 10-14, v. 1, p.14-33, abr. 1982\ago. 1986.

DURANTI, Luciana. Registros Documentais Contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.49-64, 1994.

_____. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte v). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p.196-215, jan/jun. 2015. Este artigo foi publicado na revista *Archivaria*, n. 32, Summer 1991. Tradução de Jerusa Gonçalves de Araújo e revisão da tradução de Rosely Curi Rondinelli e Jorge Phelipe Lira de Abreu. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/600>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL. Centro de Memória e Documentação da Escola de Serviço Social (CEMDESS). **Ofício ESS nº 427 de 02 de outubro de 1979**. Rio de Janeiro, RJ.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL. Centro de Memória e Documentação da Escola de Serviço Social (CEMDESS). **Relatório: A pesquisa na Escola de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1989.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p.17-36, 2006. Editora UFPR.

FONSECA, M.O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Tendências da normalização nas práticas de descrição arquivística. In: RODRIGUES, Ana Célia et al. **Documento: Gênese e contextos de uso**. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2010. p. 247-260. (Estudos da Informação).

FOX, Michael. Por que precisamos de Normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p.23-30, jan/dez 2007.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de publicações técnico-científicas**. 9. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 263 p.

GUIMARÃES E SILVA, Junia G.C. **Modelo poli-matricial de redes info-comunicativas-socializantes: possibilidades teórico-conceituais**. 2003. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Socialização da Informação Arquivística: a viabilidade do enfoque participativo na transferência de informação**. 1996. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

HEREDIA HERRERA, Antonia. La identificación y la valoración documentales em la gestión administrativa de las instituciones públicas. **Boletín de la ANABAD**. Tomo 49, nº1, p.19-50,1999. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=51133>>. Acesso em 27 de dezembro de 2016.

_____. **Manual de Archivística Basica: Gestión y Systemas**. Mexico: El Errante Editor, 2013. 287 p. (Serie Formación Archivística IX).

_____. El principio de procedencia y los otros principios de la archivística. **Archivos & Documentos: textos seminales**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p.43-56.

HUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 976 p.

JARDIM, José Maria. In: Estudos avançados em Arquivologia. **A Pesquisa em Arquivologia: Um cenário em Construção**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.135-153. Disponível em <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 29 out.2015.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. **Fundamentos da metodologia científica**. 3a. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991. p.221.

LA TORRE MERINO, José Luiz y MARTÍN-PALOMINO y BENITO, Mercedes. **Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales**. Madrid:

Ministerio de Educación, Cultura y Deportes / S.G. de Información y Publicaciones, 2000. (Escuela Iberoamericana de Archivos: experiencias y materiales).

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEITÃO, Sérgio Proença. A questão organizacional na universidade: as contribuições de Etzioni e Rice. **Revista de Administração Pública da FGV**, Rio de Janeiro, v.4, p. 3-26, n. 19, out. /dez, 1985.

LOPES, Luiz Antonio Coelho; BERNARDES, Francesca Ribeiro. **Estruturas administrativas das universidades brasileiras**. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/50.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MARTIN-POZUELO, M. Paz. Prospectiva archivística: nuevas cuestiones, enfoques y métodos de investigación científica. **Revista Española de Documentación Científica**, 33, 2, abril-junio, 2010, p. 201-224.

MARTINS, Roberto de Andrade. A memória científica nas universidades: estratégias para preservação do patrimônio científico e tecnológico brasileiro. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 1., 2003, Rio de Janeiro. **Coleção FCRB Acontece 2**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006. p. 63 - 91.

MENO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método em archivística: a reflection on archival Science methodology. **Documenta & Instrumenta**, Madrid, n1, p.35-46, 2004. Disponível em: < <http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de. **Avaliação de documentos de interesse para a História da Ciência**. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 1., 2003, Rio de Janeiro. **Coleção FCRB Acontece 2**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006. p.99 -108.

MILLAR, Laura Agnes. A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: O contexto arquivístico no espaço e no tempo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.144-2015, jan./jun., 2015.

MOREIRA, Marco Antonio. Mapas conceituais como instrumentos para promover a diferenciação conceitual progressiva e a reconciliação integrativa. **Ciência e Cultura**, Porto Alegre, v. 32, n. 4, p.474-479, 4 abr. 1980.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <<http://www.more.ufsc.br/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145 p. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley.

NESMITH, Tom. Conhecimento e educação para sociedade dos arquivos. *Arquivo & Administração*. v.9, n.2. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros. jul.-dez. 2010. p. 15-30.

OLIVEIRA, Maria Isabel. A importância da gestão documental para preservação da memória da ciência e tecnologia. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 1., 2003, Rio de Janeiro. **Coleção FCRB Acontece 2**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006. p.47-34.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. **Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PEREIRA, Helena B.c.; SIGNER, Rena. **Michaelis: Pequeno Dicionário**. São Paulo: Melhoramentos, 1992. 632 p. Espanhol-Português Português-Espanhol.

QUERINO, Magda Maria de Freitas; BRUGGER, Maria Teresa Caballero. **O desafio da redação acadêmica**. Brasília: CETEB, s/data. 91 p.

RIO DE JANEIRO. Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UFRJ (PR2). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Ed.). **Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ (PR2)**. Disponível em: <<http://www.pr2.ufrj.br/pr2>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

RONDINELLI, R.C. **Gerenciamento Arquivístico de documentos eletrônicos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.160p.

_____. **O documento arquivístico ante a realidade digital. Uma revisão conceitual necessária**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.279p.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/>> Acesso em: 26 jun. 2007.

_____. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. **Cadernos de Estudos Municipais**. Universidade do Minho (Portugal): v. 17/18, p. 11-46, jun./dez. 2005.

_____. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. In: X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2009, João Pessoa, PB. **Anais do X ENANCIB**. João Pessoa, PB, 2009. Disponível em <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3161/2287>>. Acesso em: 09 jan.2017.

_____. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História Social, História, Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br> Acesso em 15 out. 2016.

_____. (s.d). **Gestão de documentos: uma abordagem conceitual**. Recuperado em 23 de agosto, 2013. Disponível em: <http://www.ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/gest_arqui/palestra_ana_celia_rodrigues.pdf >. Acesso em: 23.jan.2017

_____. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In: **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília, São Paulo: Oficina Universitária, Cultura Acadêmica 2012, p.197-215. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em 16 de out. 2016.

_____. **Diplomática como fundamento da Identificação Arquivística**. Niterói: Pdf, 2016. 97 slides, color.

SAMUELS, Helen W. Avaliando os documentos da ciência moderna e da tecnologia. In: Andrade, Maria Ribeiro de (Org.) **Caminho para as estrelas: reflexões em um museu**. Rio de Janeiro,2007. P.74-87.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.125p. (Thesis, 1)

_____. **Arquivologia no Laboratório: Teoria, Métodos e Práticas de uma Disciplina**. In: A natureza dos arquivos universitários e de instituições de pesquisa: perspectiva internacional:

anais da Conferência SUV e IV Encontro de Arquivos Científicos, 4.,2009. Rio de Janeiro: MAST, Fundação Casa de Rui Barbosa, p.118-126.

_____. Uma abordagem arquivística: os documentos de um laboratório das ciências biomédicas. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p.303-323, jan./mar. 2012.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; PINTO, José Mauro da Conceição; SANTOS, Cleber Belmiro dos. **Arquivologia nos laboratórios das ciências biomédicas: Os métodos e as práticas de pesquisadores e arquivistas**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2012.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos Princípios e técnicas**. Trad. de Nilza Teixeira Soares. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 388 p.

_____. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Trad. de Manoel^a Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980. 396 p.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015. 287 p. (Thesis,3).

SIERRA ESCOBAR, Luis Fernando. Como identificar y denominar uma serie documental: propuesta metodológica. **Biblos**, n. 20, p. 49-61, 2004. Disponível em: <www.bibliosperu.com/articulos/20/2004_35.pdf>. Acesso em: 21 jan.2017.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Repensando a Arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004. 45 p. (Papéis Avulsos 48).

SMIT, Johanna. **O profissional da Informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia**. In: Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Editora Polis 2000, p.119-133.

_____. Usos e usuários de arquivo de C&T: variáveis dependentes. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 3., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCT, 2008. p. 60 - 73.

TOGNOLI, N.B.; GUIMARAES, J.A. C. A Diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In: CONGRESSO ISKO ESPAÑA, IX, 2009, Valencia.

Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/38-47_Bolfarini.pdf>. Acesso em: 21 jan.2017.

THOMASSEN, Theo. **Uma primeira introdução à Arquivologia.** In: Arquivo & Administração. V.5, n.1. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros. jan.-jun. 2006. p. 5-16.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Versão atualizada em 27.10.2014, com as alterações aprovadas pelo Conselho Universitário no período de 2008 a 2014, pendente de aprovação pelo CNE e homologação do Ministro de Estado da Educação. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/images/Legislacao/ESTATUTO_ATUAL_DA_UFRJ.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Parecer do Conselho Federal de Educação nº 299/70, de 09 de julho de 1970. **Regimento Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www.procuradoria.ufrj.br/legislacao-1/legislacao-da-ufrj/regimento-geral-da-ufrj>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Boletim nº 2, de 1º de janeiro de 1974. **Regimento da Escola de Serviço Social.** Rio de Janeiro, RJ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Boletim nº 7, de 17 de fevereiro de 1972. **Regimento do Centro de Filosofia de Ciências Humanas (CFCH).** Rio de Janeiro, RJ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Regulamento, de 07 de maio de 2010. **Regulamento do Programa de Pós-graduação em Serviço Social.** Rio de Janeiro, 07 maio 2010. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/secretariappgss/regulamento-do-ppgss>>. Acesso em: 20 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Boletim da UFRJ nº 36, de 12 de agosto de 2011. **Regimento do Conselho de Ensino Para Graduados (CEPG).** Disponível em: <<http://app.pr2.ufrj.br/public/suporte/pr2/cepg/regimento.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DO JANEIRO. Resolução nº 8, de 11 de setembro de 2014. **Estabelece normas e critérios para o desenvolvimento na carreira de Magistério Federal da UFRJ.** Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolucao_nº_08_de_2014.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas S/A, 1998.

WELFELÉ, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. Tradução de Maria Celina de Mello e Silva. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-72, jan./ jun. 2004.

WERNECK, Antônio. Ladrões roubam casa em Laranjeiras e levam pesquisa de 10 anos de especialista da UFRJ. **Jornal o Globo**, Rio de Janeiro, 24 fev. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/ladros-arrombam-casa-em-laranjeiras-levam-pesquisas-de-10-anos-de-especialista-da-ufRJ-15420136>>. Acesso em: 24 fev.2015. 8 jun.2017.